

Relatório sobre a criação e o processo de trabalho da Comissão Municipal dos ODS no município de São Paulo 2020



Apresentação

Este relatório foi organizado com o objetivo de compartilhar com os colegas da SVMA - o processo de trabalho realizado pela Comissão Municipal dos ODS no município de São Paulo no ano de 2020.

A condução deste trabalho foi realizada pelas SMG - Secretarias Municipal de Governo que preside esta comissão e pela atuação da SVMA - Secretária Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo.

O relatório está dividido em duas partes onde narra de forma clara e objetiva os pontos relevantes do processo.

Ao termino nos anexos estão as atas das reuniões onde o leitor pode acessar algum eventual detalhe que tenha necessidade.

Atenciosamente,

Giovana Barbosa de Souza – diretora da Divisão de Formação de Educação Ambiental e cultura de Paz – UMAPAZ / SVMA.

Índice

Parte I - Primeiro Semestre:

[1. A criação da comissão e o processo de seleção..... 6](#)

Parte II: Segundo Semestre:

[1. A composição desta comissão.....8](#)
[Forma e Estrutura da Comissão Municipal.....9](#)
[3. As atribuições e responsabilidades sobre a condução do processo..... 9](#)
[4. Metodologia de trabalho para a construção do plano da agenda 2030 para São Paulo.....10](#)
[5. O desenrolar do processo - Comissão Municipal ODS em números.....11](#)
[6. Calendário aprovado de trabalhos para 2021.....11](#)
[7. Considerações finais.....11](#)
[8. Anexos.....12](#)
[Anexo 1 – Regimento da Comissão;12](#)
[Anexo 2 – Estão organizadas aqui as atas das reuniões de plenária que ocorreram em 2020 da Comissão dos ODS.....24](#)

Relatório dos trabalhos da Comissão Municipal dos ODS – em 2020.

Primeiro semestre:

A criação da comissão e o processo de seleção:

O processo de criação da comissão teve início em dezembro de 2019 por meio da elaboração e publicação do edital de convocação.

Em **janeiro de 2020** foi emitido o primeiro comunicado de com orientação a cerca do processo de composição para esta comissão. Os trabalhos foram conduzidos pela **Secretaria Municipal de Governo** - presente neste processo, por meio das técnicas Gabriela Chabbouh e Anna de Marco em parceria com a **Secretaria municipal do Verde e Meio Ambiente** representados nesta empreitada pelos técnicos - Djonathan Gomes Ribeiro e Maralina dos Reis Matoso. Em março Giovana Barbosa de Souza – técnica de atuação na UMAPAZ é convocada na condição de suplente de Djonatham, na condução dos trabalhos.

Basicamente o primeiro semestre foi tomado pela organização e condução do processo seletivo e da análise minuciosa que contou com o respaldo da assessoria jurídica da SVMA e da SMG no processo todo.

A cronologia dos pontos mais relevantes dos trabalhos neste período:

Datas	Etapas	Observações
20/12/2019	lançamento do EDITAL DE CONVOCAÇÃO – chamamento dos segmentos da sociedade civil para composição da comissão	Neste processo representavam a SVMA: Djonathan Gomes Ribeiro e Maralina dos Reis Matoso
08/01/2020	COMUNICADO Nº 01 – Divulgação de um material elaborado para esclarecimento de eventuais dúvidas no processo de inscrição;	
18/01/2020	Foi oficializada a publicação que informa a prorrogação do prazo de inscrição;	
27/01/2020	Divulgação do COMUNICADO Nº 02 – material com esclarecimentos para a efetivação nas inscrições;	

Datas	Etapas	Observações
20/02/2020	Divulgação do RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE HABILITAÇÃO	
05/03/2020	Divulgação do COMUNICADO Nº 03 – este comunicado expressa esclarecimentos sobre o processo;	Neste processo passa a integrar a técnica vinculada a UMAPAZ - Giovana Barbosa de Souza Outro ponto importante a partir do dia 20 /03 devido a pandemia do COVID-19 todas as reuniões e o processo todo passa a ser desenvolvido de forma remota.
09/05/2020	Oficialização da alteração na forma de indicação dos representantes das entidades na Comissão Municipal ODS: divulgação das Etapas de Habilitação das organizações.	
02/06/2020	Relatório dos Recursos e Resultado Final da Etapa de Habilitação	
13/06/2020	Publicação dos Procedimentos para as Etapas da Eleição contemplando as representações de cada segmento da sociedade;	
07/07/2020	Divulgação oficial dos resultados do Processo Seletivo e Composição da Comissão Municipal ODS;	

Segundo semestre

Esta comissão produziu um calendário de atividades, o regimento interno e organizou uma metodologia de trabalho que compreendeu a organização de sete câmaras temáticas compostas por representantes das organizações que compõe a comissão, de forma que fosse possível acompanhar e dar respaldo a produção e conhecimentos necessários nas câmaras temáticas;

De acordo com o Regimento Interno a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) tem como objetivo:

A Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), neste regimento referida como Comissão Municipal ODS, conforme Decreto nº 59.020 de 21

de outubro de 2019, **é instância colegiada paritária, de natureza consultiva e deliberativa, orientada para a articulação, a mobilização e o diálogo entre a Administração Pública Municipal; a iniciativa privada; a sociedade civil; e a comunidade científica.** A Comissão Municipal ODS tem como objetivo contribuir para efetivação do Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, atuando para sua internalização, difusão e transparência, nos termos da Lei nº 16.817 de 2 de fevereiro de 2018 e do Decreto 59.020 de 21 de outubro de 2019.

1. A composição desta comissão.

Por parte do poder público ficou com a seguinte configuração:

- I - Secretaria do Governo Municipal;
- II - Gabinete do Prefeito;
- III - Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Secretaria Municipal da Saúde;
- V - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
- VIII - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

A Comissão Municipal ODS é integrada por 8 (oito) instituições titulares e 8 (oito) instituições suplentes, escolhidas entre representantes da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica por meio do edital de seleção.

Durante o biênio 2020-2022, os segmentos mencionados no caput deste artigo estão representados conforme abaixo:

I – Segmento 1 - Regional:

- a) Região Centro-Oeste: duas (2) vagas de titulares e duas (2) vagas de suplentes; e b) Região Sul: uma (1) vaga de titular e uma (1) vaga de suplente;

II – Segmento 2 - Iniciativa Privada: três (3) vagas de titulares e três (3) vagas de suplentes;

III – Segmento 3 - Comunidade Científica: duas (2) vagas de titulares e duas (2) vagas de suplentes.

Importante: As instituições representantes da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica, titulares e suplentes, são escolhidas por meio de processo de seleção pública e têm mandato de 2 (dois) anos. Os membros da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica, titulares e suplentes, são designados por portaria editada pelo Secretário de Governo Municipal.

2. Forma e Estrutura da Comissão Municipal.

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Câmaras Temáticas.

3. As atribuições e responsabilidades sobre a condução do processo.

Estão dispostas do Art. 8º ao Art.13. do Decreto 59.020, de 21 de outubro de 2019.

- A Presidência da Comissão Municipal ODS será exercida pela Secretaria de Governo Municipal.
- A Secretaria Executiva da Comissão Municipal ODS será exercida pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Aqui estão as responsabilidades por parte da SVMA no processo segundo o decreto - Art. 8º ao Art.13. do Decreto 59.020, de 21 de outubro de 2019.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva será exercida por um dos órgãos previstos no inciso I do artigo 3º deste decreto, a ser definido por meio de portaria da Secretaria do Governo Municipal.

Art. 11. São atribuições da Secretaria Executiva:

- I - Assessorar a Presidência no exercício de suas atribuições;
- II - Convocar, por solicitação da Presidência, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário;
- III - Acompanhar as atividades das Câmaras Temáticas;
- IV - Elaborar minuta de edital dos processos de seleção pública para a composição e a renovação bienal da composição da Comissão;
- V - Coordenar os processos de seleção pública de que trata o artigo 5º deste decreto;
- VI - Realizar outros processos de seleção pública definidos pela Comissão, quando necessários, para atendimento ao disposto no “caput” do artigo 7º da Lei nº 16.817, de 2018;
- VII - Encaminhar a pauta e as atas das reuniões do Plenário e das Câmaras Temáticas;

VIII - Secretariar as reuniões do Plenário, lavrar as atas, registrar a frequência dos representantes e encaminhar as decisões do Plenário e da Presidência para as providências de seu cumprimento;

IX - Encaminhar, em até cinco dias úteis previamente às reuniões, os documentos técnicos, relatórios e demais subsídios a serem apreciados;

X - Manter o registro da documentação técnica e administrativa proveniente das Câmaras Temáticas;

XI - Apresentar à Presidência a proposta orçamentária anual e realizar a gestão dos recursos para dar suporte às atividades da Comissão;

XII - Coordenar as atividades de elaboração de relatórios periódicos da Comissão;

XIII - Realizar as demais atividades operacionais ou de representação, designadas pela Presidência.

4. Metodologia de trabalho para a construção do plano da agenda 2030 para São Paulo.

A ideia foi a constituição e câmaras temáticas com reuniões frequentes de agosto a dezembro na lógica abaixo:

	Dia fixo de reuniões
Temáticas sociais	(reuniões semanais) terça (14h-16h)
Temáticas educacionais	(reuniões quinzenais) quinta (10h-12h)
Temáticas urbanas	(reuniões semanais) quinta (16h-18h)
Temáticas econômicas	(reuniões semanais) quarta (14h-16h)
Temáticas de saúde e bem-estar	(reuniões quinzenais) quarta (11h-13h)
Temáticas ambientais	(reuniões semanais) sexta (10h-12h)

	Dia fixo de reuniões
Temáticas de fortalecimento institucional	(reuniões semanais) quinta (14h-16h)

5. O desenrolar do processo - Comissão Municipal ODS em números.

- Posse em 24/07/2020 - Comissão com Paridade de Gênero;
- Foram sete reuniões com o plenário desta comissão;
- Organização de metodologia de trabalho em 7 Câmaras Temáticas;
- +120 membros;
- +90 reuniões;
- +200 horas de trabalho;
- 5 - Meses de trabalho;
- Duas consultas públicas;
- 8.606 contribuições na Consulta Pública

6. Calendário aprovado de trabalhos para 2021.

1ª Reunião dia 25/02/2021:

Pauta proposta: Programa de metas e consulta pública 2021 – 2024.

2ª Reunião dia 28/05/2021:

Pauta proposta: Discussão do Plano de Ação da Agenda 2030.

3ª Reunião dia 26/08/2021:

Pauta proposta: Aprovação do Plano de Ação da Agenda 2030.

4ª Reunião 25/11/2021

Pauta proposta: Criação dos elementos de acompanhamento do Plano de Ação da Agenda 2030.

7. Considerações Finais.

Durante este processo a secretaria executiva de responsabilidade na SVMA que estava sob a reponsabilidade da Coordenação de Gestão dos Colegiados – CGC – onde os técnicos Djonathan Gomes Riberio e Maralina dos Reis Matoso estavam locados, no início de setembro Djonathan que era funcionário comissionado se desligou da SVMA – desligando-se simultaneamente do processo da Comissão. A técnica Maralina dos Reis Matoso ficou com a responsabilidade de condução dos trabalhos no CADES e Giovana Barbosa de Souza SVMA/UMAPAZ ficou na secretaria executiva.

Como o volume de trabalho e demandas vindas da comissão neste período era muito acentuado, a SMG – assumiu grande parte dos trabalhos da secretaria executiva.

Em outubro de 2020 a SVMA/CGC oficializou que Janaina Pinheiro assumiria a

suplência neste processo, onde Giovana passou a ser titular na Comissão. Entretanto a oficialização por meio da nomeação oficial e o termo de posse só ocorreu no dia 12/01/2021.

Ainda no mês de janeiro, diante dos desafios de 2021 houve uma reunião entre a coordenadora geral da UMAPAZ Meire Aparecida Fonseca de Abreu e o senhor chefe de gabinete Rodrigo Ravena com o objetivo de organizar o processo da secretaria executiva desta comissão com fins em dar respaldo necessário para a melhor condução do processo com a estrutura necessária. Ficou então definido que a secretaria executiva da Comissão Municipal dos ODS estaria localizada apenas na responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental /UMAPAZ.

Após esta reunião foram realizadas duas reuniões entre a SMG e SVMA/UMAPAZ para que a articulação dos trabalhos possa fluir da melhor forma.

8. Ajustes no processo de trabalho em 2021.

Com o início do ano de 2021 a prefeitura municipal de São Paulo iniciou aos trabalhos da nova gestão, desta forma, a secretaria de governo, com sua responsabilidade de condução da elaboração do plano de metas, solicitou a transferência de data para a realização da primeira reunião de 2021 da plenária da Comissão Municipal dos ODS, que passou do dia 25 de fevereiro como previsto, para ser realizada no dia 08 de abril as 14h por meio da plataforma virtual Microsoft Teams.

O convite para a plenária foi encaminhado no dia 24 de março junto com a ata da última reunião ocorrida em dezembro.

9. Anexos.

Anexo 1 – Regimento da Comissão;

Minuta de Regimento Interno - Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)

Título I

Da natureza, finalidade e competência

Capítulo I

Da natureza e finalidade

Art. 1º A Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), neste regimento referida como Comissão Municipal ODS, conforme Decreto nº 59.020 de 21 de outubro de 2019, é instância colegiada paritária, de natureza consultiva e deli-

berativa, orientada para a articulação, a mobilização e o diálogo entre a Administração Pública Municipal; a iniciativa privada; a sociedade civil; e a comunidade científica.

Art. 2º A Comissão Municipal ODS tem como objetivo contribuir para efetivação do Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, atuando para sua internalização, difusão e transparência, nos termos da Lei nº 16.817 de 2 de fevereiro de 2018 e do Decreto 59.020 de 21 de outubro de 2019.

Capítulo II

Das Competências

Art.3º A Comissão Municipal ODS tem as seguintes competências:

I - elaborar plano de ação para implementação, no âmbito municipal, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, propondo estratégias, instrumentos, ações e programas para sua efetivação, de acordo com diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;

II - acompanhar e monitorar, no âmbito municipal, a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e elaborar relatórios periódicos;

III - elaborar subsídios para as discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável em fóruns, municipais, nacionais e internacionais;

IV - identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance, no âmbito municipal, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

V - elaborar as diretrizes do sistema estratégico de planejamento, implementação e elaboração de relatórios afetos ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito municipal;

VI - promover a articulação com os órgãos e as entidades públicas governamentais, as organizações da sociedade civil e a comunidade científica para a disseminação e a implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal, assim como integrar as iniciativas do Programa de Implementação da Agenda 2030 com outros promovidos na esfera federal, estadual e em outros municípios;

VII - promover e fomentar pesquisas e projetos voltados às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de implementação do respectivo Programa;

VIII - promover, no âmbito municipal, iniciativas que tratem objetivamente das 169 (cento e sessenta e nove) metas associadas aos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como, em determinados casos, de outros objetivos tidos por necessários;

IX - manter a coerência dos resultados, tendo como finalidade a decorrente aderência e harmonização dos relatórios municipais àqueles eventualmente produzidos na esfera estadual, promovendo esforços para que esses entes possam, de forma conjunta, convergir para um relatório harmonizado e coerente, dando-se ciência ao Governo Federal;

X - promover, sempre que possível, a integração entre as iniciativas, programas e projetos, inclusive em relação aos instrumentos de planejamento do município, Planos Plurianuais (PPAs), Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), Programa de Metas, entre outros.

Título II

Da Composição

Capítulo I

Dos integrantes do Poder Público

Art. 4º A Comissão Municipal ODS é integrada por um(a) representante titular e um(a) suplente de cada um dos seguintes órgãos do Poder Público Municipal:

- I -Secretaria do Governo Municipal;
- II -Gabinete do Prefeito;
- III -Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Secretaria Municipal da Saúde;
- V - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- VI -Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- VII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
- VIII - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;

Art. 5º Os representantes, titulares e suplentes, do Poder Público serão indicados pelos dirigentes dos órgãos respectivos.

Art. 6º Em atendimento ao Decreto 56.021 de 31 de março de 2015, a indicação do Poder Público será feita de forma a observar o mínimo de 50% de mulheres entre seus representantes.

Parágrafo único. Em caso de substituição permanente de representante titular ou suplente, também deve ser observado o disposto no caput deste artigo.

Capítulo II

Dos integrantes da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica

Art. 7º A Comissão Municipal ODS é integrada por 8 (oito) instituições titulares e 8 (oito) instituições suplentes, escolhidas entre representantes da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica.

Parágrafo único. Durante o biênio 2020-2022, os segmentos mencionados no caput deste artigo estão representados conforme abaixo:

I – Segmento 1 - Regional:

- a) Região Centro-Oeste: duas (2) vagas de titulares e duas (2) vagas de suplentes; e
- b) Região Sul: uma (1) vaga de titular e uma (1) vaga de suplente;

II – Segmento 2 - Iniciativa Privada: três (3) vagas de titulares e três (3) vagas de suplentes;

III – Segmento 3 - Comunidade Científica: duas (2) vagas de titulares e duas (2) vagas de suplentes.

Art.8º As instituições representantes da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica, titulares e suplentes, são escolhidas por meio de processo de seleção pública e têm mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º Os membros da sociedade civil, iniciativa privada e da comunidade científica, titulares e suplentes, são designados por portaria editada pelo Secretário de Governo Municipal.

§ 2º A data de publicação da portaria de designação marca o início do mandato referido no caput deste artigo.

§ 3º Os membros designados em portaria tem prazo de 15 (quinze) dias corridos, após a publicação em Diário Oficial, para assinarem o termo de posse.

§ 4º Deve ser mantido atualizado no site da Secretaria de Governo Municipal os nomes dos membros e suas respectivas organizações representadas que compõem a Comissão Municipal ODS, bem como nos materiais elaborados pela Comissão.

Art. 9º Em atendimento ao Decreto 56.021 de 31 de março de 2015, a composição dos membros da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica deve se dar de forma a observar o mínimo de 50% de mulheres entre seus representantes.

Parágrafo único. Em caso de substituição permanente de representante titular ou su-

plente, também deve ser observado o disposto no caput deste artigo.

Capítulo III

Da substituição dos representantes

Art. 10. Poderão ser automaticamente substituídos na Comissão Municipal ODS os(as) representantes, titular ou suplente, que:

- I - não comparecerem a duas reuniões consecutivas ou alternadas, ordinárias ou extraordinárias, ressalvada a hipótese de justificativa por escrito;
- II - forem condenados, por sentença transitada em julgado, pela prática de quaisquer dos crimes previstos no Código Penal ou na legislação extravagante.

§ 1º A justificativa por escrito de que trata o inciso I deste artigo deverá ser encaminhada à Secretaria Executiva e à Presidência em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião em que ocorreu a falta do(a) representante.

§ 2º A substituição do membro representante, titular ou suplente, por razão de não comparecimento conforme disposto no inciso I, deverá ser aprovada pelo Plenário da Comissão Municipal ODS.

§ 3º Nos casos de substituição mencionados no caput deste artigo, a indicação de novo representante deverá ser feita pela mesma instituição que indicou originalmente o representante, titular ou suplente, substituído.

Art. 11. Cada entidade, titular ou suplente, poderá substituir seu(sua) representante.

Parágrafo único. A substituição de que trata este artigo não pode ser realizada antes de que a pessoa complete (3) três meses como representante da entidade, exceto em casos de:

- I - saída do(a) representante da instituição que está sendo representada;
- II - afastamento por questões de saúde;
- III - outros motivos de força maior.

Art. 12. Nos casos de substituição de que tratam os Art.10 e Art.11, caberá às entidades eleitas para a Comissão Municipal ODS indicarem novo(a) representante, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, para nova designação pela Secretaria de Governo Municipal.

§ 1º O(a) representante que foi substituído(a) na Comissão Municipal ODS em decorrência dos casos tratados nos Art.10 e Art. 11 não pode ser indicado(a) novamente como representante da entidade durante o mandato 2020-2022.

I - o impedimento de indicação de que trata este parágrafo não se aplica caso a substituição tenha ocorrido pelos motivos mencionados nos incisos I, II e III, Parágrafo único do Art.11.

Título III

Da Estrutura e Funcionamento

Capítulo I

Da Estrutura

Art.13. A Comissão Municipal ODS está estruturada da seguinte forma:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Câmaras Temáticas.

§1º As atribuições do Plenário, da Presidência, da Secretaria Executiva e das Câmaras Técnicas estão dispostas do Art. 8º ao Art.13. do Decreto 59.020, de 21 de outubro de 2019.

§2º A Presidência da Comissão Municipal ODS será exercida pela Secretaria de Governo Municipal.

§3º A Secretaria Executiva da Comissão Municipal ODS será exercida pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Capítulo II

Do Funcionamento

Seção I – Das Reuniões, do Uso da Palavra em Plenário e das Atas

Subseção I – Das Reuniões do Plenário

Art. 14. A Comissão Municipal ODS se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, a qualquer tempo, mediante convocação da Presidência, conforme Art.6º da Lei nº 16.817/2018 e inciso I, Art. 9º do Decreto nº 59.020/2019.

§1º O indicativo de calendário das reuniões ordinárias, contendo as datas e horários de início, deve ser aprovado pelo Plenário na primeira reunião da Comissão Municipal ODS.

§2º Na última reunião de cada ano, o Plenário deverá aprovar o indicativo de calendário para as atividades do ano subsequente, exceto quando a data não corresponder ao período de mandato das entidades.

Art. 15. A pauta das reuniões ordinárias do Plenário será sugerida pela Secretaria Executiva, submetida à decisão da Presidência e enviada aos membros da Comissão Municipal ODS com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da sua realização.

Parágrafo único. Os temas que os membros do Plenário desejarem incluir nas pautas das reuniões ordinárias da Comissão Municipal ODS deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos de sua realização, a fim de serem instruídos e encaminhados aos demais representantes da Comissão.

Art 16. Reunião extraordinária poderá ser convocada por meio da solicitação realizada à Presidência de, no mínimo, 12 membros, titulares ou suplentes, sejam eles(as) do poder público ou da sociedade civil, iniciativa privada ou comunidade científica.

Parágrafo único. O tempo mínimo entre a convocação e a realização de reunião extraordinária deve ser de 10 (dez) dias corridos.

I – A pauta da reunião extraordinária deve ser enviada no momento de sua convocação.

Art. 17. As reuniões da Comissão Municipal ODS serão realizadas desde que haja, no mínimo, 50% mais 1 do total de representantes com direito a voto.

§1º Tem direito a voto nas reuniões plenárias:

I - Os(as) representantes titulares;

II - Os(as) respectivos(as) representantes suplentes que assumam o assento do titular, na sua ausência.

III - Outro representante suplente do mesmo segmento, na ausência dos representantes titular e seu respectivo suplente.

§2º A reunião, ordinária ou extraordinária, será reagendada caso não haja o número mínimo de representantes até 30 minutos após o horário definido em calendário para o início da reunião.

§3º Caso membro titular, tanto do poder público quanto da sociedade civil, iniciativa privada ou comunidade científica, não compareça dentro do período mencionado no §2º deste artigo, o respectivo membro suplente será contabilizado para formação do número mínimo de representantes com direito a voto.

§4º No início dos trabalhos, o Plenário deverá aprovar a ata da reunião anterior e deli-

berar sobre os pedidos de aditamento, inversão ou alteração de pauta.

§ 5º A designação de suplente, na forma do inciso III do § 1º deste artigo, será feita pela Presidência da Comissão, vedada a ocupação de dois assentos pelo mesmo representante.

Art. 18. Os(as) representantes suplentes podem participar de todas as reuniões plenárias, ordinárias ou extraordinárias.

§1º Os(as) representantes suplentes tem direito à fala.

Art. 19. As decisões da Comissão Municipal ODS serão tomadas preferencialmente de forma consensual.

§1º Nos casos em que não haja consenso será utilizado o procedimento de votação por maioria simples, 50% mais 1 dos presentes com direito a voto.

§2º As deliberações devem sempre ocorrer por meio de voto aberto.

Art. 20. As reuniões do Plenário poderão ocorrer de forma on-line em situações declaradas de emergência ou calamidade pública que impossibilitem sua realização de forma presencial.

§1º Deverá ser informado no e-mail de convocação o motivo de realização da reunião de forma on-line e o meio de acesso à reunião.

§2º O rito das reuniões realizadas de forma on-line serão os mesmos das reuniões realizadas de forma presencial.

Art. 21. As reuniões do Plenário serão abertas ao público, sem direito à palavra, com a exceção do previsto no Artigo 22, § 3.

Subseção II

Do Uso da Palavra em Plenário

Art. 22. Durante a sessão plenária os(as) representantes poderão manifestar-se, respeitados os princípios do respeito ao outro e às diferenças culturais, raciais e de gênero.

§ 1º Os(as) representantes, titulares e suplentes, poderão:

I - fazer comunicados;

II - discutir as proposições integrantes da pauta;

III - levantar questões de ordem;

IV - apresentar proposições que estejam de acordo com as atribuições e a atuação da

Comissão Municipal ODS;

V – propor a realização de apresentações e palestras por representantes do Poder Público, Sociedade Civil, Iniciativa Privada ou Comunidade Científica.

§ 2º A palavra será dada mediante inscrição organizada pela Secretaria Executiva.

§ 3º A palavra poderá ser aberta ao público, a critério do Plenário.

§ 4º A palavra poderá ser aberta a convidados, a critério da Presidência.

§ 5º A Presidência poderá estabelecer quanto tempo terá direito cada um(a) dos representantes, respeitada a complexidade da matéria em discussão e o direito à ampla participação.

Subseção III

Das Atas

Art. 23. Serão lavradas atas com os principais pontos das discussões e deliberações das reuniões, que deverão ser aprovadas pelo Plenário.

§ 1º Das atas constará, minimamente:

I - dia, hora e local da reunião;

II - nome dos membros presentes;

III - pauta do dia;

IV - deliberações.

§2º A Secretaria Executiva enviará minuta da ata no ato de convocação para a próxima reunião, ordinária ou extraordinária, conforme disposto no Art. 15. e Art.16., a fim de que os membros do Plenário possam apresentar contribuições e ajustes ao seu conteúdo.

Art. 24. As atas aprovadas pelo Plenário serão publicadas em Diário Oficial e disponibilizadas ao público em sítio eletrônico da Secretaria de Governo Municipal.

Art. 25. As atas serão arquivadas, em meio digital, pela Secretaria Executiva.

Seção II

Das reuniões das Câmaras Temáticas

Art. 26. As Câmaras Temáticas terão caráter propositivo e consultivo e serão constituídas por representantes governamentais, da sociedade civil e da comunidade científica, conforme Art. 13. do Decreto 59.020/19.

§ 1º A instituição, composição, governança, estrutura, regulamentação e prazo de du-

ração das Câmaras Temáticas serão decididas pelo Plenário, conforme § 1º do Art. 13. do Decreto 59.020/19.

Art. 27. Após a designação de seus membros pelo Secretário de Governo Municipal, cada Câmara Temática terá 15 (quinze) dias corridos para apresentar seu cronograma e plano de trabalho para aprovação do Plenário.

§1º O calendário e o plano de trabalho devem observar as orientações constantes do ato de instituição da Câmara Temática aprovado pelo Plenário.

Art. 28. O Plenário designará o(a) coordenador(a) da Câmara Temática dentre os membros titulares designados pelo Secretário de Governo Municipal.

§1º O Plenário poderá trocar o(a) Coordenador(a) a qualquer momento.

Art. 29. São atribuições do(a) Coordenador(a) da Câmara Temática:

I – convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias;

II – registrar a presença dos membros;

III – lavrar as atas;

IV – coordenar as reuniões;

VI – manifestar voto próprio e, em caso de empate, apresentar o voto de qualidade;

VII – coordenar a elaboração do plano de trabalho, do cronograma e dos pareceres técnicos;

VIII – solicitar à Presidência a formalização de convite a representantes de órgãos públicos, do setor privado, da sociedade civil e da comunidade científica para colaborar com as suas atividades;

IX – solicitar ao Plenário a prorrogação do prazo da Câmara Temática, apresentando as devidas justificativas.

X – solicitar à Presidência a troca ou substituição pelo suplente de representante titular que falte, sem justificativa, em 3 (três) reuniões consecutivas.

XI – enviar, quinzenalmente, relatório à Secretaria Executiva e à Presidência com informações sobre o andamento dos trabalhos da Câmara Temática.

Parágrafo único. O(a) Coordenador(a) pode designar, entre os membros titulares e suplentes da Câmara Temática, um(a) secretário(a) que lhe apoiará na realização de suas atribuições.

Art. 30. A Secretaria Executiva e a Presidência manterão os membros do Plenário informados sobre o andamento dos trabalhos das Câmaras Temáticas.

Art. 31. Qualquer dos membros titulares poderá ser substituído caso falte nas Câmaras Temáticas, sem justificativa, em 3 (três) reuniões consecutivas.

§ 1º A justificativa de que trata este artigo deverá ser enviada, por escrito, ao(a) Coordenador(a) da Câmara Temática e à Secretaria Executiva em até 5 (cinco) dias úteis após a reunião em que ocorreu a falta do(a) representante.

§ 2º A decisão de substituir membro titular será tomada pela Presidência, que poderá:

- I – solicitar ao Plenário a indicação de outro membro titular; ou
- II – designar membro suplente da Câmara Temática para suprir a vacância.

Art. 32. Os membros da Câmara Temática poderão solicitar à Presidência da Comissão Municipal ODS a substituição do(a) Coordenador(a).

Parágrafo único. A Presidência apenas poderá acatar a solicitação caso seja feita por, no mínimo, 50% mais 1 dos representantes, titulares e suplentes, da Câmara Temática.

Art. 33. As reuniões das Câmaras Temáticas serão realizadas desde que haja número mínimo de 50% mais 1 da soma de seus membros com direito a voto.

Art. 34. Das reuniões serão lavradas atas que deverão ser assinadas pelos membros presentes.

§1º As atas deverão conter o seguinte conteúdo mínimo:

- I - dia, hora e local da reunião;
- II - nome dos membros presentes;
- III - pauta do dia;
- IV - deliberações;

§2º Assim que aprovada, a ata deve ser enviada à Secretaria Executiva.

Art. 35. As Câmaras Temáticas se manifestam por meio de parecer técnico.

§1º Antes de que seja submetido à aprovação do Plenário, o parecer técnico deve ser aprovado pela Câmara Temática, preferencialmente por unanimidade ou, quando não seja possível, por maioria absoluta, 50% mais 1 de todos os membros com direito a voto.

Art.36. Ao final dos trabalhos, cada Câmara Temática deve apresentar relatório de suas atividades para aprovação do Plenário.

Art.37. As reuniões das Câmaras Temáticas somente serão abertas ao público quando isso for deliberado por maioria de seus membros e conforme necessidade de participação maior na elaboração de propostas.

Título IV

Das Disposições Finais

Art. 38. A atuação e funcionamento da Comissão Municipal ODS deverão observar o disposto na Lei nº16.817, de 2 de fevereiro de 2018; no Decreto nº 59.020, de 21 de outubro de 2019; e nas demais regulamentações referentes ao seu funcionamento que vierem a ser sancionadas.

Art. 39. A comunicação oficial dos membros da Comissão Municipal ODS será feita por e-mail.

§1º No caso de haver grupos de mensagens rápidas, qualquer solicitação, proposição ou informação de caráter relevante e oficial, deverá ser feita, unicamente, por e-mail.

Art. 40. Os(as) representantes que considerarem relevante a sua participação em algum evento como representante da Comissão Municipal ODS, devem solicitar à Presidência autorização para tal, conforme inciso X, Art.9º do Decreto nº 59.020, de 21 de outubro de 2019.

Art. 41. Os casos omissos deste Regimento Interno serão encaminhados pela Presidência para deliberação do Plenário.

Art. 42. O Regimento Interno da Comissão Municipal ODS somente poderá ser alterado, reformado ou substituído através de Resolução aprovada por maioria absoluta, 50% mais 1 dos membros com direito a voto da Comissão Municipal ODS.

Art. 43. As resoluções da Comissão Municipal ODS serão publicadas em Diário Oficial.

Art. 44. As decisões e deliberações da Comissão Municipal ODS, bem como os resultados dos trabalhos produzidos pelas Câmaras Temáticas, serão disponibilizados ao público em sítio eletrônico da Secretaria de Governo Municipal e por outros meios de comunicação, conforme deliberação do Plenário.

Art. 45. Ao final do mandato 2020-2022 os membros da Comissão Municipal ODS devem apresentar relatório contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações firmadas, dando ampla publicidade a toda a sociedade.

§1º O relatório de que trata este artigo deve ser entregue na primeira reunião ordinária dos membros do próximo mandato.

Art. 46. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Anexo 2 – Estão organizadas aqui as atas das reuniões de plenária que ocorreram em 2020 da Comissão dos ODS.

Ata - 1ª Reunião do Plenário

Comissão Municipal ODS

I - dia, hora e local da reunião - No dia 24 de julho de 2020, às 14h, foi realizada, por meio de videochamada no Microsoft Teams, a primeira reunião da Comissão Municipal ODS.

II - membros presentes:

Às 14h08, foi realizada a verificação dos membros presentes na sala. Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Segmento 1 – Região Centro-Oeste:

Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Jaqueline David;

OAB - Seção São Paulo - 93º Subseção Pinheiros, entidade suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Thaís Maria Leonel do Carmo;

Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;

Segmento 1 – Região Sul

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;

Instituto Siades – Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, entidade suplente do Segmento 1-Região Sul, representado por Sonia Maria Viggiani Coutinho;

Segmento 2

Associação Artigo 19, entidade titular do Segmento 2, representada por Youmna Abdulghani;

ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;

Instituto Akatu, entidade suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;

Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), entidade titular do Segmento 2, representado por Jorge Abrahão;

União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade suplente do Segmento 2, representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;

Segmento 3

Universidade de São Paulo, entidade titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;

Universidade Federal de São Paulo, entidade titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;

Acessaram a sala após a verificação de presença:

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade titular do Segmento 2, representado por Kaísa Isabel da Silva Santos,

Não estiveram presentes: Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade suplente do Segmento 3; Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais, representante suplente do segmento 3; e União dos Escoteiros do Brasil – Região de São Paulo, entidade suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste.

Estavam presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público:

Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais, representada por Marina Moraes de Andrade (titular) e Wagner Luiz Taques da Rocha (suplente);

Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular), e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente);

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada por César Tadeu Costa Coelho (suplente);

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por João Paulo de Brito Grecco (suplente);

Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente);

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representada por Djonathan Gomes Ribeiro (titular) e por Giovana Barboza de Souza (suplente);

Não estavam presentes representantes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Saúde.

III - Pauta do dia

Após verificação dos membros presentes, foi dado início à reunião, que contava com os seguintes itens de pauta:

- Boas-vindas à Comissão Municipal ODS;
- Apresentação do Cronograma para 2020;
- Apresentação de Minuta do Regimento Interno;
- Evento solene de posse Webinar (04/08, 11h-12h30)

IV – Deliberações

1. Ao iniciar a reunião, Alexis Vargas, deu as boas-vindas aos membros da Comissão Municipal ODS e informou que, após a publicação da Portaria de designação dos representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, no dia 22 de julho de 2020, os termos de posse seriam encaminhados aos membros da Comissão para assinatura.

2. Após tratar sobre a Lei 16.817/18 - que adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal e autorizou a criação da Comissão Municipal ODS - e sobre o Decreto 59.020/19 - que instituiu a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), nos termos da Lei 16.817/18 -, dando destaque às atribuições da Comissão Municipal ODS, Alexis Vargas informou ao Plenário que estavam em análise propostas de alterações no Art. 2º do Decreto 59.020/19. As alterações têm a finalidade de deixar claro a necessidade da formulação de uma Agenda Municipal 2030, com base na qual cada gestão deve apresentar um plano de ação para sua implementação durante os quatro anos de governo; a alteração deve sair nos próximos dias.

3. Alexis Vargas afirmou que o maior desafio para a Comissão Municipal ODS neste primeiro ano seria formular a Agenda Municipal 2030, que serviria como um guia para elaboração dos planos de ação. Para isso a Comissão contaria com o subsídio de um extenso diagnóstico que havia sido elaborado em conjunto pelas diferentes Secretarias Municipais por meio da coordenação da Secretaria de Governo Municipal. Em termos gerais, a Comissão Municipal ODS será importante para o direcionamento do trabalho de planejamento e monitoramento da Agenda Municipal 2030.

4. Em relação à atribuição da Comissão que trata sobre a articulação com o nível estadual, federal e com outros municípios, Alexis Vargas destacou que esta atribuição seria pensada após a estruturação da Agenda Municipal 2030.

5. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, se manifestou demonstrando preocupação sobre o quanto os próximos Prefeitos se comprometerão com a Agenda Municipal 2030 e com os planos de ação subsequentes; e questionou se não haveria possibilidade de realizar alguma ação de advocacy com o objetivo de conseguir a aderência dos candidatos a Prefeito à Agenda 2030.

6. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysmam Neiman, se manifestou informando que os Prefeitos seriam obrigados a aderirem à Agenda pois ela tem caráter de lei uma vez que foi adotada pelo município; e que seria papel da Comissão Municipal ODS, que tem caráter deliberativo, garantir a continuidade da Agenda.

7. Alexis Vargas respondeu às manifestações informando que o esforço que estava sendo feito era para que a Agenda 2030 ficasse, o máximo possível, institucionalizada, por meio de um ambiente normativo organizado.

8. Após responder, Alexis Vargas passou para apresentação da proposta do cro-

nograma de trabalho da Comissão Municipal ODS para o segundo semestre de 2020. No dia 07/08 será apresentado o Diagnóstico de Indicadores de ODS, mencionado anteriormente, que servirá como um subsídio para definir, no mesmo dia, as Câmaras Temáticas, bem como sua composição. Existem diferentes formas de organizar as Câmaras Temáticas, como por ODS ou por macrotemas. O Cronograma foi pensado de forma que cada Câmara Temática monte uma parte da Agenda Municipal 2030.

9. O dia 21 de agosto está reservado para definição da metodologia de trabalho de cada Câmara Temática; cada uma terá seu próprio coordenador e deverá apresentar um plano de trabalho.

10. Do dia 24 de agosto a 11 de setembro ocorrerá a primeira rodada de debates das Câmaras Temáticas e o dia 18 de setembro está reservado para aprovação, pelo Plenário, dos planos de trabalho e da 1ª proposta de municipalização da Agenda 2030. O cronograma se desenvolve, então, intercalando rodadas de discussão das Câmaras Temáticas e reuniões Plenárias para aprovação das propostas preliminares de municipalização da Agenda 2030, até que a Agenda Municipal 2030 seja concluída em novembro.

11. Após a apresentação do Cronograma, o representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysmam Neiman, se manifestou dizendo que entende a importância da aprovação dos trabalhos das Câmaras Temáticas o quanto antes, porém tinha receio que a velocidade impactasse negativamente a qualidade técnica do trabalho e impusesse limites à participação social, pois apesar dos membros da Sociedade Civil serem representantes de seus respectivos setores, a representação seria limitada se não houvesse a possibilidade dos representantes consultarem os seus representados.

12. Manifestaram-se em concordância com o representante da Universidade Federal de São Paulo e a favor da realização de consultas públicas antes da aprovação final da Agenda 2030 a representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, Kaísa Santos; a representante da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani; e a representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho.

13. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis (RNSP), Jorge Abrahão, manifestou-se dizendo que entendia o ponto da participação, porém acreditava ser importante concluir a proposta de municipalização da Agenda 2030 este ano pelo fato de haver apoio da atual gestão a tal agenda. Com a mudança de gestão haveria um risco de que o apoio à Agenda 2030 perdesse força. Desta forma, sugeriu que a Comissão pensasse em como ampliar a participação dentro do cronograma proposto, possibilitando que a participação fosse incluída no plano de trabalho das Câmaras Temáticas.

14. Manifestaram-se em acordo com a fala do representante do Instituto Cidades Sustentáveis a representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho; a representante da ECCAPLAN - Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, Marina Noguti; a

representante do Instituto Akatu, Denise Conselheiro; a representante da Fundação Abrinq, Jucilene Rocha; e a representante da Secretaria Municipal de Governo, Gabriela Chabbouh.

15. A representante da Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, Jaqueline David, manifestou-se questionando sobre o tempo dedicado para análise do diagnóstico e se seria possível realizar correções.

16. Alexis Vargas respondeu às manifestações informando que as Câmaras Temáticas poderiam contar com especialistas externos à Comissão Municipal ODS e que a participação social poderia ocorrer em meio ao trabalho das Câmaras. Uma possibilidade mencionada foi submeter a versão final da Agenda Municipal 2030 à consulta pública, após a qual, o Plenário da Comissão Municipal ODS decidiria pela realização de ajustes ou pela aprovação final. A ideia é concluir a Agenda Municipal 2030 este ano.

17. Anna Marco, assessora técnica da equipe para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Governo Municipal (SGM), manifestou-se em relação ao diagnóstico elaborado sobre a coordenação de SGM informando que ele foi elaborado por um grupo de trabalho intersecretarial criado para prestar suporte técnico à Comissão Municipal ODS.

18. A representante da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani, manifestou-se dizendo que entendia que o diagnóstico era um documento interno que ainda não havia sido compartilhado; disse que, sabendo-se que era um ano de eleição, estava de acordo com a finalização da Agenda Municipal 2030 este ano, apesar de considerar o tempo “apertado”. Finalizando, questionou se seria necessário aprovar o cronograma nesta reunião.

19. Alexis Vargas respondeu informando que pensou em aprová-lo nesta reunião; e, como sugerido pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, que se manifestou pelo chat, o cronograma poderia ser aprovado como um indicativo, tendo em mente que ainda seria ampliada a participação da Sociedade Civil. O cronograma ficaria pré-aprovado, porém aberto a sugestões.

20. A proposta de pré-aprovação do cronograma, deixando-o aberto a sugestões, não teve manifestação em contrário, sendo aprovada por consenso entre os membros presentes.

21. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis (RNSP), Jorge Abrahão, manifestou-se sugerindo que na próxima reunião, dia 07 de agosto, fosse analisado apenas o diagnóstico; e que, no dia 21 de agosto, fossem definidas a composição das Câmaras Temáticas e suas metodologias de trabalho.

22. Alexis Vargas respondeu dizendo que estava de acordo com a proposta, e assim, no dia 07 de agosto, poderiam ser apresentadas as possibilidades de formação de Câmaras Temáticas, porém deixando para 21 de agosto a definição e aprovação das mesmas e de suas metodologias de trabalho.

23. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, manifestou-se dizendo que considerava importante que a Secretaria da Fazenda fizesse parte das discussões da Comissão Municipal ODS, pois, em certa medida, dependeria dela a manifestação sobre a viabilidade financeira ou não de proposições realizadas pela Comissão.

24. Alexis Vargas respondeu dizendo que não saberia se a Secretaria da Fazenda teria muito a colaborar uma vez que a Agenda 2030 envolve mais de uma gestão. Informou ainda que as alterações propostas ao Decreto 59.020/19, mencionadas no início da reunião, têm entre seus objetivos promover a junção entre os Planos de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030, o Plano de Metas e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, ajustando o planejamento da gestão municipal à Agenda 2030.

25. Em seguida, Anna Marco, assessora técnica da equipe para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da SGM, iniciou a apresentação da proposta de Regimento Interno elaborado em conjunto pela SGM e pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Secretaria Executiva da Comissão Municipal ODS. Em sua apresentação, Anna Marco destacou que o regimento abordava o Decreto 56.021/15 - que trata sobre o mínimo de 50% de mulheres na composição de conselhos do Município -, tanto em relação aos membros do poder público quanto aos da Sociedade Civil; e que o título três (Da Estrutura e Funcionamento), merecia uma atenção especial do Plenário, pois tratava do funcionamento da Comissão Municipal ODS.

26. Alexis Vargas manifestou-se informando que o Regimento Interno seria votado na próxima reunião da Comissão Municipal ODS e passou para o último ponto da pauta (Evento solene de Posse Webinar, 04/08), informando que ele estava sendo organizado pela Coordenadoria de Relações Internacionais e passando a palavra para Marina Andrade, representante do órgão.

27. Marina Andrade explicou que o webinar do dia 04 de agosto marca o final de um projeto de cooperação entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e a União de Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI); e que neste evento será lançado um estudo realizado pela Prefeitura de São Paulo sobre a implementação da Agenda 2030 no município. Marina Andrade apresentou a programação do evento, na qual estava reservado tempo de fala para um representante da Comissão Municipal ODS que fosse da Sociedade Civil, Iniciativa Privada ou Comunidade Científica.

28. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis (RNSP), Jorge Abrahão, se manifestou dizendo que acreditava ser importante a participação do Prefeito do Município de São Paulo no evento, dada a importância da Agenda 2030 e de sua adoção pelo Município de São Paulo, que poderia servir como um exemplo para outros municípios.

29. Alexis Vargas respondeu dizendo que seria ótimo caso o Prefeito participasse e que pediria ao Luiz Alvaro, Secretário de Relações Internacionais, que o mesmo verificasse essa possibilidade.

30. O representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler, manifestou-se em relação à programação do evento sugerindo que todas as entidades eleitas, que se dispusessem, pudessem falar, ao menos, 1 (um) minuto, pois cada entidade tem sua perspectiva e abordagem.

31. A representante da Coordenadoria de Relações Internacionais, Marina Andrade, respondeu dizendo que como o tempo do evento era restrito, a programação previu apenas um representante. Uma possível proposta seria cortar alguns convidados da última mesa para que mais um representante da Sociedade Civil na Comissão Municipal ODS pudesse apresentar um projeto emblemático.

32. A representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos, e o representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, propuseram que pudessem falar um representante por setor ou segmento, três no total.

33. A representante da Coordenadoria de Relações Internacionais, Marina Andrade, respondeu que iria pensar na proposta de três representantes junto com o Secretário de Relações Internacionais.

34. O representante da SVMA, Djonathan Ribeiro, perguntou aos(as) representantes das entidades se gostariam de selecionar os representantes para o evento do dia 04 de agosto neste momento ou se prefeririam conversar entre si antes da seleção. Caso decidissem por selecionar neste momento, 4 (quatro) representantes seriam selecionados, de forma que já houvesse representantes tanto para a possibilidade de 1 quanto 3 espaços de fala. Djonathan Ribeiro lembrou ainda que uma das representantes da sociedade civil questionou sobre se seria criado um grupo de mensagens rápidas entre os membros e em resposta disse que na proposta do regimento havia a previsão da criação de um grupo como este e que a seleção dos representantes para o evento poderia acontecer pelo grupo, sendo formalizada por e-mail posteriormente.

35. Os membros da Sociedade Civil informaram que preferiam conversar entre eles antes da indicação e concordaram com a criação do grupo de mensagens rápidas.

36. Após serem discutidos todos os pontos da pauta, a reunião foi encerrada às 15h46.

Ata da 2ª Reunião do Plenário - Comissão Municipal ODS

I - dia, hora e local da reunião - no dia 07 de agosto de 2020, às 14h, foi realizada por meio do Microsoft Teams a segunda Reunião Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes;

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Segmento 1 – Região Centro-Oeste:

Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;
OAB - Seção São Paulo - 93º Subseção Pinheiros, entidade 1ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Thaís Maria Leonel do Carmo;
Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Jaqueline David;
União dos Escoteiros do Brasil – Região de São Paulo, entidade 2ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa;

Segmento 1 – Região Sul

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;
Instituto Siades – Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, entidade suplente do Segmento 1-Região Sul, representado por Sonia Maria Viggiani Coutinho;

Segmento 2

Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), entidade 1ª titular do Segmento 2, representado por Jorge Luiz Numa Abrahão;
Instituto Akatu, entidade 1ª suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 2, representado por Kaísa Isabel da Silva Santos,
ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade 2ª suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;

Associação Artigo 19, entidade 3ª titular do Segmento 2, representada por Youmna Abdulghani;
 União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade 3ª suplente do Segmento 2, representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;

Segmento 3

Universidade Federal de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;
 CEPEDOC - Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade 1ª suplente do segmento 3, representada por Marco Akerman;
 Universidade de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;
 Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais, entidade 2ª suplente do segmento 3, representada por Rita de Cássia Borges Ribas;

Estavam presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público municipal:

Gabinete do Prefeito–Coordenadoria de Relações Internacionais, representada por Marina Moraes de Andrade (titular) e Wagner Luiz Taques da Rocha (suplente);
 Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular) e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente);
 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada por César Tadeu Costa Coelho (suplente);
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por Thais Martins Domingues (titular);
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada por Zoraide Amaran-te Itapura de Miranda (titular) e Rossella Rossetto (suplente);
 Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente);
 Secretaria Municipal de Saúde, representada por Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular);
 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representada por Djonathan Gomes Ribeiro (titular) e por Giovana Barboza de Souza (suplente);

III - Pauta do dia;

Após ser verificada a presença de 9 (nove) membros titulares, entre representantes da Sociedade Civil, Iniciativa Privada, Comunidade Científica e do Poder Público, foi dado início à reunião, que contava com os seguintes itens de pauta:

- Apreciação da ata do dia 24/07
 - Votação do Regimento Interno
 - Apresentação do “Diagnóstico de indicadores de ODS”
 - Apresentação de algumas opções de Câmaras Temáticas e metodologias de trabalho
- Com relação ao último item da pauta, foi ressaltado que a votação das Câmaras

Temáticas e de suas metodologias de trabalho estava prevista para reunião plenária do dia 21 de Agosto de 2020.

IV – Deliberações:

1. A única solicitação de alteração na Ata do dia 24 de julho de 2020 foi realizada pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, que pediu para que as referências a ele como “Ergon Silva” fossem alteradas para “Ergon Cugler”.

2. Não havendo manifestações em contrário e nem solicitação de outras alterações, a alteração foi acatada e a ata foi aprovada por consenso.

3. Alexis Vargas, Presidente da Comissão – representante titular da Secretaria de Governo Municipal, passou para o seguinte item da pauta (Votação do Regimento Interno), questionando sobre as sugestões de alteração.

4. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se informando que os incisos do Art 3º, que trata sobre as competências da Comissão Municipal ODS, estavam mal redigidos pois abriam margem a dúvidas se as competências da Comissão se restringiam apenas ao âmbito municipal. Desta forma, sugeriu que fosse incluída nos incisos uma frase especificando que as atribuições da Comissão Municipal ODS se restringiam apenas ao âmbito do Município de São Paulo.

5. Alexis Vargas, Presidente da Comissão – representante titular da Secretaria de Governo Municipal, respondeu dizendo que a redação das competências da Comissão na minuta de Regimento é a mesma presente na Lei 16.817/18 e no Decreto 59.020/19, porém, apesar de termos a consciência de que as atribuições da Comissão Municipal ODS se restringiam ao âmbito municipal, da forma como estava escrito realmente abria margem para interpretação dada pelo representante da Universidade Federal de São Paulo. Para esclarecer isso no regimento, Alexis Vargas sugeriu que se colocasse o detalhamento no caput do Art 3º, pois isso bastaria para delimitar o âmbito das atribuições detalhadas nos incisos.

6. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se informando que discordava em colocar o detalhamento apenas no caput e que achava necessário haver o detalhamento nos incisos para explicitar que cada atribuição se referia apenas ao âmbito municipal.

7. O representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler, manifestou-se em relação ao Parágrafo único do Art 3º da minuta de Regimento dizendo que, apesar deste Parágrafo Único ter sido uma cópia do Decreto, ele restringia muito o caráter deliberativo da Comissão Municipal ODS, limitando-o apenas às “questões

externas” à Comissão. Para tentar minimizar esta restrição, Ergon Cugler sugeriu que no regimento constasse de forma explícita que a Comissão Municipal ODS teria como função realizar a articulação entre os documentos elaborados na Comissão e os planos municipais. Essa articulação ficaria a cargo de um grupo de trabalho criado no âmbito da Comissão e que seria responsável por acompanhar os planos municipais. Segundo o representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, essa proposta foi realizada para tentar evitar que as reflexões realizadas pela Comissão não reverberem nas legislações do Município de São Paulo, uma vez que a Comissão Municipal ODS não tem competência deliberativa no que diz respeito às legislações municipais.

8. A representante da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani, sugeriu alterar a redação do inciso II do Art. 3º da minuta de Regimento, que trata sobre o acompanhamento da Agenda 2030 no município, sugerindo que a frase “acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Agenda 2030 [...]” fosse substituída por “acompanhar e monitorar a implementação da Agenda 2030 [...]”, pois, da forma como estava redigido, parecia que a Agenda 2030 estava em constante construção. No entanto, informou que entendia que não dava para realizar a alteração uma vez que a redação tinha sido dada pela Lei 16.817/18 e pelo Decreto 59.020/19. Finalizando sua fala, informou que concordava com a proposição do representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler.

9. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela Chabbouh, respondeu às proposições de alteração de redação informando que o regimento trazia exatamente a redação da Lei municipal 16.817/18 e por isso não recomendava realizar mudanças para manter a relação com a Lei. No que se referia à proposta do representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, a representante não acreditava ser necessário estar explícito no Regimento a competência da Comissão Municipal ODS de realizar a relação entre seus trabalhos e os planos municipais, pois essa competência já havia sido especificada na Lei municipal 16.817/18 e no Decreto 59.020/19.

10. A integrante da equipe para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Governo Municipal, Anna Marco, manifestou-se em complementação à fala da representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, informando que o Art. 18 do Decreto 59.020/19 previa a integração da Agenda 2030 e dos trabalhos da Comissão Municipal ODS aos instrumentos de planejamento municipal.

11. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que não via problemas em colocar, no regimento interno, uma redação “mais avançada” em relação ao Decreto; e que esta redação “mais avançada” no regimento poderia, até mesmo, inspirar avanços em uma eventual revisão do Decreto 59.020/19. Complementou dizendo que ainda que exista a previsão mencionada no Art. 18 do Decreto, ele estava propondo a realização de um movimento

oposto com a criação de um grupo de trabalho que manteria a Comissão Municipal ODS atenta e acompanharia de perto a realização desta articulação entre os trabalhos da Comissão e os instrumentos de planejamento municipal.

12. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se sobre as alterações no Art 3º da minuta de Regimento, dizendo que era tarefa da Comissão detalhar no regimento as atribuições dadas pela Lei 16.817/18 à Comissão Municipal ODS; desde que o regimento não “ferisse” a Lei não haveria problemas. Desta forma, reforçou que via a necessidade de realizar as alterações na minuta de Regimento.

13. O representante do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, Marco Akerman, manifestou-se dizendo que era importante que os membros da Comissão fossem “generosos” com a letra da lei, pois, nem sempre, as ações das pessoas são influenciadas pela lei. Dessa forma, sugeriu que a Comissão se preocupasse mais com a atuação que teria.

14. Alexis Vargas, Presidente da Comissão—representante titular da Secretaria de Governo Municipal, respondeu às manifestações informando que o Regimento não poderia atribuir novas competências à Comissão, porém concordava com o representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, sobre a importância de esclarecer a redação de pontos sobre as atribuições da Comissão que pudessem gerar dúvidas. Sugeriu que, além do esclarecimento no caput do Art 3º, também estivesse destacado no inciso II do mesmo artigo que as atribuições da Comissão Municipal ODS se restringiam ao âmbito municipal.

15. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que mantinha a discordância sobre explicitar apenas no caput do Art 3º que as atribuições da Comissão se restringiam ao âmbito municipal, que seria necessário haver a explicitação em cada inciso.

16. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que apesar de não ser possível alterar a forma como as atribuições estão dispostas na legislação, seria possível manter no Regimento interno a existência de um grupo de trabalho responsável pela articulação com os demais planos municipais e pelo acompanhamento do processo legislativo municipal.

17. Alexis Vargas, Presidente da Comissão – representante titular da Secretaria de Governo Municipal, respondeu à manifestação do representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, sugerindo que fosse feita uma complementação no inciso X do Art. 3º, incluindo na redação os instrumentos de planejamento do município. Desta forma, seria adicionada uma exemplificação em uma competência existente e não ficaria parecendo que o regimento estava criando uma competência nova.

18. O representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler, respondeu informando que concordava com a sugestão, desde que ficasse especificado.

19. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que não pensava ser necessária a criação de outra estrutura de trabalho para a Comissão Municipal ODS. Sugeriu que o grupo de trabalho proposto pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo poderia ser uma Câmara Temática e que o Plenário poderia deliberar, no início do próximo ano, sobre seu plano de trabalho.

20. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se sobre o Parágrafo único do Art 3º da minuta de Regimento dizendo que ele estabelece que as competências dos incisos, por ele citados, são de caráter consultivo, no entanto, o inciso I do Art 3º, também citado no Parágrafo único em questão, é o motivo pelo qual a Comissão Municipal ODS foi constituída, que é elaborar o plano de ação para implementação da Agenda 2030 no Município. A representante disse concordar que outros incisos mencionados no Parágrafo único não sejam de competência deliberativa da Comissão, diferentemente do inciso I, sobre o qual ela pensava ser. Finalizando sua fala, disse não fazer sentido a função precípua da Comissão Municipal ODS ser de natureza consultiva, pois isso restringiria a atuação da Comissão.

21. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se em concordância com a colocação da representante do Instituto Siades.

22. O Presidente da Comissão–representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, respondeu à manifestação informando que as determinações do Parágrafo único constavam no Decreto 59.020/19 e que não seria possível alterá-lo por meio do Regimento, no entanto, a Comissão poderia aprovar uma moção na qual constasse uma solicitação ao Prefeito para alterar o Decreto 59.020/19.

23. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se dizendo que, no Decreto 59.020/19, estavam previstos como de competência deliberativa apenas os temas que não diziam respeito às funções precípua da Comissão Municipal ODS.

24. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que entendia a posição do Presidente da Comissão sobre não ser possível alterar as disposições legais por meio do Regimento. Porém, os representantes da Sociedade Civil chamavam atenção para o caráter restritivo da definição como de caráter consultivo das principais atribuições da Comissão Municipal ODS e para o sentimento de frustração que isso gerava. Finalizando sua fala, o representante sugeriu que não houvesse no regimento a parte sobre as competências, pois, ao menos, não seria reforçado o “golpe” que foi dado na Comissão Municipal ODS.

25. A representante da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani, manifestou-se solicitando o esclarecimento sobre como interpretar as disposições do Decreto 59.020/19 que, apesar de dispor que a Comissão Municipal ODS tem caráter deliberativo e consultivo, explicita a função que seria deliberativa apenas no Art.13, que trata sobre as Câmaras Temáticas.

26. O Presidente da Comissão–representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, respondeu à questão informando que o Art.13 trata apenas das Câmaras Temáticas, pois como o responsável por aprovar as propostas de Câmaras Temáticas é o Plenário, estas atuam como uma estrutura consultiva a ser utilizada pelo próprio Plenário. Com relação às manifestações sobre as competências da Comissão Municipal ODS, Alexis Vargas disse que a ideia da competência relacionada ao plano de ação ser consultiva é que o Prefeito que for eleito tenha que seguir a Agenda 2030, porém podendo focar a atuação em diferentes temáticas de acordo com a orientação política (direita, esquerda ou centro). O Presidente complementou dizendo que desta forma seria respeitado o caráter democrático da Constituição brasileira e a Lei Orgânica do Município; sendo assim, a Comissão poderia sugerir o que entendesse como mais adequado, porém o Prefeito poderia escolher onde focar sua atuação, não sendo obrigado a seguir todas as recomendações da Comissão Municipal ODS. Finalizando sua fala, disse que gostaria de seguir conforme a manifestação do representante do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, sobre focar na atuação e não nos detalhes da legislação.

27. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se dizendo que a Lei 16.817/18 não restringia o caráter deliberativo da Comissão Municipal ODS, mas que a restrição constava no Decreto 59.020/19, sendo este mais restrito que a Lei. A representante disse que o Decreto deveria apenas definir como a Lei seria aplicada, não podendo ser mais restritivo que esta em relação às atribuições da Comissão Municipal ODS. Desta forma, haveria um “defeito” no Decreto 59.020/19.

28. Os representantes da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, e da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani, manifestaram-se de acordo com a representante do Instituto Siades.

29. O Presidente da Comissão–representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, manifestou-se concordando que a Lei 16.817/18 não detalha quais atribuições da Comissão Municipal ODS são consultivas ou deliberativas; e que seria possível colocar na pauta de uma próxima reunião a sugestão de alteração do Decreto 59.020/19.

30. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que o que deveria ser feito era omitir no Regimento o Parágrafo

único que delimitava quais atribuições eram consultivas e quais eram deliberativas, pois o decreto está “errado” com relação a este ponto.

31. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se em acordo com a retirada do Parágrafo único.

32. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, manifestou-se dizendo que compreendia que o papel da Comissão Municipal ODS é político, no sentido de influenciar a atuação do Executivo e do Legislativo e, caso conseguisse se fortalecer politicamente, poderia tentar evitar retrocessos. Segundo ele, o caráter deliberativo da Comissão poderia gerar uma inversão no processo democrático natural uma vez que os membros da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica foram eleitos por um grupo muito restrito. Finalizando sua fala, ressaltou que a existência da Comissão Municipal ODS era um exemplo para as demais cidades e que são raras as cidades que têm uma Comissão Municipal como esta.

33. O Presidente da Comissão—representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, colocou em votação a exclusão, da minuta de Regimento interno, do parágrafo único do Art 3º, que tratava sobre quais atribuições da Comissão Municipal ODS seriam de natureza consultiva.

34. Não havendo manifestações em contrário, o Parágrafo único do Art 3º da minuta de Regimento Interno foi excluído por consenso.

35. Passou-se para a sugestão seguinte de adição dada pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, que sugeriu que o nome dos representantes e das respectivas entidades estivessem registrados em documentos oficiais elaborados pela Comissão Municipal ODS.

36. Não havendo manifestações em contrário, a adição sugerida pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo foi aprovada por consenso.

37. Passou-se para a sugestão seguinte de alteração, que foi proposta pelo representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler. A sugestão foi para alterar a palavra “calendário” para “indicativo de calendário” no texto do parágrafo primeiro do Art 14 da minuta de Regimento Interno, que trata sobre a aprovação do calendário das reuniões ordinárias pelo Plenário. Segundo o representante, a sugestão de alteração foi dada para evitar a impossibilidade de que o calendário fosse alterado após sua aprovação.

38. Não havendo manifestações em contrário, a alteração sugerida foi acatada por consenso.

39. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela

Chabbouh, manifestou-se destacando que seria relevante a discussão sobre o ponto do Regimento que trata sobre como será feita a substituição dos titulares pelos suplentes. A representante ressaltou que a substituição do suplente pelo titular era importante no que se referia às votações, porém todas as entidades poderiam participar das discussões, independentemente de serem titulares ou suplentes.

40. O Presidente da Comissão—representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, manifestou-se em concordância com a representante suplente da Secretaria de Governo Municipal e explicou que, da forma como estava, preliminarmente, na minuta de regimento, na ausência do titular, votaria o 1º suplente; na ausência do titular e do 1º suplente, votaria o 2º suplente; e assim por diante. O presidente ressaltou que este detalhamento era importante pois apenas consta detalhado no regimento interno.

41. A representante da Associação Artigo 19, Youmna Abdulghani, questionou o que ocorreria na ausência tanto do titular quanto dos suplentes.

42. Alexis Vargas respondeu que o segmento ficaria sem votação.

43. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se em apoio de que a substituição fosse feita da forma como estava na minuta de Regimento, pois diminuiria a probabilidade do segmento ficar sem voto.

44. O Presidente da Comissão—representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, propôs que uma possibilidade poderia ser haver pares entre o 1º titular e o 1º suplente; o 2º titular e o 2º suplente; o 3º titular e o 3º suplente; e, em caso de ausência de qualquer titular e de seu respectivo suplente, poderia assumir no lugar quaisquer dos suplentes do segmento, independente da colocação.

45. Não havendo manifestação em contrário, a proposta foi aprovada por consenso.

46. O Presidente da Comissão—representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, chamou atenção para o item da minuta de Regimento que estabelecia que as reuniões, tanto do plenário quanto das Câmaras temáticas, seriam abertas; e disse que gostaria de debater com a Comissão a pertinência de manter todas as reuniões abertas, principalmente, em período eleitoral, quando discussões técnicas poderiam ser prejudicadas. O Presidente, também, manifestou preocupação com o tema da transparência e finalizou dizendo que a Comissão precisaria decidir sobre se todas as reuniões seriam abertas ao público.

47. O representante do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, Marco Akerman, manifestou-se dizendo que não seria necessário nem abrir nem fechar, mas que a Comissão poderia avaliar solicitações de participação.

48. A representante da Liga Solidária, Marlene Ferreira da Rocha, manifestou-se dizendo que as entidades eleitas combinaram com as demais entidades participantes do processo seletivo que seriam porta-vozes delas; e que achava complicado deixar as reuniões abertas, pois poderiam passar muitas pessoas pelas reuniões de forma “rotativa” o que não contribuiria para o andamento ou continuidade dos trabalhos.

49. Alexis Vargas esclareceu que a minuta de Regimento previa que o público em geral poderia participar das reuniões apenas para assistir e que a palavra poderia ser aberta a plateia por meio de decisão do plenário, sendo que a presidência poderia definir o tempo de fala.

50. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que achava a preocupação justa e que, apesar de não pensar que o debate político seja algo ruim, sabia que em contexto eleitoral poderiam ocorrer debates de “politicagem” e não debates políticos. Finalizou sua fala questionando aos membros do Poder Público se, com base na experiência deles, em outros conselhos havia uma grande participação ou ações de “politicagem”.

51. O representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Djonathan Ribeiro, respondeu ao questionamento informando que no CADES, apesar das reuniões serem abertas ao público em geral, geralmente, quem as frequentavam eram pessoas convidadas pelos(as) conselheiros(as), assim, geralmente, não participavam pessoas que não estavam inteiradas sobre a temática do Conselho.

52. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que a sociedade civil está sendo “limitada” nos diferentes níveis de governo; e que as reuniões deveriam ser abertas, sendo que as Câmaras Temáticas seriam mais restritas, porém com a possibilidade da permissão para presença de observadores.

53. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se dizendo que a atuação da Comissão seria muito “mão na massa”, porém que gostava da sugestão de haver momentos de ampla discussão. Finalizou sua fala dizendo que pensava que as reuniões do plenário deveriam ser abertas ao público, porém as reuniões das Câmaras Temáticas não deveriam ser tão abertas para evitar prejuízos ao andamento do trabalho.

54. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, manifestou-se em apoio a permanência das reuniões abertas, dizendo que a participação é muito importante.

55. A representante titular do Gabinete do Prefeito-Coordenadoria de Relações Internacionais, Marina Andrade, manifestou-se dizendo que concordava com a preo-

ocupação do Presidente da Comissão, tendo em vista o cenário de reuniões virtuais que estamos vivendo. Segundo a representante, no Webinar de lançamento do Relatório Local Voluntário do Município de São Paulo, realizado no dia 04/08, muitas pessoas participaram apesar da divulgação ter sido feita em um curto período. Finalizou sua fala dizendo que concordava com que as reuniões do Plenário fossem abertas e as das Câmaras Temáticas fechadas; e que concordava que a Comissão tivesse a premissa de abrir ou fechar as reuniões de acordo com a pauta da reunião.

56. O Presidente da Comissão-representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que parecia que os membros da Comissão haviam entrado em consenso sobre as reuniões do Plenário serem abertas e as das Câmaras Temáticas serem fechadas.

57. Não havendo manifestação em contrário, ficou decidido, por consenso, que as reuniões do Plenário sejam abertas e que as reuniões das Câmaras Temáticas sejam fechadas, com a possibilidade de que os membros das Câmaras Temáticas possam votar pela sua abertura.

58. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se em relação a possibilidade de que a plateia pudesse ter direito à fala, dizendo que poderia ser reservado um momento para fala das pessoas da plateia, talvez ao final da reunião plenária; sendo que seria aberta apenas para alguns.

59. Após serem discutidas todas as sugestões de alteração e adição na minuta de Regimento interno, o Presidente da Comissão-representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, manifestou-se perguntando se seria possível considerar o regimento aprovado, sendo que ficaria pendente apenas a forma de redação do dispositivo que trata sobre como se dará a substituição dos titulares pelos suplentes nas reuniões plenárias em caso de ausência dos primeiros. Ressaltou, contudo, que não haveria problema caso o regimento fosse aprovado na próxima reunião plenária.

60. Não houve manifestação em contrário em relação a uma opção ou a outra, desta forma o Regimento ficou aprovado, porém a versão final será enviada posteriormente.

61. Passou-se para o seguinte item da pauta (Apresentação do “Diagnóstico de indicadores de ODS”).

62. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela Chabbouh, iniciou a apresentação sobre o item da pauta abordando a legislação (Decreto 59.020/19 e Portaria SGM 198/20) que possibilitou a criação e definiu a composição do Grupo de Trabalho Intersecretarial responsável pela elaboração do Diagnóstico de Indicadores. A representante destacou que a ideia da apresentação era familiarizar os membros da Comissão com a estrutura do relatório de forma a contribuir com a com-

preensão do mesmo no momento da leitura. Com relação ao ODS 13, foi explicado que as informações sobre este ODS constantes no Diagnóstico são diferentes das informações relacionadas aos demais ODS, pois é necessário esperar o resultado das discussões que estão sendo feitas sobre o Plano de Ação Climática do Município; com relação ao ODS 14, foi explicado que ele não foi trabalhado, pois houve o entendimento de que a cidade de São Paulo não tinha influência direta nas metas deste Objetivo; com relação ao ODS 3, o fato da equipe da Secretaria Municipal de Saúde ter estado focada, principalmente, no enfrentamento à pandemia da Covid-19, fez com que a reflexão sobre este ODS tenha sido menor.

63. Ao apresentar a estrutura dos capítulos referentes aos ODS, a representante destacou que no momento da elaboração do Diagnóstico não foram estabelecidas metas municipais para nenhuma meta dos ODS, pois houve o entendimento de que o estabelecimento das metas municipais era função da Comissão Municipal ODS.

64. Ao final de sua apresentação, a representante destacou que 135 temáticas (metas) foram identificadas como municipalizáveis e que, a princípio, 34 não haviam sido compreendidas como passíveis de municipalização; que foram identificados indicadores relacionados a 103 temáticas (metas), sendo que para 32 temáticas (metas) não foram identificadas informações de indicadores quantitativos; e que entre os 390 indicadores encontrados, 31 possuem informações desagregadas por Subprefeitura ou por distrito disponíveis no ObservaSampa, portal oficial para informação dos indicadores do Município de São Paulo em relação ao Programa Cidades Sustentáveis e aos ODS. Também foi destacado que o diagnóstico é um subsídio ao trabalho da Comissão Municipal ODS estando aberto a sugestões e modificações pela Comissão.

65. A representante titular do Gabinete do Prefeito-Coordenadoria de Relações Internacionais, Marina Andrade, manifestou-se parabenizando o trabalho realizado e dizendo que este processo trouxe um ganho absurdo em termos de disseminação dos ODS na Prefeitura e de coordenação entre as secretarias, representando um grande ganho institucional.

66. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, manifestou-se parabenizando o trabalho realizado e dizendo que o diagnóstico seria uma base interessante para os trabalhos da Comissão. Em sua fala também ressaltou a importância da desagregação dos dados para o enfrentamento às desigualdades e para o “pressionamento” para que o orçamento municipal fosse distribuído de forma regionalizada, com parcelas maiores sendo destinadas às áreas mais vulneráveis do Município. Finalizou sua fala destacando a importância da existência do ObservaSampa para o acompanhamento dos indicadores e destacando que a Comissão Municipal ODS terá um papel muito grande na construção dos próximos relatórios diagnósticos elaborados.

67. A representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Am-

biente, Giovana Souza, também se manifestou parabenizando o trabalho realizado.

68. A representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rossela Rosseto, manifestou-se dizendo que trabalha com o ObservaSampa, que a plataforma está no ar e que os indicadores são atualizados semestralmente. Em relação aos indicadores de monitoramento das metas dos ODS, informou que, após a validação pela Comissão Municipal ODS, eles serão disponibilizados no ObservaSampa.

69. O Presidente da Comissão-representante titular da Secretaria Municipal de Governo, Alexis Vargas, manifestou-se parabenizando o trabalho que articulou o Governo inteiro e dará um norte muito importante para os trabalhos da Comissão Municipal ODS. O Presidente também destacou a importância do ObservaSampa. Em sua fala adentrou no próximo ponto da pauta (Apresentação de algumas opções de Câmaras Temáticas e metodologias de trabalho) e abordou as propostas formuladas pela Secretaria de Governo Municipal. A primeira opção seria agrupar os ODS por grandes temas (Economia – ODS 8, 9, 10 e 12 –; Sociedade I – ODS 1, 2, 3 e 4 –; Sociedade II – ODS 5, 7 e 11 –; Meio Ambiente – ODS 6, 13, 15 –; e Institucional – ODS 16 e 17 –). A segunda opção seria haver uma câmara temática por ODS. A terceira e última opção seria uma distribuição dos ODS de acordo com os órgãos da Prefeitura que compõem a Comissão Municipal ODS, sem necessariamente ter como fundamento a “burocracia” da Prefeitura, mas sim a operacionalidade; tendo pessoas que trabalham com os temas de ODS específicos na Prefeitura trabalhando, também, nas Câmaras Temáticas com os mesmos temas. Esta terceira opção ficaria da seguinte forma: a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social ficaria com os ODS relacionados às temáticas sociais; a Secretaria Municipal de Educação ficaria responsável pelos ODS relacionados às temáticas de educação; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ficaria com os ODS relacionados à temática urbana; a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho ficaria responsável pelos ODS relacionados à temática econômica; a Secretaria Municipal de Saúde ficaria com os ODS relacionados à temática de saúde e bem-estar; a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente ficaria responsável pelos ODS relacionados à temática ambiental; e a Secretaria de Governo Municipal, junto com o Gabinete do Prefeito-Coordenadoria de Relações Internacionais, ficariam responsáveis pelos ODS que tratam sobre a temática de fortalecimento institucional.

70. A representante suplente da Secretaria Municipal de Governo, Gabriela Chabbouh, manifestou-se lembrando que as propostas apresentadas tinham como objetivo iniciar a discussão sobre o tema, porém a definição das Câmaras temáticas e de suas metodologias de trabalho seriam objeto de votação da próxima reunião plenária. Com relação às proposições apresentadas, disse que entendia que a última opção seria a mais flexível e abrangente e que as Secretarias responsáveis pela coordenação dos trabalhos poderiam mobilizar outros atores para comporem as câmaras temáticas.

71. O representante do Instituto Cidades Sustentáveis, Jorge Abrahão, manifestou-se dizendo que, neste início de discussão sobre as Câmaras Temáticas, um dos grandes desafios postos pelo Desenvolvimento Sustentável à Comissão era a integração de temas. Neste sentido, ele defenderia, a princípio, uma composição de Câmaras Temáticas que fosse parecida com a primeira proposta. No entanto, ele mudaria os nomes para temas que possibilitassem agrupamentos maiores que fossem relacionados aos desafios ambientais, sociais, econômicos e políticos. Finalizando sua fala lembrou que a ONU resume os ODS em 5 Ps: planeta, pessoas, prosperidade, paz e parcerias.

72. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que gostou mais do agrupamento de Câmaras Temáticas da primeira opção; também gostou da ideia dos 5 Ps mencionada pelo representante do Instituto Cidades Sustentáveis. O representante também sugeriu que ficasse em aberto os ODS que cada Câmara Temática irá trabalhar.

73. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, questionou se a representação regional seria importante na Câmara Temática.

74. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela Chabbouh, respondeu ao questionamento dizendo que, neste momento, não haveria um foco particular na questão regional. Continuando sua fala a representante deu mais explicações sobre a proposta C e disse que a definição das Secretarias que seriam coordenadoras foi feita com base na competência da secretaria para lidar com o tema. A representante disse ser partidária desta opção pois ela daria responsabilidades às secretarias para liderarem as discussões temáticas, fator que poderia ser benéfico para o cumprimento do cronograma. Ao tratar sobre o cronograma, destacou que foram incluídas, entre 6 e 22 de novembro, rodadas de consulta pública; e que os trabalhos das Câmaras Temáticas foram pensados para iniciar com um foco maior sobre as temáticas que têm indicadores existentes ou potenciais; estas temáticas teriam a municipalização concluída antes das 1) temáticas sem indicadores, mas sobre as quais há clareza sobre as competências municipais e 2) temáticas sem indicadores e sobre as quais não há clareza sobre as competências municipais.

75. O Presidente da Comissão-Representante titular da Secretaria de Governo Municipal, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que seria importante compreender, naquele momento, as propostas sobre a forma de trabalho, pois isso influenciaria no estabelecimento das Câmaras Temáticas. Sobre a consulta pública, disse que ela ocuparia uma rodada de discussão das Câmaras Temáticas. Em relação a distribuição dos ODS entre as Câmaras Temáticas, disse que se os mesmos ODS fossem distribuídos por Câmaras diferentes, seria preciso esperar todas as Câmaras que estivessem trabalhando com estes ODS concluírem seus trabalhos antes de levar as propostas de municipalização para aprovação do Plenário, fator que poderia atrasar a formulação da Agenda Municipal 2030; caso as Câmaras Temáticas ficassem responsáveis por ODS inteiros,

isso poderia contribuir para o cumprimento do cronograma. Finalizando sua fala, disse que as propostas foram feitas no sentido de organizar o trabalho da melhor forma possível visando o cumprimento do cronograma até dezembro. Ressaltou que o fato do cronograma ir até dezembro já apresentaria um risco da Agenda Municipal 2030 não ficar pronta antes do final do ano e que quanto mais coisas fossem ficando em aberto, maior seria o risco de não cumprir o cronograma.

76. Ficou decidido que mais uma proposta de composição das Câmaras Temáticas seria apresentada com base nos 5 Ps.

77. Tendo sido debatidos todos os assuntos da pauta a reunião foi encerrada às 17h.

Ata -3ª Reunião do Plenário - Comissão Municipal ODS

I - dia, hora e local da reunião - **No dia 21 de Agosto de 2020, às 14h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a terceira Reunião Plenária** da Comissão Municipal ODS.

II - nome dos membros presentes;

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Segmento 1 – Região Centro-Oeste:

Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;

OAB - Seção São Paulo - 93ª Subseção Pinheiros, entidade 1ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Thaís Maria Leonel do Carmo;

Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Jaqueline David;

União dos Escoteiros do Brasil – Região de São Paulo, entidade 2ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa;

Segmento 1 – Região Sul

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;

Instituto Siades – Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, entidade suplente do Segmento 1-Região Sul, representado por Sonia Maria Viggiani Coutinho;

Segmento 2

Instituto Akatu, entidade 1ª suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 2, representado por Kaísa Isabel da Silva Santos,

ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade 2ª suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;

Associação Artigo 19, entidade 3ª titular do Segmento 2, representada por Youmna Abdulghani;
 União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade 3ª suplente do Segmento 2, representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;

Segmento 3

Universidade Federal de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;
 CEPEDOC - Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade 1ª suplente do segmento 3, representada por Marco Akerman;
 Universidade de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;
 Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais, entidade 2ª suplente do segmento 3, representada por Rita de Cássia Borges Ribas;
 Não esteve presente Jorge Luiz Numa Abrahão, representante do Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), entidade 1ª titular do Segmento 2.
 Estavam presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público Municipal:
 Gabinete do Prefeito–Coordenadoria de Relações Internacionais, representada por Marina Moraes de Andrade (titular) e Wagner Luiz Taques da Rocha (suplente);
 Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular) e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente);
 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada por César Tadeu Costa Coelho (suplente);

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por João Paulo de Brito Greco (suplente);
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada por Rossella Rossetto (suplente);
 Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente);
 Secretaria Municipal de Saúde, representada por Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (titular);
 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representada por Djonathan Gomes Ribeiro (titular) e por Giovana Barboza de Souza (suplente);
 A representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Zoraide Amarante Itapura de Miranda, informou, por meio de e-mail enviado à Secretaria Executiva, que estava em férias.

III - pauta do dia;

Após ser verificada a presença de 11 membros com direito a voto, entre representantes da Sociedade Civil, Iniciativa Privada, Comunidade Científica e do Poder Público, foi

dado início à reunião, que contava com os seguintes itens de pauta:

- 1 - Apreciação da minuta de Ata da Reunião Plenária do dia 07/08/2020;
- 2 - Apreciação da versão final do Regimento Interno;
- 3 - Discussão e votação das propostas de Câmaras Temáticas e de suas metodologias de trabalho.

IV – Deliberações

1. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal (SGM), Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh, iniciou a reunião como Presidente em exercício, devido à ausência do representante titular da SGM, Alexis Galias de Souza Vargas. Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh questionou se havia alguma solicitação de alteração ou adição em relação à Ata da segunda reunião plenária, realizada no dia 07 de agosto de 2020.
2. Não havendo solicitações de alteração ou adição, a ata foi aprovada por consenso.
3. A Presidente em exercício passou então para o seguinte item da pauta (apreciação da versão final do Regimento Interno) informando que as alterações sugeridas na última reunião da Comissão Municipal ODS estavam destacadas em amarelo no Regimento editado que foi enviado, por e-mail, para os membros da Comissão no dia 12 de agosto de 2020.
4. Não havendo solicitação de alteração ou adição, o Regimento Interno foi ratificado por consenso dos presentes.
5. A Presidente em exercício passou para o seguinte item de pauta (Discussão e votação das propostas de Câmaras Temáticas e de suas metodologias de trabalho) informando que seria importante que todos se manifestassem sobre as preferências de Câmaras temáticas e, observando a planilha enviada no dia 12 de agosto de 2020 para que os membros registrassem seus posicionamentos com relação às opções de divisão de Câmaras Temáticas apresentadas por SGM, informou que havia uma predominância de apoio à proposta C, na qual as metas dos ODS estariam divididas entre as seguintes Câmaras temáticas: temáticas sociais; temáticas educacionais; temáticas urbanas; temáticas econômicas; temáticas de saúde e bem-estar; temáticas ambientais; temáticas de fortalecimento institucional. Gabriela Chabbouh informou que, caso esta proposta fosse aprovada, ficaria a cargo dos coordenadores das Câmaras Temáticas suprir o principal ponto fraco desta proposta, que é a divisão das Câmaras de uma forma que diminui o tratamento transversal das temáticas; assim, os coordenadores deveriam mapear e convocar outras Secretarias importantes para discussão além das Secretarias destacadas, na proposta inicial, como prioritárias para participarem de cada Câmara.
6. A Presidente em exercício respondeu à pergunta feita pela representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos, sobre se outras

Secretarias poderiam ser convocadas a qualquer momento. Disse que a proposta C de Câmaras Temáticas foi pensada pela SGM com base em quais Secretarias seriam indispensáveis para uma determinada Câmara e não excluía a possibilidade de que outras Secretarias fossem convidadas a participar das discussões, porém não, necessariamente, como membro permanente da Câmara Temática. Segundo a Presidente em exercício, a seleção de quais Secretarias seriam membros permanentes de determinadas Câmaras Temáticas foi feita com base nas Secretarias que lideraram as discussões das metas relacionadas àquelas Câmaras durante o processo de diagnóstico; e, também, com base nas Secretarias que tinham, no mínimo, duas temáticas em determinada Câmara que necessitavam ser aprovadas prioritariamente por elas.

7. A representante titular do Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais (Gabinete-CRI), Marina Moraes de Andrade, manifestou-se dizendo que, entre as 4 propostas de divisão das Câmaras Temáticas, ela e o representante suplente de Gabinete-CRI, Wagner Luiz Taques da Rocha, preferiam a proposta C. Para eles a proposta A - que dividia as Câmaras Temáticas em Sociedade I – ODS 1, 2, 3, 4; Sociedade II – ODS 5,7,11; Meio Ambiente – ODS 6, 13, 15; Economia – ODS 8, 9, 10, 12; e Institucional – ODS 16 e 17 - era muito vaga e tinha o problema da Sociedade estar dividida em duas Câmaras Temáticas; a proposta B - que propunha uma Câmara Temática por ODS - era impraticável pela difícil operacionalização e, também, não contribuía para que as discussões fossem feitas de forma transversal; a proposta D - que dividia os ODS de acordo com as Câmaras Temáticas de Pessoas, Prosperidade, Planeta, Paz e Parcerias - era uma proposta mais discursiva que operacional; finalmente, a proposta C, após algumas mudanças, possibilitaria um gerenciamento e monitoramento mais fácil das Câmaras Temáticas.

8. Após a leitura dos comentários registrados pelos membros da Comissão na Planilha de propostas de Câmaras temáticas, a Presidente em Exercício, Gabriela Chabbouh, colocou em votação a divisão das Câmaras temáticas. Votaram na proposta C: a representante da Liga Solidária, Marlene Rocha; a representante da Ciclocidade, Jaqueline David; a representante da Fundação Abrinq, Jucilene Rocha; a representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos; na ausência da representante da Associação Artigo 19, o representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler; a representante da Universidade de São Paulo, Denise Espinosa; a representante do Gabinete-CRI, Marina Andrade; a Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh; o representante suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento, Cesar Coelho; o representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, João Greco; a representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rossella Rosseto; a representante titular da Secretaria Municipal de Educação, Claudia Hamada; o representante titular da Secretaria Municipal de Saúde, Estevão Santos. Votaram na proposta D: a representante do Instituto Akatu, Denise Conselheiro; e o representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman. Absteve-se o representante

titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Djonathan Ribeiro.

9. A proposta de divisão C foi aprovada por votação de maioria simples.

10. Passou-se para a discussão sobre as propostas de ajustes à opção C de divisão de Câmaras Temáticas. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, sugeriu que fosse feita uma análise prévia de quais metas poderiam ser trabalhadas de forma conjunta por determinadas Secretarias para garantir que este trabalho seja feito conjuntamente durante as discussões das Câmaras Temáticas.

11. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, questionou a representante da Ciclocidade, Jaqueline David, sobre se ela gostaria de explicar a proposta feita por ela de transferir a meta 3.6 da Câmara Temática de saúde e bem-estar para a Câmara Temática de urbanismo. Gabriela Chabbouh lembrou que, ao invés de transferir a meta para outra Câmara, uma estratégia poderia ser convidar a Secretaria Municipal de Transportes para participar da Câmara de saúde e bem-estar.

12. A representante da Ciclocidade, Jaqueline David, manifestou-se dizendo que a proposta foi feita no sentido de somar os esforços das Secretarias envolvidas para tratar do tema. Segundo Jaqueline David, a Ciclocidade pensa a mobilidade urbana como uma política social que precisa de uma discussão do ponto de vista da questão urbana, desta forma a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes estaria mais ligada a esta meta.

13. O representante titular da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Estevão Santos, manifestou-se dizendo que não tinha objeção em relação à transferência da meta 3.6 para a Câmara de urbanismo. Segundo o representante, o papel da SMS seria apoiar a oferta de condições de vida mais saudáveis e, especificamente em relação à meta 3.6, a SMS acompanha apenas a causa da mortalidade. Sendo assim, a capacidade da SMS para atingir a meta de acidentes é muito reduzida quando comparada às atribuições da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

14. O funcionário do Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), Igor Pantoja, ao receber o direito de palavra da Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que havia muitas metas nacionais que eram diferentes das metas da ONU e estabeleciam prazos diferentes para serem atingidas, porém as metas nacionais não haviam sido observadas pelas propostas de municipalização presentes no diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para a Seleção dos Indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e para as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTI-PSC/ODS).

15. A Presidente em exercício, manifestou-se dizendo que as metas nacionais apresentadas pelo IPEA, a pedido da Comissão Nacional ODS, não foram ratificadas pela

Presidência da República, sendo apenas propostas técnicas. Desta forma, as proposições de municipalização das metas presentes no diagnóstico não seguiram o documento do IPEA, apesar do GTI-PSC/ODS ter utilizado o documento como uma referência. Segundo Gabriela Chabbouh, o trabalho da Comissão Municipal ODS é trazer os Objetivos da ONU para a realidade local da cidade de São Paulo.

16. A Presidente em exercício colocou em votação a proposta da representante da Ciclocidade, Jaqueline David. A proposta de transferência da meta 3.6 foi aprovada por consenso.

17. Passou-se para a próxima proposta da representante da Ciclocidade, Jaqueline David, de incluir a meta 13.2 entre as metas da Câmara de temáticas urbanas.

18. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, manifestou-se em relação à proposta explicando que a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente é responsável por tratar das questões relacionadas às políticas de mudanças climáticas, por meio do Plano de Ação Climática. A meta 13.2 foi colocada na Câmara Temática Ambiental por uma questão de governança da temática na Prefeitura Municipal de São Paulo. Desta forma, ela se opunha a mudar a meta 13.2 de Câmara Temática.

19. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que a SGM estava planejando as Câmaras Temáticas existentes e as metas que abarcaria com base na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo, mas que poderíamos aproveitar a oportunidade da Agenda 2030 para propor uma nova estrutura administrativa, que fosse mais adequada à atuação para o desenvolvimento sustentável.

20. A representante da Ciclocidade, Jaqueline David, manifestou-se dizendo que a entidade sempre faz a sugestão de que o tema das mudanças climáticas seja tratado por meio de uma perspectiva urbanística, pois seria possível tratá-lo de forma mais holística, incluindo os transportes na discussão. Segundo a representante, não é possível tratar o tema das mudanças climáticas sem abordar o tema dos veículos motorizados, sendo assim, a proposta de incluir a meta 13.2 na Câmara Temática de urbanismo foi feita como uma tentativa de tratá-la de forma mais holística.

21. A representante do Gabinete-CRI, Marina Andrade, explicou que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente é a Secretaria Executiva do “Comitê de Mudança do Clima e de Economia” e que este Comitê tem coordenado a formulação do Plano de Ação Climática. Praticamente, todos os órgãos da Prefeitura estão envolvidos com as políticas de Mudanças Climáticas e já estão implementando políticas. A representante disse que concordava em transferir a temática para o eixo urbano e que esta era uma temática intersecretarial e, apesar de não saber como irá funcionar a participação de outras Secretarias nas Câmaras Temáticas, seria importante que houvesse a participação de pessoas

do Comitê do Clima na Câmara de Temáticas urbanas.

22. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que entendia que as temáticas seriam trabalhadas de forma interdisciplinar, mas que poderíamos pensar em propor novas estruturas de trabalho para Prefeitura de São Paulo que trabalhassem as temáticas de forma interdisciplinar e citou, como exemplo, a criação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Campinas, que ficou responsável por pensar a articulação dos diferentes órgãos da Prefeitura na atuação em prol do Desenvolvimento Sustentável.

23. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, manifestou-se perguntando se poderia colocar em votação a proposta de transferir a meta 13.2 para a Câmara de Temáticas urbanas e disse que apesar de compreender a intenção da proposta, não concordava com a transferência tendo em vista o desafio que a Comissão e suas Câmaras Temáticas têm no momento. Como a meta está sendo trabalhada atualmente sob coordenação da SVMA, seria melhor não transferi-la de Câmara.

24. O representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Djonathan Ribeiro, manifestou-se dizendo que seria importante que em todas as Câmaras Temáticas estivessem presentes as pessoas ou departamentos necessários das respectivas Secretarias para que cada meta fosse discutida de forma transdisciplinar e intersetorial. O representante disse ainda que, durante os trabalhos, poderiam surgir outras propostas de transferência de metas de uma Câmara para a outra e desta forma, ao invés de serem discutidas todas as propostas de transferência no momento da Reunião Plenária – dado o grande número de metas/temáticas –, seria interessante que os membros do Plenário entendessem se, após o estabelecimento das Câmaras Temáticas, haveria a possibilidade de transferência de metas entre as Câmaras e como se daria a relação entre elas. Destacou que um dos elementos fundamentais para que os ODS possam ser atingidos é a discussão transdisciplinar das temáticas/metastas existentes em um mesmo ODS e entre os ODS para que sejam identificadas as relações de sinergia e “trade-offs” entre as metas, de forma a impulsionar as sinergias e solucionar ou superar – quando possível – os trade-offs; a relação entre as Câmaras e a presença dos departamentos necessários para discussão dentro de cada Câmara poderia contribuir para isso.

25. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que a forma como as Câmaras trabalhariam ficaria mais clara com a explicação da proposta de plano de trabalho preparada pela SGM.

26. O representante titular da SVMA, Djonathan Ribeiro, propôs, então, que antes da discussão sobre as transferências de metas fosse explicado o plano de trabalho para ficar mais claro como se daria o trabalho das Câmaras e a relação entre elas.

27. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, concordou com a proposta e passou a explicar como as Câmaras trabalhariam. Segundo a Presidente, as Câmaras Temáticas

cas se reunirão em quatro rodadas de discussões. Durante as próximas três semanas, as Câmaras Temáticas deverão elaborar seus planos de trabalho, tendo como base o Diagnóstico elaborado pelo GTI PCS/ODS. É responsabilidade das Câmaras temáticas fazer o mapeamento de todos os atores necessários, tanto do poder público quanto da sociedade civil, iniciativa privada e comunidade científica, que precisarão participar de suas discussões.

28. A Presidente continuou, informando que, de acordo com o cronograma, esperava-se que naquela mesma reunião já fosse elaborada a lista de organizações da Sociedade Civil e do Poder Público, membros do Plenário, que participariam de cada Câmara Temática, bem como que fossem definidos os(as) coordenadores(as) de cada Câmara para que a portaria de designação dos membros e respectivos coordenadores pudesse ser publicada o quanto antes.

29. A representante do Gabinete-CRI, Marina Andrade, manifestou-se solicitando esclarecimentos sobre se haveria a possibilidade das metas serem revisadas para, se fosse o caso, serem realocadas em outra Câmara.

30. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que entendia que seria possível que houvesse um diálogo entre as Câmaras temáticas no momento da revisão das metas para que tivessem clareza de quais metas estariam sobre sua responsabilidade para municipalização. Desta forma, poderia ser dado um prazo, até o dia 10 de setembro, para troca de metas entre as Câmaras e que seus membros deveriam tomar o cuidado para que nenhuma temática ficasse órfã.

31. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, perguntou se os suplentes precisariam acompanhar os titulares em todas as Câmaras Temática, ou se poderiam estar em outras Câmaras.

32. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que as inscrições poderiam ser realizadas livremente. Voltando à explicação de como se daria o trabalho das Câmaras, a Presidente disse que a proposta inicial apresentada por SGM trazia as Secretarias ou órgãos que não poderiam faltar nas Câmaras, mas que outros poderiam ser convidados. Deu o exemplo da Câmara de temática social, onde estavam previstas a presença como membros, no mínimo das Secretarias de Direitos Humanos e de Assistência Social, porém isso não significaria que outras Secretarias não poderiam ser convidadas para atuarem como membros ou apenas contribuírem com discussões de metas específicas.

33. Gabriela Chabbouh seguiu com a explicação dizendo que havia o interesse de que as Câmaras Temáticas fossem paritárias, com o mesmo número de representantes do poder público e da sociedade civil; e que SGM gostaria que cada Câmara Temática tivesse, no mínimo, duas instituições da sociedade civil. As Câmaras terão um(a) coor-

denador(a), que precisa ser uma pessoa com disponibilidade para articular os trabalhos; e suas competências estão dispostas no Regimento Interno.

34. A Presidente em exercício passou para explicação da minuta de Plano de Trabalho preparada pela SGM na qual estavam indicados os conteúdos mínimos que os planos de trabalho apresentados pelas Câmaras Temáticas deveriam ter; e também continha informações sobre documentos de apoio aos trabalhos que desenvolveriam. Gabriela Chabbouh destacou que havia a intenção de realizar as consultas públicas paulatinamente à aprovação do conjunto de metas aprovadas, sendo que a proposta é que as Câmaras Temáticas comecem a trabalhar a partir das metas menos complexas, que tenham informação sobre seus respectivos indicadores e, claramente, são de competência municipal. A intenção é que as primeiras reuniões das Câmaras sejam realizadas na semana do dia 24/08/2020 tendo como pauta a discussão sobre o cronograma de trabalho. A periodicidade do trabalho será definida pelas próprias Câmaras Temáticas.

35. Após a explanação sobre a minuta do Plano de Trabalho, a representante da Liga Solidária, Marlene Rocha questionou se a Agenda Municipal 2030 seria implementada a partir de 2021.

36. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que a ideia é que a Agenda Municipal 2030 contenha os compromissos que a Prefeitura deve assumir até 2030.

37. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, manifestou-se dizendo que era importante se atentar para o fato de que no momento da divulgação da consulta pública a população poderia fazer confusão e pensar que a Agenda 2030 já seria implementada a partir deste ano.

38. A representante da ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, Marina Noguti, perguntou se tanto os titulares quanto os suplentes do Plenário poderiam ser coordenadores nas Câmaras Temáticas.

39. A Presidente em exercício respondeu positivamente, dizendo que tanto titulares como suplentes do Plenário poderiam ser coordenadores das Câmaras Temáticas.

40. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se em relação à fala da representante da Liga Solidária, dizendo que a Agenda Municipal 2030 deveria começar a ser implementada a partir de 2021.

41. A Presidente em exercício, informou que está claro que a Agenda já passará a valer a partir de 2021, mas, ao mesmo tempo, o Prefeito que for eleito no ano que vem que vai ter que decidir sobre as ações que realizará.

42. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, manifestou-se dizendo que as organizações da sociedade civil que têm convênio com a Prefeitura já estão começando a planejar o que será implementado no ano que vem, sendo assim, em comparação, não daria tempo de implementar, no ano que vem, os planos nos quais a Comissão Municipal ODS está trabalhando.

43. A Presidente em exercício, manifestou-se dizendo que o trabalho que está sendo realizado não estabelece metas a serem atingidas em 2021, 2022 ou 2024, como, por exemplo, a publicação com propostas de metas para os candidatos a Prefeito realizada, recentemente, pela Rede Nossa São Paulo.

44. O representante titular da SVMA, Djonathan Ribeiro, manifestou-se dizendo que uma coisa que poderia gerar confusão é que o(a) Prefeito(a) que entrar no próximo ano estará sob a vigência do último ano do PPA do atual Prefeito e deverá formular o seu PPA durante 2021; o qual deverá observar a Agenda Municipal 2030, porém terá vigência apenas a partir do segundo ano de governo. De qualquer forma, haveria possibilidades de que o(a) futuro(a) Prefeito(a) adaptasse os planos de seu primeiro ano de forma a começar a implementar a Agenda Municipal 2030.

45. Em relação às audiências ou consultas públicas, o representante titular da SVMA, Djonathan Ribeiro, manifestou-se dizendo que no momento de divulgação das consultas seria importante ater-se ao e-mail enviado pela Secretaria de Comunicação (SECOM) sobre as restrições às comunicações da Prefeitura durante o período eleitoral.

46. A Presidente em exercício, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que SGM estava atenta ao e-mail enviado pela SECOM e que a consulta não seria feita por meio de audiências, mas por meio de consultas on-line, possivelmente por meio da plataforma “participe mais”.

47. Após a explicação sobre o Plano de trabalho, Gabriela Chabbouh retornou às propostas de adaptação da opção eleita para divisão das Câmaras Temáticas e colocou em discussão a proposta da representante da Fundação Abrinq, Jucilene Rocha, sobre unificar as Câmaras Temáticas de educação e de saúde e bem-estar.

48. A representante da Fundação Abrinq, Jucilene Rocha, manifestou-se dizendo que pensou que quanto mais Câmaras Temáticas houvessem mais trabalhoso seria e, desta forma, havia feito a proposta de unificar as Câmaras com a intenção de otimizar o tempo, pois quanto mais Câmaras tiver, provavelmente, mais demorará a conclusão dos trabalhos.

49. O Presidente, representante titular da SGM, Alexis Vargas, que havia entrado na sala da reunião, questionou sobre qual seria o total de metas caso as duas Câmaras fossem fundidas.

50. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que, com a junção, a nova Câmara ficaria responsável por 21 metas.

51. O Presidente respondeu dizendo que, então, concordava com a junção uma vez que a nova Câmara não ficaria sobrecarregada.

52. O representante da Secretaria Municipal da Saúde, Estevão Santos, manifestou-se dizendo que ele ficava receoso em relação à unificação das Câmaras Temáticas de Educação e de Saúde e Bem-Estar, pois ambas são temáticas densas e observar apenas o equilíbrio de metas dentro da Câmara pode gerar engano, pois a distribuição quantitativa não necessariamente reflete em uma boa distribuição qualitativa. Estas são temáticas muito grandes e que contarão com a participação de outras áreas de políticas públicas. Finalizando sua fala, disse que acreditava que a junção levaria a uma redução da importância tanto da temática de educação quanto da de saúde.

53. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que se preocupava com a proposta da junção por conta da vastidão de ambas temáticas. Complementando sua fala, disse que o momento de pandemia que vivemos resultou na centralidade da temática de saúde e isso poderia acabar prejudicando as discussões sobre a temática educacional. Ele acreditava que a separação das Câmaras era necessária para que cada tema fosse tratado de forma minuciosa.

54. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que ao ouvir as falas tendia a não ser favorável à junção das Câmaras.

55. A Representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, manifestou-se dizendo que estava muito contemplada com a fala do representante da União Estadual dos Estudantes e que pensava que tanto a temática da educação quanto a da saúde mereciam um olhar aprofundado.

56. A representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), Rossela Rosseto, manifestou-se dizendo que havia feito uma leitura do diagnóstico de indicadores enviado, atendo-se especialmente a temática urbana, e que reparou que além das metas, havia ainda um número muito maior de indicadores a serem apreciados pelas Câmaras Temáticas. Disse que para as 23 metas sob responsabilidade da Câmara de Temáticas Urbanas há 46 indicadores, sendo que 6 metas não contam com indicador. Desta forma, as Câmaras teriam uma quantidade grande de questões para discutir. Finalizando sua fala, disse que sentiu falta da informação, na planilha que foi enviada com as opções de divisão das Câmaras, do número de indicadores que ficariam sob responsabilidade de cada Câmara Temática.

57. Sobre as metas relacionadas às mudanças climáticas irem para a Câmara de Temáti-

cas Urbanas, a representante suplente da SMDU, Rossela Rosseto, disse que faria todo o sentido a meta 13,2 ser transferida de Câmara, no entanto, essa transferência não faria sentido para outras metas relacionadas às mudanças climáticas, pois elas não dizem respeito às questões urbanas; são metas que necessitam de um olhar de “conjunto” que a SVMA tem sobre esta questão. Desta forma, a Câmara urbana poderia contribuir com meta 13.2, mas não com as demais.

58. A representante suplente da Secretaria de Governo Municipal, Gabriela Chabbouh, informou que os indicadores não foram incluídos na planilha para não limitar as discussões aos indicadores que o Poder Público conseguiu levantar. Apesar dos indicadores levantados e apresentados no diagnóstico serem positivos, a Sociedade Civil poderia aportar outras fontes de informação que não foram identificadas neste primeiro levantamento.

59. A representante titular da Secretaria Municipal de Educação (SME), Claudia Hamada, manifestou-se dizendo que se sentia contemplada com a manutenção da separação entre as Câmaras de saúde e educação.

60. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se dizendo que também havia proposto a junção das Câmaras, pois os ODS em si são um “mundo”, no caso da temática ambiental, por exemplo, tem solo, rio e oceano; no caso das temáticas sociais, da mesma forma; as temáticas urbanas também “pegam” tudo. Continuou dizendo que a temática da saúde costuma sempre ficar fechada em si mesma, assim como a educação, porém são dois temas transversais. Desta forma, ela pensava que a discussão seria reduzida ao deixar saúde e educação separadas. A representante disse que tanto a Câmara de Temáticas Educacionais quanto a de Saúde e Bem-Estar contariam apenas com suas Secretarias respectivas; em comparação, no caso das temáticas urbanas, haveriam 10 secretarias envolvidas. A representante disse que compreendia que os temas eram vastos, porém se a Comissão Municipal ODS não comesse a se dispor a discutir os temas de forma transversal, retornaria ao debate das “caixinhas das disciplinas”. Como a Comissão estava querendo ser inovadora, ela concordava em juntar as Câmaras, não necessariamente pelo número de metas que ficariam sob sua responsabilidade, mas porque parecia que a Comissão Municipal ODS estava buscando uma maior intersetorialidade.

61. Após a fala da representante do Instituto Siades, a proposição de junção das Câmara foi colocada em votação. Manifestaram voto contrário à junção: na ausência da representante titular, a representante suplente da SMDU, Rossela Rosseto; na ausência da representante titular, o representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, João Greco; a representante titular do Gabinete-CRI, Marina Andrade; a representante titular da SME, Claudia Hamada; a representante da Universidade de São Paulo, Denise Espinosa; o representante titular da SMS, Estevão Santos, a representante da Ciclocidade, Jaqueline David; a representante da Liga Soli-

dária, Marlene Rocha; na ausência do representante do Instituto Cidades Sustentáveis, a representante do Instituto Akatu, Denise Conselheiro; na ausência da representante da Associação Artigo 19, o representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler; o representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman; na ausência do titular, o suplente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Cesar Coelho; a representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos.

62. Após a votação, a representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, questionou se alguém gostaria de fazer mais alguma sugestão de ajustes nas Câmaras Temáticas. Não havendo manifestações, ela passou para a discussão sobre os coordenadores e a distribuição dos membros do Plenário entre as Câmaras. Gabriela Chabbouh explicou que não existia um limite de membros por Câmara Temática e, caso uma entidade da Sociedade Civil tivesse o interesse em participar de todas as Câmaras Temáticas, não haveria problemas.

63. A representante da ECCAPLAN, Marina Noguti, questionou se as entidades poderiam escolher qualquer Câmara Temática e se haveria um direcionamento para determinadas Câmaras de acordo com a entidade.

64. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu ao questionamento dizendo que não havia limites para participação nas Câmaras, nem direcionamento.

65. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que pensava ser importante todos se inscreverem em todas as Câmaras Temáticas que se interessassem e tivessem capacidade para acompanhar. Pelo lado do Poder Público, haveria a tentativa de ter todos os técnicos necessários para aos debates. Informou que no Governo seria feito um trabalho mais árduo para conseguir a participação de todas as Secretarias que não fazem parte do Plenário da Comissão Municipal ODS.

66. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que uma vez definida a composição das Câmaras Temáticas, o coordenador e os membros das Câmaras poderiam convidar outras pessoas para contribuir com o debate.

67. O representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que não havia ficado claro para ele, a partir da leitura do regimento, se somente pessoas nomeadas pelas entidades para o Plenário poderiam compor as Câmaras Temáticas. Finalizou questionando se outra pessoa da entidade que ele representa poderia compor a Câmara Temática.

68. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que isso era possível e que os representantes da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica poderiam indicar pessoas de sua própria organização para participa-

rem como membros, porém a indicação deveria ser feita até terça-feira (25 de agosto de 2020).

69. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se solicitando a confirmação de se realmente membros da instituição que ele representa poderiam participar como membros das Câmaras Temáticas.

70. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu que isso seria possível de acordo com o que está no regimento.

71. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se questionando se esta indicação não seria oficializada.

72. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que uma Portaria editada pela Secretaria de Governo iria designar os membros das Câmaras Temáticas que fossem indicados pelas entidades, desta forma, haveria um procedimento para oficialização. A representante encerrou sua fala dizendo que pensava que a Comissão Municipal ODS também deveria convidar outras instituições.

73. Igor Pantoja, funcionário da Rede Nossa São Paulo, questionou se a representação nas Câmaras Temáticas seria institucional ou nominal.

74. O Presidente, Alexis Vargas, respondeu que seria institucional e a entidade deveria fazer uma nova indicação de representante além da já realizada para composição do Plenário. Disse ainda que o próprio representante da entidade no Plenário da Comissão Municipal ODS poderia formalizar a indicação de um representante de sua entidade para ser membro em uma Câmara Temática.

75. A representante do Instituto de Arquitetos do Brasil-Departamento de São Paulo, Kaísa Santos, manifestou-se dizendo que entidades de maior porte poderiam indicar muitos mais representantes para as Câmaras Temáticas que instituições menores e questionou se não haveria um limite de número de indicados por entidade.

76. O representante da Universidade Federal de São Paulo, Zysman Neiman, manifestou-se dizendo que pensava ser correto que apenas participassem nas Câmaras Temáticas com direito a voto os membros do Plenário.

77. O Presidente, Alexis Vargas, respondeu ao questionamento da representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo dizendo que as regras de funcionamento da Comissão não estabeleciam limites em relação ao número de representantes que cada entidade poderia indicar, porém que, se fosse de interesse da Comissão, esta regra poderia ser acordada.

78. O representante da União Estadual dos Estudantes, Ergon Cugler, manifestou-se dizendo que tinha a mesma preocupação exposta pela representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo. Segundo o representante, seria importante pensar em uma forma de indicar, posteriormente, pessoas que não tivessem direito a voto, pois ele teria a preocupação de que entidades com capacidade indicassem até 50 pessoas com direito a voto para uma Câmara Temática. Em relação à participação dos membros do Poder Público nas Câmaras, disse que não tinha preocupação pois a composição seria paritária.

79. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, manifestou-se dizendo que estava esperando que as entidades, no máximo, indicariam um representante para cada Câmara e não imaginava que uma entidade iria indicar 50 pessoas para participarem de uma Câmara Temática.

80. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se questionando se a Comissão iria definir um número.

81. A representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos, manifestou-se em apoio à proposta de definição de um número máximo de representantes.

82. O Presidente, Alexis Vargas, propôs que cada entidade pudesse indicar apenas três pessoas por Câmara Temática.

83. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, propôs que cada entidade pudesse indicar apenas uma pessoa por Câmara Temática.

84. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se propondo que, se mais de uma pessoa fosse indicada por entidade para uma Câmara Temática, apenas uma tivesse direito a voto, as demais não.

85. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, manifestou-se dizendo que, ao estar aberta a possibilidade de convidar outras entidades, pensava que seria importante convidar as demais entidades que participaram do processo seletivo para fazer parte da Comissão Municipal ODS, porém não foram eleitas, pois elas já têm uma compreensão sobre os ODS e querem ver eles “funcionando”.

86. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que os membros das Câmaras Temáticas e seus respectivos coordenadores poderiam ser definidos depois, por e-mail.

87. Não havendo manifestação em contrário, ficou decidido que o processo de composição das Câmaras se daria desta forma.

88. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, manifestou-se solicitando que os membros da Comissão enviassem por e-mail, até às 14h de terça-feira (25/08/2020), as informações sobre de quais Câmaras Temáticas iriam participar e quais representantes indicavam para cada Câmara Temática.

89. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que os membros do Poder Público seriam selecionados na semana seguinte.

90. A representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São Paulo, Kaísa Santos, solicitou a confirmação de se poderia convidar pessoas de outras organizações que não teriam direito a voto para participar de Câmaras Temáticas.

91. O Presidente, Alexis Vargas, manifestou-se dizendo que sim.

92. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, passou, então para explicação de como estava o Cronograma de trabalho da Comissão.

93. A representante do Instituto Siades, Sonia Coutinho, manifestou-se dizendo que as pessoas que seriam indicadas pelos(as) representantes para as Câmaras Temáticas, entrariam sem saber sobre o processo no qual a Comissão está e questionou se o coordenador da Câmara iria explicar o andamento do processo na primeira reunião ou se valeria a pena fazer uma reunião com todos os novos indicados, antes de iniciar os trabalhos das Câmaras Temáticas, para informá-los sobre o que se espera deles.

94. A representante suplente, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que seria importante que o membro que fez o convite atualizasse a pessoa sobre o andamento dos trabalhos da Comissão, porém ela se disponibilizaria para explicar o andamento dos trabalhos para os indicados. Finalizou explicando que não havia pensado em uma reunião de alinhamento como a proposta pela representante do Instituto Siades, pois não estava claro como que as entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica indicariam representantes para as Câmaras Temáticas.

95. A representante da Liga Solidária, solicitou que fosse enviado um e-mail de como deveria ser feita a indicação dos representantes pelas entidades.

96. Anna Marco, membro da equipe da SGM para os ODS, manifestou-se dizendo que, geralmente, após a reunião eram enviados os materiais apresentados naquele dia e, na semana seguinte, era enviada a convocatória para a próxima reunião junto com a minuta de Ata; e que se tentaria manter este padrão.

97. O representante da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ergon Cugler, manifestou-se solicitando a confirmação de se até terça-feira (25/08/2020) poderiam ser enviados os nomes, sendo que no máximo, um representante indicado e que fizesse

parte da entidade que ele representava teria direito a voto; e os indicados de outras entidades não teriam direito a voto.

98. A representante suplente da SGM, manifestou-se dizendo que os representantes de outras entidades não precisavam ser indicados até terça-feira (25/08/2020), pois, na portaria, apenas estaria o nome dos membros oficiais da Câmara Temática.

99. A representante da Liga Solidária, Marlene Rocha, manifestou-se questionando se o mapeamento dos possíveis participantes, que foi apresentado como parte do conteúdo mínimo na minuta de Plano de Trabalho das Câmaras Temáticas, dizia respeito ao processo de consulta pública que seria realizada sobre as metas dos ODS.

100. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu dizendo que o mapeamento colocado na minuta de Plano de Trabalho dizia respeito aos convidados para participarem das Câmaras Temáticas e não tinha relação com a etapa de consultas públicas.

101. A representante da ECCAPLAN, Marina Noguti, questionou se os convidados para fazerem parte da Câmara deveriam ser listados antes ou depois do dia 10 de setembro.

102. A representante suplente da SGM, Gabriela Chabbouh, respondeu ao questionamento dizendo que as Câmaras Temáticas deveriam listar, até o dia 10 setembro, os membros que fariam parte das Câmaras Temáticas e que, no dia 18 de setembro, o Plenário faria a apreciação e votação dos Planos de Trabalho.

103. Não havendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada às 16h48

Ata - 4ª Reunião do Plenário - Comissão Municipal ODS

I - Dia, hora e local da reunião - No dia 18 setembro de 2020, às 14h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a terceira Reunião Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes;

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Segmento 1 – Região Centro-Oeste:

Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;

OAB - Seção São Paulo - 93ª Subseção Pinheiros, entidade 1ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, sem representantes nesta reunião.

Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, sem representantes nesta reunião
 União dos Escoteiros do Brasil – Região de São Paulo, entidade 2ª suplente do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa; Segmento 1 – Região Sul
 Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;
 Instituto Siades – Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável, entidade suplente do Segmento 1-Região Sul, sem representantes nesta reunião.

Segmento 2

Instituto Akatu, entidade 1ª suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;
 Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 2, representado por Káisa Isabel da Silva Santos
 ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade 2ª suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;
 Associação Artigo 19, entidade 3ª titular do Segmento 2, sem representante nesta reunião;
 União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade 3ª suplente do Segmento 2, representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;
 Segmento 3
 Universidade Federal de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;
 CEPEDOC - Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade 1ª suplente do segmento 3, representada por Marco Akerman;
 Universidade de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;
 Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais, - sem representantes

Caroline Guimarães, representante do Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo), entidade - sem representantes

Presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público Municipal

Gabinete do Prefeito–Coordenadoria de Relações Internacionais, representada por Marina Moraes de Andrade (titular)
 Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular) e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente);
 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sem representantes nesta reunião

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, sem representantes nesta reunião
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada por Rossella Rossetto (suplente);
 Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente);
 Secretaria Municipal de Saúde, sem representantes nesta reunião.
 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representada por Giovana Barboza de Souza (suplente);
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada por Zoraide Amarante Itapura;

III - Pauta do dia;

- 1 - Apreciação da minuta de Ata da Reunião Plenária do dia 21/08/2020;
- 2 - Apreciação dos Planos de Trabalho das 7 Câmaras Temáticas;
- 3 - Discussão sobre formato da Consulta Pública.

IV – Deliberações

1. Abertura da reunião foi feita pelo presidente Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal (SGM) que logo passou para o primeiro item da pauta que foi a aprovação da minuta da reunião passada. Perguntou se havia alguém gostaria de contribuir com a ata passada da reunião passada, ou se estava aprovada e foi aprovada pelo grupo.

2. O segundo ponto da reunião foi a aprovação dos planos de trabalho das câmaras temáticas. Alexis compartilha que ele tem acompanhado de perto o andamento da câmara temática – de Desenvolvimento Institucional e pede a Gabriela Chabbouh (SGM) e Anna Carolina de Paula (SGM) que apresentem os planos de trabalho das câmaras temáticas e os pontos de atenção destes.

Gabriela Chabbouh (SGM) - apresenta os planos de cada câmara e seus cronogramas contemplando as análises das metas, com as possíveis contribuições dos convidados técnicos, explica que as câmaras temáticas de educação e saúde e bem estar, foram as que optaram por encontros quinzenais, enquanto as outras seguirão com encontros semanais. Gabriela Chabbouh (SGM) complementa que na câmara de temática de educação, houve um ponto em relação aos convites para organizações técnicas que possam vir fazer suas contribuições, e convida Clodoaldo Gomes Alencar (SME) para compartilhar o desafio posto. Clodoaldo Gomes Alencar (SME) expõe que houve dificuldade em selecionar as indicações de organizações para suas contribuições, uma vez que, foram muitas as organizações indicadas e pergunta aos demais participantes se algo semelhante aconteceu nas outras câmaras.

Gabriela Chabbouh (SGM) sugere que nesta câmara seja organizado uma votação para

dar encaminhamento a seleção das organizações convidadas, e que se ainda houver necessidade de que aconteçam algumas consultas, que estas possam ser feitas por e-mail para que as contribuições aconteçam sem pôr em risco, o tempo restrito para receber os convidados. Gabriela Chabbouh (SGM) também explica que Anna Carolina (SGM) organizou um calendário de reuniões e apresenta o calendário - com o intuito de possibilitar aos membros desta comissão – caso surja interesse por parte de alguém querer participar das reuniões temáticas ocasionalmente para darem suas contribuições específicas.

Gabriela Chabbouh (SGM) ressalta que os convites às organizações e especialistas técnicos podem e devem ser feitos pelas coordenações das câmaras temáticas, mesmo assim, se coloca à disposição como para os que desejarem a possibilidade de que a Secretaria de Governo pode oficializar os convites caso seja necessário.

Alexis Galias de Souza Vargas - Secretaria de Governo Municipal - considera que os planos de trabalho foram aprovados.

3. O terceiro ponto da pauta – a possibilidade da viabilização da consulta pública sobre a construção da Agenda 2030. Gabriela Chabbouh (SGM) inicia apresentando a proposta elaborada pela secretaria de governo e explica o processo de escuta que ela e Anna Caroline (SGM) realizaram nas câmaras temáticas em relação a este item.

Alexis Galias de Souza Vargas - Secretaria de Governo Municipal - complementa explicando que gestão atual tem dado sequência a uma série de audiências públicas e oficinas de escuta por meio de uma plataforma virtual, e que estes processos têm possibilitado a participação de um número muito maior de cidadãos, nos processos participativos mesmo em período eleitoral. Ressalta também que existe uma limitação pela legislação eleitoral sendo que a lei prevê que as ações podem e devem seguir, respeitando a restrição em relação a proibição da divulgação e a propaganda destas. Coloca também a possibilidade de uma consulta ao juiz eleitoral sobre a possibilidade de autorização da divulgação deste processo, uma vez que esta consulta é referente ao interesse da população.

Zysma Neiman (universidade federal de São Paulo) – coloca que uma consulta pública só tem sentido se esta for amplamente divulgada, para possibilitar que o maior número possível de cidadãos possam participar, entende que a consulta precisa do empenho da abrangência da prefeitura de São Paulo, desta forma, a consulta pode ser legítima e faz sentido. Não havendo esta possibilidade, entende como inviável, a aplicação desta consulta neste período eleitoral.

Zoraide Amarante Itapura de Miranda (SMDU) – explica que dificuldade deste contexto é da prefeitura e pede ajuda das organizações da sociedade civil para ajudar no processo de divulgação desta escuta.

Ergon Cugler de Moraes Silva (união estadual dos estudantes de São Paulo) - compartilha que o grupo ainda não sabe quais seriam as questões que cada câmara temática irá fazer e demonstra sua preocupação para qualificar o processo para além da divulgação e complementa “ não consigo visualizar quais as perguntas que queremos fazer para a

população, diante disso, acho que esta consulta pode ficar mais para frente, numa lógica onde a consulta possa abarcar aspectos que possa ajudar na implementação da agenda. Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - pergunta qual a sua sugestão?

Zysma Neiman (universidade federal de São Paulo) - sugere que a consulta fique para dezembro, explica que o juiz eleitoral não concordará com a divulgação uma vez que o atual prefeito é candidato a reeleição.

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - diz que apesar de não concordar respeita a sua opinião.

Zoraide Amarante Itapura de Miranda (SMDU) - explica que a prefeitura de São Paulo está sendo rigorosa em relação a divulgação, mas ela diz concordar com a proposta apresentada pela Gabriela e por Alexis.

Marlene F. - explica que concorda com Zysma Neiman - ressalta que o desafio não é só a divulgação mas, também explicar ao público do que se trata esta consulta em um período eleitoral – fato que para ela pode gerar uma confusão para os munícipes e com isso atrapalhar o processo.

Ergon Cugler de Moraes Silva (união estadual dos estudantes de São Paulo) – pede a palavra e compartilha que para sua compreensão e melhor compreensão deste grupo, ele gostaria de retomar “qual o sentido e o que esperamos com a realização desta consulta?”

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal – compartilhar que a ideia nesta reunião é também buscar entender se faremos a consulta e como faremos neste período em ano eleitoral, explica que a ideia é disponibilizarmos em blocos ao longo deste semestre, as análises e sugestões das câmaras temáticas sobre as metas – e desta forma - já ir incorporando as contribuições dos munícipes. Coloca que no entendimento dele e de sua equipe, esta seria a melhor forma para a incorporação das contribuições dos munícipes neste processo. Complementa que se for para a consulta pública o bloco todo no final do período eleitoral, é necessário considerar que este grupo terá que se debruçar sobre as contribuições como um todo em dezembro.

Gabriela Chabbouh (SGM) complementa dizendo que a ideia é fazer a primeira comunicação para a população em 16 de outubro, com o primeiro bloco e em novembro a publicação do segundo bloco, ressalta que se não for desta forma, esta comissão não terá tempo hábil para a incorporação das contribuições que virão por meio da consulta, uma vez que já estaremos em dezembro.

Caroline Guimarães Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo)– pede a palavra e coloca que para ela está claro que é um desafio a realização da consulta, que acredita e defende escuta da sociedade civil e que acha importante que este processo seja monitorado, e que ela acredita que o fato de ter servidores de carreira envolvidos no processo ajuda a população a ter credibilidade neste processo – apesar de estarmos em um período de restrições devido a legislação eleitoral.

Marina Morais de Andrade (Coordenadoria de Relações Internacionais) – coloca que a câmara temática econômicas teve adesão ao cronograma proposto pela equipe e ressalta que se todos juntos fizermos um esforço tudo pode dar certo, mas que respeita a opinião do Zysma Neiman e concorda com o risco desta aplicação neste período.

Marlene Ferreira da Rocha – Lida solidaria / Liga das senhoras católicas de São Paulo pergunta a Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - se temos a clareza da amostragem que queremos ter

por meio desta consulta. Alexis responde “honestamente não” - complementa que a prefeitura lançou uma plataforma virtual e que é notadamente claro que os resultados mostram um número infinitamente mais alto de presença /participação e contribuições nas consultas e reuniões que qdo aconteciam de forma presencial.

Marlene Ferreira da Rocha – Lida solidaria / Liga das senhoras católicas de São Paulo: Qual é o perfil da população que estamos esperando que faça suas contribuições?

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal: A população toda, e todos os setores, e quero deixar claro que respeito a opinião do Zysma Neiman.

Gabriela Chabbouh (SGM) complementa: “Gente quero so lembrar que se optarmos por não fazer a escuta pública em respeito ao período eleitoral, só poderemos publicar a escuta 30 de novembro e precisaremos ter em mente que já estaremos em dezembro quando for necessário incorporar as contribuições da população. “

Zysma Neiman (universidade federal de São Paulo): Quero deixar claro que entendo essa complexidade toda, mas a meu ver esta consulta não pode acontecer sem a participação da população da forma adequada, não podemos sacrificar a qualidade deste processo, pois no futuro, pode ser entendido com um processo não democrático, isso pode ser um impeditivo da legitimidade do processo. Não podemos construir um trabalho destes, sobre sem a escuta da população, mas realizar uma escuta sem a prefeitura poder usar seu poder de divulgação, não vai dar o mesmo resultado que se fizesse usando sua estrutura.

Kaísa Isabel da Silva Santos (Instituto de arquitetos do Brasil): Concordo com o Zysma Neiman.

Caroline Guimaraes - Instituto Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo): Voto no processo sendo realizado ao longo deste semestre, desde que haja uma avaliação, e que se ficar claro que a escuta não está adequada, teremos outra consulta no ano que vem.

Jucilene Leite da Rocha – Fundação Abrinq: comenta que vota também na possibilidade levantada pela Caroline Guimarães - desde que aconteça a avaliação e que fique claro que se esta comissão entender que deve haver nova consulta esta acontecerá.

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - gosta da ideia, e compartilha então temos aqui uma terceira opção. Coloca então, em apreciação a proposta de Caroline Guimarães, que abarca uma avaliação no final do ano, este processo e que pode apresentar a necessidade de uma nova consulta pública.

Ergon Cugler de Moraes Silva (união estadual dos estudantes de São Paulo) - diz que no seu entendimento não há contrições entre as propostas e que concorda com a proposta feita pela Caroline Guimarães. Complementa que compartilha das mesmas preocupações que o Zysma Neiman, que as considera pertinentes, indica que o processo

realmente precisa de cuidados e que acredita que a discussão vai precisar ser aprofundada. Acredita que outras consultas serão necessárias e ressalta que todos os cuidados precisam ser tomados para com este trabalho, para evitar a impressão de que este trabalho coletivo - não é só da prefeitura.

Mariana Moraes de Andrade: gosta da ideia da Caroline Guimaraes e da do Alexis de ao final do ano termos uma avaliação do processo.

Claudia Abrahão Hamada- SME pede a palavra e explica que por motivos técnicos não pode dar sua contribuição, pois estava com problemas no computador, diz que ouviu a reunião toda.

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - considera que foram três (Zysma, Kaisa e Marlene) pessoas se manifestaram contra a proposta da Caroline, e considera esta aprovada. Gabriela Chabbouh (SGM) pede a todos deste grupo, que venham preparados para a próxima reunião que será dia 16/10 das 14 às 17 ou das 14h às 18h.

Alexis Galias de Souza Vargas da Secretaria de Governo Municipal - encerra a reunião

Ata da 5ª Transcrição da reunião de plenária

Ata da 6 - TRANSCRIÇÃO DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL ODS - Realizada em 06/11/2020

I - Dia, hora e local da reunião - No dia 06 de novembro de 2020, das 14h às 17h, foi realizada, por meio do Microsoft Teams, a 6ª Reunião Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

- Liga Solidária - Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 1 – Região Centro-Oeste, representada por Marlene Ferreira da Rocha;
- Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Jaqueline David;
- União dos Escoteiros do Brasil, entidade 2ª suplente do Segmento 1- Região Centro-Oeste, representada por Beatriz Nunes Nasevicius Barbosa;
- Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, entidade titular do Segmento 1-Região Sul, representada por Jucilene Leite da Rocha;
- Instituto Akatu, entidade 1ª suplente do Segmento 2, representado por Denise Conselheiro;
- Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 2, representado por Kaísa Isabel da Silva Santos;
- ECCAPLAN – Consultoria em Desenvolvimento Sustentável, entidade 2ª suplente do Segmento 2, representada por Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti;
- União Estadual dos Estudantes de São Paulo, entidade 3ª suplente do Segmento 2,

representada por Ergon Cugler de Moraes Silva;

- Universidade Federal de São Paulo, entidade 1ª titular do Segmento 3, representada por Zysman Neiman;
- CEPEDOC - Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis, entidade 1ª suplente do segmento 3, representada por Marco Akerman;
- Universidade de São Paulo, entidade 2ª titular do Segmento 3, representada por Denise Croce Romano Espinosa;

Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Público:

- Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, representada pela titular Giovana Barbosa de Souza, e pela suplente Janaína Pinheiro Viana;
- Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais, representado pelo suplente Wagner Luiz Taques da Rocha;
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada pela suplente Viviane Canecchio Ferreirinho;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada pela titular Mariana Corrêa Barra e pelo suplente João Paulo de Brito Greco;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, representada pela titular Zoraide Amarante Itapura de Miranda e pela suplente Rossella Rossetto;
- Secretaria Municipal de Educação, representada pelo suplente Clodoaldo Gomes Alencar Júnior;
- Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo titular Estevao Nicolau Rabbi dos Santos.
- Secretaria de Governo Municipal, representada pelo titular Alexis Galias de Souza Vargas e pela suplente Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh.

III - Pauta do dia:

1. Apreciação da minuta de Ata da Reunião Plenária do dia 16/10/2020;
2. Apreciação do II Bloco de Metas e Indicadores propostos pelas 7 Câmaras Temáticas;
3. Debate sobre a Devolutiva final da Consulta Pública.

IV - Deliberações:

Alexis Galias de Souza Vargas – Nossa agenda do dia, é, a apreciação da ata da reunião plenária de 16/10. A apreciação do segundo bloco de metas e indicadores propostos pelas sete câmaras temáticas. Aí tem uma distribuição aqui de horários pra gente trabalhar e debate sobre a devolutiva final da consulta pública. É, mas antes de entrar na apreciação do segundo bloco de metas, a gente queria fazer aí alguns apontamentos aí, né. Basicamente, a gente colocou um primeiro bloco de, de metas em consulta pública. É, tivemos aí agora o retorno dessas contribuições e vamos a partir da reunião de hoje, a gente fechando esse segundo bloco, a gente põe o segundo bloco em consulta pública. Então, vamos dar um, uma passada geral aí em como que tá essa situação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Alexis, só se você puder pedir que as pessoas né, então, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, é, tem uma ata pra transcrição da, de reuniões. Então, a ata da reunião, da nossa 5ª reunião, foi transcrita. Então, é, a gente né, começa apreciando a ata dessa reunião. Eu ia só pedir que cada pessoa, antes de iniciar, né, a sua fala, é, fale o seu nome. Então, né, Gabriela (risos) – Secretaria de Governo.

Alexis Galias de Souza Vargas – Risos. Cada um que for falar, como é, depois o pessoal faz a transcrição a partir da gravação, né. Aqui a gente tá vendo um a cara do outro, sabe quem que tá falando. Mas, depois quando vai ver a gravação, acaba não sabendo. Então, por isso, cada vez que for falar, se identificar, pra poder constar da ata. Quanto a, a ata da reunião anterior que foi no dia 16/10, aí quinze dias atrás, o que que tem pra dizer aí, Gabi? Acho que isso já foi disponibilizado? Ou, quem tiver algum apontamento é pra fazer, é isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Isso. Foi enviada e na verdade é só se alguém tiver alguma, se alguém tiver alguma coisa em contrário, senão a gente passa a aprovação da ata da 5ª reunião.

Alexis Galias de Souza Vargas – Alguém tem algo à retificar na ata? Silêncio (som ambiente). Bom, não havendo nenhuma sugestão de retificação, então, fica aprovada a ata da nossa reunião anterior. Aprovada neste momento aqui, de forma unânime. Vamos para o próximo tópico. Resultados do processo de consulta pública. A consulta pública foi feita através da plataforma Participe Mais, que é uma plataforma nova, é, tamo aí usando ela pelas primeiras vezes. Tem outras consultas aí já em andamento, mas tamo aí experimentando toda a potencialidade dessa plataforma. É uma plataforma disponibilizada pela Prefeitura de Madri e a gente fez adaptações e está começando a usar aqui. É, é bastante interessante. Permite várias formas de interação com o público. Então, a gente colocou esse primeiro bloco de, de metas e as pessoas puderam, é, se manifestar lá, seja por excluir. Excluir e propor um novo. Manter. Manter e propor um novo, ou, revisar o texto da meta. Ao todo, foram 55.221 (obs: o correto conforme a tela: 5.221) participações aí, é, feitas destas formas (ruído) que eu falei, em cima desse primeiro bloco, que pega um pouco menos do que 50% das metas. Então, aqui tamo falando já de um processo de participação de quase metade aí do nosso trabalho já. Com 5.221

interações do público em geral, da cidade toda, com isso. Com esse primeiro bloco. Pra manter a meta tal qual foi proposta, foram 4.551. Então, a grande maioria da contribuição do público, foi em aprovação ao que a gente disponibilizou. É, mas temos aí 14 manifestações pra excluir, 11 excluindo do jeito que está lá e propondo uma nova, uma nova meta. Quer dizer, não é assim que se deve medir isso. Deve se medir de outra forma, quer dizer, não é só uma revisão da meta. É excluir aquela e colocar outra. É, 78 pra manter do jeito que a gente propôs, mas além de manter colocar mais uma, mais uma meta. Uma, ou, duas, ou, mais. A gente ontem tava revendo lá uma, tinha, propôs 3 metas (corte no áudio). E 567 contribuições pra revisar, ou seja, alterar o texto que a gente pois, seja alterando o quantitativo, ou, alterando a forma. São sugestões de revisão, de como está descrita a meta por nós. Pera aí que eu não tô conseguindo ver a tabela de baixo aqui, que tá um negócio do “taems” na minha frente. Deixa eu ver se eu consigo tirar ele. Tirei. É, olhando aí pelas câmaras temáticas...perá Gabi, agora eu me, eu me perdi um pouco aqui. Qual é essa diferença dessa planilha de baixo aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - É, a de cima é quando o munícipe só fez uma interação né. A de cima, quer dizer, a de cima tá olhando pra todas as interações. A de baixo, dentre as interações, aquelas que tiveram sugestão, ou seja, em que o munícipe escreveu uma sugestão, é, escreveu né. Então, deu uma sugestão. Não só interagiu. Então, dessas 5.221, 690 foram sugestões, a pessoa interagiu e escreveu alguma coisa que a gente vai tá processando né.

Alexis Galias de Souza Vargas – Perfeito! Quer dizer, se a gente pegar ali, o excluir, das 14 pessoas que colocaram excluir, 8 explicaram o porquê, deram alguma justificativa, complementaram aí com uma sugestão.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Exato.

Alexis Galias de Souza Vargas – E assim vai para cada um dos tópicos aqui. Das 4.551 que falaram manter, 160 explicaram porque que elas acham que deve manter e tal. De qualquer maneira pra manter, é, a gente só né, agradece. Obrigado, ok pela sua participação. Não tem ação pra, pra fazermos. Mas quando tem (ruído) excluir, excluir e propor novo, manter e propor novo ou revisar, aí tem sim, uma sugestão de alteração de, seja qualquer uma dessas formas no texto. É aí que as câmaras temáticas agora começaram a trabalhar com essas, é, sugestões. É, ontem eu tava com a Câmara temática de institucionais e a gente passou, conseguiu passar por todas as sugestões. Então, a... perá, deixa eu ver aqui o significado, a consulta...bom aqui é pra colocar o segundo bloco. Mas perá, deixa eu ainda falar do, do primeiro bloco ali. As câmaras temáticas então, tão repassando todas as sugestões. Como ela, é, olha a sugestão, ela faz, é, um, um primeiro exercício. Essa sugestão vai ser acatada? Quer dizer, a gente vai considerar essa sugestão? É, integralmente, parcialmente, ou, não, não vamos considerar? Tomada essa decisão aí, que é uma coisa na verdade junto que se faz, bom né, não deve ser considerada, por exemplo, porque ela tá muito genérica, nem dá pra gente entender o que que

a pessoa sugeriu. Ou, porque a gente acha que é, não é tecnicamente adequado, ou, porque a gente, então, tem algumas categorias aí, que pra facilitar o enquadramento de qual é a visão da comissão técnica, né. A comissão técnica que tá fazendo essa categorização. É, às vezes a pessoa faz uma sugestão que é pertinente e a gente vai sim, será considerada. A gente revê o texto da meta e já coloca qual é o texto novo da meta. Em outros casos, a gente fala não, não é pertinente essa alteração, o jeito que a meta está descrita tá conforme as possibilidades da prefeitura ou é mais adequado pra meta do ODS proposta. Então daí tá sendo repassado, cada câmara técnica tá repassando todas essas sugestões aí que vieram. Aquelas 690 sugestões. Olhando também para as cinco mil e tantas (5.521) interações. Quer dizer, a gente, olha teve tantas aqui pra manter. Essa meta aqui teve tantas sugestões pra manter, teve uma pra alterar. Isso pesa na decisão do grupo, quer dizer, mas o grupo tem soberania pra decidir. A gente inclusive ontem, passou por uma assim. Tinha 10, sei lá, 7 sugestões pra manter, uma pra alterar, mas a gente achou que essa proposta de alteração era muito pertinente e o grupo concluiu da câmara técnica que devia alterar e acatamos, então, a sugestão. É, esse, esse trabalho então, é, dá um, uma tremenda oxigenada, que a gente já é um grupo né heterogêneo, já tem governo, sociedade civil, as diversas secretarias, gente de todas as áreas. Mas a gente pois pra população 5.200 interações. A gente tá agora digerindo todas essas contribuições e aceitando ou não várias delas. E dando, preparando essa devolutiva para o público também. Falar, a sua proposta, sim foi acatada e ficou assim. Não, não foi acatada e não foi por causa disso. E com isso a gente vai dá uma devolutiva bastante aí completa pra população que participou.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Alexis, a Taís, coordenadora da câmara de temáticas educacionais, é, fez uma sugestão em relação a essa categoria. A essa primeira parte né, em que a gente tinha colocado, sim, essa sugestão será considerada, parcialmente considerada e não será considerada. Ela sugeriu incorporada, porque na verdade todas as sugestões vão ser consideradas né, todas elas a gente vai ler, a gente leu e se debruçou sobre elas. É e eu achei muito pertinente, por isso que eu resolvi trazer aqui pra sua, pra nossa avaliação.

Alexis Galias de Souza Vargas – Também acho. É o português mais correto. Que considerar a gente tá considerando todas. Algumas a gente vai incorporar, outras não. Perfeito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso. Então, a gente faz esse ajuste, então, na ata;

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo! Perfeito! É, é importante a gente seguir esse, é, roteiro que né, pra que essa devolutiva seja mais fácil de comunicar com a população, quer dizer, se todas as câmaras temáticas trabalharem com a mesma metodologia, a devolutiva fica muito mais simples de ser compreendida por todos mundo, por todos que participaram. É, porque a pessoa não participa de uma câmara ou de outra, ela faz sugestões em várias metas. Mas se cada um responde de um jeito, usa uma categoria, fica

pior pro munícipe entender o que que a comissão fez. Por isso que a gente... na verdade, essa metodologia foi se construindo, a câmara de assuntos econômicos foi a que primeiro se reuniu após a devolução, a, o fechamento da consulta pública e eles que começaram já a fazer. E nós aqui já da câmara institucional pegamos o embalo e fomos na mesma lógica. Então, tá aqui, é, compartilhando com a comissão toda. É claro que outras categorias podem ser adicionadas se na hora que a câmara temática tá vendo a proposta, acha que nem uma dessas categorias dá conta do que que ele acha certo responder pro munícipe, pode incluir mais uma categoria, não tem problema. Isso, não é isso que vai criar um problema de comunicação, muito pelo contrário. É, a ideia é sempre comunicar bem com o munícipe. Então, mas a ideia é, essa primeira pergunta a gente tá aí padronizado; a segunda, usar o máximo possível a padronização. Quando achar que não cabe, pode criar outra, não tem problema. Mas tentar ao máximo usar essa daí e com isso é, a câmara técnica tá redigindo aí a resposta que vai pro munícipe e fechando a transcrição da redação final aprovada pela câmara temática; ou seja, a redação final da meta pra ser aqui aprovada, discutida e aprovada pela nossa comissão aqui, pelo plenário. Ok? É, se alguém quiser aí comentar, falar como está sendo na câmara temática, por favor, peçam a palavra aí e vamos debatendo, tá? Eu tô aqui apresentando, mas a ideia é a gente debater.

Zoraide Amarante – Eu queria só aproveitar o gancho e só pra quem participa na câmara das temáticas urbanas, pra prestigiar as próximas duas reuniões (de avaliação das contribuições da consulta pública). Ontem fizemos a primeira e não tivemos quórum, então também acaba atrasando a validação. A gente até avançou, mas dependemos de quórum. Então, eu queria dar um reforço pra que quem tiver aqui para participar, prestigiar a reunião da próxima quinta-feira, quatro da tarde. Obrigada.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo, Zoraide! Perfeito. Pessoal, vamos se dedicar e tá na reta final. Já passamos um primeiro bloco, vamos aprovar o primeiro bloco. O segundo bloco já em consulta pública. A ideia é a gente tá fechando todo esse processo aí nesse próximo mês aí, pra gente fechar em dezembro. Tá no começo de novembro...

Zoraide Amarante – Desculpa. Eu esqueci de me identificar. Zoraide, SMDU, Câmara Urbana.

Alexis Galias de Souza Vargas – Isso aí. Obrigado, Zoraide. Gabi, é você que tá aí pilotando o power-point?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim.

Alexis Galias de Souza Vargas – Tá. Bom, com isso entramos no segundo item da pauta que é a apreciação do segundo bloco de metas e indicadores. Aqui a gente aprovou o

primeiro bloco, colocou em consulta pública. As câmaras tá digerindo essa consulta pública. O retorno da consulta pública. Agora a gente precisa aprovar o segundo bloco, ele é mais da metade das metas, para que ele entre em consulta pública na segunda-feira e com isso, cumprindo o nosso cronograma. Pra, do mesmo jeito que a gente fez na última reunião, vamos indo direito nos destaques. Todo mundo pôde ver, é, aqui tá aberto a palavra pra todo mundo, mas por temos de, igual a gente fez da outra vez, pra correr bem a reunião a gente vai parando aqui em cada destaque que foi feito aí de sugestão de cada um de vocês pra poder, é, seguir aqui com a reunião. Aí eu vou pedir pra Gabi, ir passando aí o...é que Gabi, aí você pois o negócio aí na frente, tá todo mundo vendo aqui tuas mensagens aqui e não tá enxergando o documento.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô compartilhando no chat pra caso alguém ainda não esteja comigo nesse documento.

Alexis Galias de Souza Vargas – Risos. Ok!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, eu estava compartilhando no chat as minhas mensagens, são as mensagens do chat do teams pra vocês.

Risos

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pra que a gente possa acompanhar juntos. Não era o meu whatsapp.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo! (risos). Então, vamo lá. Toca aí, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, vamo lá, então. Gabriela. Vamos para o primeiro destaque né. O primeiro destaque é do Ergon, é na meta 1.1. A meta 1.1 é até 2030 erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas, em todos os distritos do município e o Ergon fez uma sugestão de que seja desagregado por gênero, por raça, etnia e por condição de deficiência, senão houver um dos indicadores, apontar como desafio remanescente. É, Ergon eu não sei responder a sua pergunta, eu não sei se a gente tá com a presença, é, da Viviane. Viviane, você tá na reunião?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ainda não, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ainda não...é, o Tomás também não, né?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não. E Elias também não.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – E Elias também não.

Alexis Galias de Souza Vargas – Quer dizer, não tem ninguém do SMADS aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não tem ninguém do SMADS aqui. Então, a gente pula e vai pro próximo, enquanto...oi?

Alexis Galias de Souza Vargas – Então, vamos pular e depois a gente volta quando tiver pessoal da SMADS pra poder falar se a gente consegue quebrar esse indicador assim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom

Alexis Galias de Souza Vargas – Pessoal, vamos aprender a senha da Gabi, agora.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ai meu Deus (risos). Vamos para a próxima sugestão, então. Eu vou pular então, as metas de SMADS enquanto a gente tenta, é, garantir aí a entrada de um participante de SMADS, é, na nossa reunião. É, eu vou pra esse destaque da meta 1.4, mesmo ela sendo da câmara de temáticas sociais, porque na realidade é um pequeno ajuste que a gente tá propondo, fazer na consulta pública do segundo bloco em relação ao primeiro, porque foi uma coisa que a gente sentiu que não ficou claro na nossa disponibilização do primeiro bloco. É, quando a meta, ela não é municipalizada, no primeiro bloco a gente colocou, seguindo o padrão né a gente colocou, meta 1.A dos ODS para São Paulo que escreveu não municipalizada e deu a justificativa. Só que isso fez com que a gente não tivesse incluído a redação da meta global, então, pra algumas pessoas não ficou claro de qual meta a gente tava falando, qual meta a gente não estava, é, qual meta a gente não estava municipalizando. Então, a gente fez uma sugestão de alteração pra todas as metas que foram não municipalizadas na nossa sugestão. Se vocês estiverem de acordo é registrar, meta global dos ODS, colocar em itálico e entre aspas e aí sim entrar com a informação de que ela não foi municipalizada e a justificativa do porque ela não foi municipalizada. Então, é, é uma alteração que a gente acha que é positiva, que vem no sentido de deixar mais claro pra população aquilo que a gente tá, daquilo que a gente tá falando, apesar da gente ter disponibilizado diagnóstico e da pessoa ter acesso à informação de qual é a meta global por meio do diagnóstico, é, a gente achou que assim fica mais claro. Então, eu só queria, é, que vocês manifestassem a opinião de vocês. Pode ser excelente, de acordo, de acordo com a sugestão. De acordo, fica mais claro. Maravilha! Então, é, vamos então passar a adotar então essa metodologia de comunicação das metas não municipalizadas, quando isto acontecer. É, vou então, pro objetivo de desenvolvimento sustentável número 2. Por enquanto nenhuma colocação aqui. Eu tô passando, eu sei que a gente sugeriu seguir a mesma, exatamente a mesma metodologia que a gente adotou na última reunião que foi no sentido de, é, no sentido de ir por câmara temática, só que eu percebi isso só agora que a gente não separou o material por câmara temática. Ele já está no formato em que ele vai ser colocado em consulta pública. Então, ele já tá exatamente por ODS. É, a gente tem um representante da saúde, Anna?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ainda não também. Eu vou continuar insis-

tindo no whatsapp.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então tá bom. Eu, a. Então tá bom, a gente vai pular esse comentário do Ergon, que ele é sobre uma meta, é, da saúde e a gente tá sem o representante da saúde pra poder dialogar com a contribuição feita pelo Ergon, então, eu vou pular a ODS 3 e vou direto para a ODS 4 porque pelo o que eu entendi, a gente tem, a não a 3.6 não é da. A Zoraide tá aí, vou ver se tem algum comentário na 3.6 que é uma meta que foi, é, debatida no âmbito da câmara de temáticas urbanas. Então, tô passando pela meta 3.6 pra garantir que não tem nenhum destaque. Sem nenhum destaque, eu passo para ODS 4, onde a gente tem uma sugestão e pelo o que eu entendi a gente tá com o representante da educação aí. A meta 4.3 é assegurar a igualdade, acesso e permanência para todos os homens e mulheres sem exceção, à educação técnica profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade em todas e em cada uma das regiões da cidade. É, o Igor sugeriu, perguntou se não caberia algo sobre a educação técnica oferecida pelo município, então é, a gente tem taxa, os indicadores né. Taxa de escolarização no ensino, do ensino superior, quantidade de vagas na rede inicial para licenciatura, quantidade de vagas na rede inicial para especialização, percentual de estudantes que concluem o curso superior no tempo adequado, percentual de estudantes que abandonam o curso superior, taxa de desistência acumulada. É, pelo o que eu entendi, é, na realidade, as questões relacionadas à educação técnica já foram contempladas nos indicadores da meta 4.4. Então, taxa de alunos da educação jovens e adultos, cardápio de oferta de qualificação profissional, taxa de inserção no mercado de trabalho. É, tem como você complementar Clodoaldo? Que é o Clodoaldo que tá na reunião, representante da secretaria de educação.

Silêncio.

Clodoaldo Gomes Alencar Junior – Boa tarde a todos né. É, eu não sei se a gente consegue trazer essa questão da, sobre a questão da escola técnica pelo município. Que a gente tem de fato uma escola municipal que oferece esse curso. Escola, técnico né. Tem mais pessoas aí, eu não sei, eu acho que já tá contemplado, mas eu não...tem mais pessoas aí que podiam se posicionar, não sei. Eu concordo com você que já tá contemplado em outras metas ali embaixo né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, não tem nenhum indicador específico sobre a oferta de ensino, quer dizer, tem indicador sobre a oferta, sobre o cardápio né, então tem o cardápio de oferta de qualificação profissional. Proposto pela secretaria de desenvolvimento econômico e trabalho, mas de fato, não foi inserido uma, não foi inserido um indicador relacionado ao número de vagas, por exemplo, em ensino técnico pela secretaria de educação. É, especificamente nas escolas, né. O que vocês acham?

Igor - É, posso falar, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Por favor.

Igor - Aqui é o Igor que tá falando. É, não na verdade, além da escola técnica, não sei se é o Derville, que o pessoal da secretaria de educação se referiu. Mas tem os cursos da Fundação Paulistana, por exemplo. Eu acho que são de nível técnico. Precisaria confirmar exatamente, qual o grau de formação dos cursos oferecidos pela fundação. Mas eu acho que não é, é, pelos indicadores que tem aí só tá falando de EJA e de cursos, é, profissionalizantes. Então, precisaria entender melhor como se enquadram os cursos da fundação paulistana, se são de nível técnico, por exemplo, e ter uma meta pra isso, seja de manutenção ou de filiação pra outra áreas, eu acho que antes de ter as ações que a gente vai pensar no ano que vem, é importante mensurar e identificar essa formação já existente.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Clodoaldo?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, pode falar Mariana.

Mariana Barra – Oi gente, é Mariana (ela falou uma palavra posterior ao nome que não ficou compreensível). É, eu não tava na câmara temática de educações, de educação, mas é, na (?) a gente monitora o curso técnico profissionalizante da escola municipal de educação profissional e saúde pública - Professor Makiguti. Não sei se vocês querem que a gente busque alguma coisa nesse sentido. Mas como já está indo para consulta, não sei se há tempo de buscar. Mas com certeza internamente a gente tem a quantidade de vagas. Vocês estão monitorando a parte da oferta, ou concluintes?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Clodoaldo, se você puder responder, porque eu me lembro que teve uma discussão bem intensa, ah o Ergon tá dizendo que estão no escopo a escola técnica e a escola municipal de música. Tá fazendo uma pergunta, desculpa. Ele perguntou se estão no escopo a escola técnica do sistema único de saúde do município e a escola municipal de música vinculada ao Teatro Municipal.

Clodoaldo Gomes Alencar Junior – É, bom, boa tarde a todos. Clodoaldo SMI. Tem algumas informações que talvez eu não tenha aqui comigo né, porque a gente tem alguns setores que cuidam disso, dos indicadores, das questões e em relação se essa escola de música, né, eu acredito que não, mas eu poderia ver, posso até tentar agora descobrir essa informação. Em relação aos dados ali, é, acho que a pessoa que falou agora, se ela tivesse seria mais fácil, porque eu precisaria consultar o meu setor que tem essas informações, pra ver quais informações que eles têm lá, né. Porque a gente já discutiu algumas questões nas câmaras técnicas e a gente ficou essa semana toda atrás desses indicadores. Eu não saberia agora se tem. Posso, enquanto eu tô em reunião aqui, a gente tentar descobrir algumas informações, tudo bem? Agora eu não saberia se essas duas escolas

estão...o áudio da Gabriela se sobrepôs.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, contempla, contempla o seu comentário?

Igor Pantoja – Acho que sim, acho que pode ser a secretaria de educação, acho que a fazer esse levantamento, junto a Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, junto a Secretaria de Saúde, junto a Secretaria de Cultura, eventualmente, se for essa escola técnica do Teatro Municipal. Mas acho que é importante a gente ter essa noção do que que o município tem de educação em nível técnico, que ao que parece a gente não tem isso compilado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, contempla a sua sugestão se agente não colocar na consulta pública que vai rolar na segunda-feira, mas trabalhar internamente pro levantamento dessas informações.

Igor Pantoja – Ah, acho que tudo bem. Isso não impede né, o fato de não ter ido para a consulta, não impede depois de ser agregado, impede?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, de forma alguma né. É, inclusive pode até vir como sugestão da consulta pública que a gente passa. Então...

Igor Pantoja – Ah, ótimo!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Nada impede. Só queria saber se você se sente contemplado, se a gente pode encaminhar pra consulta pública com as informações que a gente já levantou, mas se comprometer a trabalhar pra obter essas outras informações. É, eu vou voltar pro ODS 1, porque a Anna informou que a Viviane já tá na reunião. É, Viviane, é, o Ergon fez um comentário...

Ergon Cugler – Eu tô aqui.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Em relação a ODS 1, a meta 1.1 de erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas, em todos os distritos do município, se seria possível desagregar essas, os indicadores propostos, por gênero, raça, etnia e condição de deficiência. É, então eu queria saber de você, se você tem a informação sobre a disponibilidade dessas informações né. Eu sei que são fontes diferente né. A população em situação de rua(ruído na fala, não deu pra entender)censo da população de rua e as informações sobre a quantidade de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza são informações do CAD único. No senso da população de rua e no sistema de informações do CAD único, é possível desagregar essas informações conforme a proposta do Ergon? Viviane Canecchio Ferreirinho – É possível sim. Boa tarde, desculpa aí o atraso, gente. Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Viviane, por favor, só falar o nome, o seu nome pra registro em ata.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Tá. Meu nome é Viviane Canecchio Ferreirinho. Desculpe o atraso, tive um problema aqui com um estudo que eu tenho que entregar hoje. É possível sim. O censo trás a situação de deficiência, trás a situação, o gênero e trás raça e cor. É, os que não foram declaratórios, foram por observação do recenseador. E o CAD único também tem essas informações, só que como a gente tá trabalhando com famílias né, o indicador das famílias, a gente vai ter que desagregar pra pessoas e aí é, fazer essa descrição por pessoas e não...porque fazer por grupo familiar fica mais difícil. Então, a gente vai ter que mudar o indicador de famílias, para pessoas. Tudo bem se mudar pra pessoas?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Viviane, Gabriela, né. Eu diria que o ideal seria a gente colocar em consulta pública no formato que tá agora, porque a gente tem os valores base dessas informações né. Se a gente desagregar por pessoas, em vez de famílias, o que vai acontecer é que a gente não vai conseguir, não sei se você conseguiria já nos fornecer, é, os valores base da quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza e a quantidade de pessoas em situação de pobreza.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Só um minutinho que eu vou ver aqui com um colega. Só um segundo, tá?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então tá bom, a gente espera então a resposta da Viviane sobre a possibilidade, se ela já conseguir, a gente já faz o ajuste né, no sentido de, no sentido de...eu tô tentando adotar aqui um sistema de cores que facilite depois. Anna, eu vou pintar de roxo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Pinta a fonte, não grifa, Gabi. Tem muito grifo já.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pinta a fonte. O que que é pinta a fonte?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – A cor da letra, em vez de grifar. O outro, isso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Que cor?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Vermelho. Como você preferir.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom. É só pra gente saber o que que foi alterado. Pra gente ter um controle de alterações. Não tem nada com fonte vermelha, já?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tomara que não. Se quiser colocar em sugestão mesmo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, eu prefiro não, Anna. Vai ficar poluído e eu

vou ficar confusa.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tá. Então tá ótimo.

Ruído

Viviane Canecchio Ferreirinho – Oi, voltando aqui. Eu conversei com a equipe que faz o georreferenciamento e eles podem fazer, mas não tem pronto essa informação, vai precisar arreferenciar. Então, eu acho melhor fazer uma proposta da Gabriela de manter famílias pra consulta e depois a gente pensa na...eu posso pedir pra eles, é, fazerem esse geo, porque vai ter várias bases, né. 2019, 18, 17.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon? É, eu entendi que você queria falar. Então eu queria que você nos dissesse se isso contempla a sua demanda, a gente colocar a quantidade de famílias né e depois então, no retorno da consulta pública alterar o indicador pra pessoas e aí sim fazer a desagregação.

Ergon Cugler – Ergon falando. É, então eu tô, eu tô de acordo, eu acho excelente. E eu acho que quando a gente faz a nível de pessoas, a gente consegue especificar melhor até o perfil existente. A gente consegue segmentar por gênero etc. o único ponto que eu queria chamar a atenção pra além é que no indicador específico pra população em situação de rua, até perguntar se existe esse dado disponível ou se também a gente coloca como um desafio remanescente, é a desagregação por orientação sexual. Porque existe uma quantidade grande que a gente observa de transexuais em situação de rua, enfim e a gente sabe o quanto isso daqui é uma questão em política pública que é importante que se tenham dados pra a partir disso a gente elaborar políticas públicas baseadas em evidências. Então, especificamente pra esse, não pros demais, pra essa questão da situação de rua, é, se a gente tem condições de colocar também por essa autodeclaração de orientação sexual.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Então, Ergon, é, no caso, não é a orientação sexual né, é a identidade sexual, quando a pessoa se declara transexual é uma questão de identidade sexual e não de orientação. É, nós temos o dado sim no censo da população em situação de rua, esse dado não tem no CAD, é, mas tem no censo. A gente consegue ter sim o número de pessoas que se identificaram trans ou travestis ou transgêneros de qualquer natureza. É, ou, a orientação sexual até tem também mas aí eu acho que não é um dado que a gente deva compartilhar, se a pessoa é homossexual ou heterossexual, acho que não tem muita importância aqui na base de dados. A identidade de gênero a gente pode agregar sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, a sua sugestão você tá me dizendo Vivi, que é possível separar então, é, eu posso colocar aqui então, identidade de gênero.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Identidade de gênero. Isso.

Ergon Cugler – Só pra poder complementar. Eu acho muito importante a gente colocar identidade também, mas como a orientação também é um dado disponível, se a gente conseguir colocar, a gente mensura inclusive...claro que existem diversos outros aspectos, mas a gente mensura uma série de casos onde inclusive, a orientação sexual acaba sendo um fenômeno que é, por ser expulso de casa, por falta de acesso a emprego, por falta de uma série de outras questões, acaba resultando numa situação de rua. Então, como já é um dado disponível, não é um dado que necessariamente traria muitos problemas pra gente agregar, será que tem condições da gente ter tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual nesse indicador específico da população em situação de rua? O que vocês acham?

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ruído. Tá, porque muitas pessoas se recusaram a responder a orientação sexual, mas como a identidade de gênero é uma batalha das pessoas em situação de rua e foi um pedido até das pessoas trans no comitê pop rua pra que a gente agregasse essa informação, ela tá até menos subnotificada, mas a orientação tá bem subnotificada porque muitas pessoas se recusaram a responder, mas podemos colocar, mas ela é bem pequena.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – É, Alexis – Secretaria do Governo. Deixa eu fazer uma ponderação. A meta aqui, puxa a meta ali em cima, Gabi, por favor, pra gente poder ler.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Erradicar a pobreza extrema.

Alexis Galias de Souza Vargas – Erradicar a pobreza extrema. É, pra fins dessa meta, não parece ser relevante, é, essas outras informações aí, as informações que estão nos indicadores são as relevantes. A situação de pobreza, de extrema pobreza, a situação de rua. É, eu entendo que o que o Ergon apontou foi pra poder a política pública enxergar essas diferenças, então, poder fazer correlações se essas pessoas estão numa situação pior, tem mais dificuldade ou não e com isso instituir a política pública e acho que isso vale como orientação quando faz o censo da população de rua, pra quando a gente faz estudo sobre a população, mas a ideia aqui não é de fazer isso não. É de traçar a meta e eu acho que pra traçar a meta não é essa informação que é pertinente para esta meta. Acho que fica uma anotação de que as pesquisas, estudos, devem abordar e desagregar informação, é, eu acho válido, mas incluir isso na meta, eu acho que não é pertinente.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ergon levantou a mão. Pode falar Ergon, por favor.

Ergon Cugler – Opa, Ergon falando. Eu acho que é importante na lógica do que a

gente tem debatido em específico, é, na câmara temática educacional. Porque quando a gente universaliza, quando a gente trata, é, seja a observação ou a redução da quantidade de população em situação de rua, se a gente fala, cujas como um todo, a gente não vai tá identificando lacunas, cujas quais a gente precisa intensificar mais ou intensificar menos. A partir do momento que a gente é, posiciona essas diferenças, como por exemplo, a gente vê que tem muito mais população em situação de rua. Um exemplo aqui, negra, negro, pardo, é, enfim, a gente consegue elaborar políticas públicas direcionadas pra isso. Se a gente colocar um indicador, é, geral, que a gente quer, erradicar, reduzir, monitorar etc...não necessariamente a gente vai tá reduzindo essas desigualdades, a gente pode pelo contrário, tá até, é, exponenciando, continuando um preconceito que acaba por reduzir as vulnerabilidades da população com mais condições de privilégios na sociedade, sendo brancas, heterossexuais, enfim. Homens. E aí a gente acaba deixando com que a maior parte dessa população que continua nessa situação, se a gente não monitorar, possa passar a ser justamente essas que são mais vulnerabilizadas. Então, é mais por uma questão da gente ir seguindo aquilo que a gente debateu na câmara de educação. Falar de todos, mas todos sem deixar nenhum pra trás. Identificando as particularidades e a partir disso vê se existe uma desigualdade. Porque a gente não tem no âmbito aqui, do nosso plano, da nossa meta quais são esses valores, é, então, pode ser inclusive que seja um valor equilibrado entre essas populações. A especulação é que não é um valor equilibrado, então, a gente ter isso monitorado, pelo menos, ajuda na hora da gente conseguir identificar o que que significa, portanto, essa redução e se portanto, na redução é necessário ter ações específicas pra algum grupo específico que está mais prejudicado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu fiz uma sugestão Ergon e Alexis, com base na colocação de vocês em que a gente deixa a meta pra população em situação de rua, como reduzir em 50%, olhando para o número global, mas que a gente faça um monitoramento desagregado por gênero, raça, condição de deficiência, orientação sexual e identidade de gênero. Isso contempla, Ergon e Alexis a sugestão de vocês?

Alexis Galias de Souza Vargas – Peraí que a Viviane levantou a mão. Vamos ouvir.

Viviane Canecchio Ferreirinho – O que acontece, as informações de identidade de gênero e orientação sexual não estão na pesquisa do censo, censitária né, no total da população. Elas só estão na amostral. A de gênero né, raça e cor, a gente tem e condição de deficiência observada tem, mas, essas duas, agora que eu me lembrei, desculpa, que a orientação e identidade de gênero foi perguntada no questionário da pesquisa amostral. Então, não tem no total da população.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Acho que essa colocação da Viviane reforça aí e a sugestão da Gabi me contempla. Quer dizer, a ideia é monitorar, é criar, nas próximas pesquisas, estudos, conseguir destrinchar esse número, jogar luz sobre essa situação, mas não é essa propriamente a meta né. A meta é reduzir o global. Pra mim, então fica contemplada assim.

Ergon Cugler – Ainda assim, apesar da gente ter. O Ergon falando novamente. Apesar da gente ter apensa o amostral, como a gente vai tá monitorando, eu acho que não tem problema a gente apresentar esse número, mesmo que ele seja amostral, porque é um valor de referência, um percentual, um apontamento que como os outros ali, ele vai tá como monitoramento, já que a gente não vai colocar explicitamente como, erradicação por grupo desagregado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tô esperando a manifestação da Vivi, porque na verdade...

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ele vem então, em percentual tá. Pode vir assim, tantos por cento de pessoas se identificaram com tal gênero, tantas pessoas se identificaram como travestis e aí a gente tem um percentual. Percentualmente. Tem o número absoluto, mas a amostra foi montada em cima do universo. Então, ela tem representação, a amostra, mas não é o número total. É o percentual que pode ter, ser repassado para o total da população, como a amostra foi bem montada.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vivi, o Ergon fez a sugestão da gente fazer o monitoramento da questão de raça e gênero e condição de deficiência em todos os indicadores que a gente tá propondo né, então, a quantidade de famílias em situação de baixa renda, quantidade de famílias que recebem por programa, é, recursos dos programas de transferência de renda. É, nesse caso, a quantidade de famílias que recebem recursos dos programas de transferência de renda, eu me pergunto e pergunto pra você, se faz sentido a gente desagregar por pessoas que seria a estratégia de, de gênero e raça e condição de deficiência. Porque na realidade quem recebe o recurso é a família né, não é a pessoa.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Sim. Deixa eu só checar se o transferência de renda tem o pra todos, essa informação. O pessoal da equipe não está aqui agora, então daqui a pouco eu pergunto. Porque eu acho que tem, porque tudo que é do CAD, nós temos desagregado. Tá, eu já confirmo, eu não sei pros outros, pro Renda Mínima, aí pro Renda Cidadã se eu tenho essa possibilidade, por isso que eu vou perguntar pra eles.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá bom.

Viviane Canecchio Ferreirinho – E o dado da pessoa com deficiência, a gente vai tirar daqueles que recebem o benefício de prestação continuada que estão no CAD ou podemos tirar do total de beneficiários do, do programa de prestação continuada, que é pra idosos e pessoas com deficiência.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, bacana Vivi! Mas eu acho que o Ergon se sentiu contemplado com agente aprofundando essa discussão internamente, mesmo não submetendo dessa forma, pra consulta pública agora, então a gente submete as-

sim, então, por família, é, pra consulta pública mas trabalha internamente então, para na versão final do documento, fazer essa desagregação pra pessoas para conseguir fazer o monitoramento de forma desagregada. Por gênero, por raça e por condição de deficiência. Tá bom, Vivi? A gente segue em contato para aprofundar essa discussão no âmbito da câmara temática e pra aperfeiçoar aí pós consulta pública.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ok. Obrigada, Ergon.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Vivi, eu vou aproveitar a sua presença pra ir pras metas que tão sob reponsabilidade da câmara de temáticas sociais. É, u vou pedir uma ajuda pra Anna. Anna se você puder abrir a planilha. Acho que eu consigo abrir aqui. Das câmaras temáticas, pra eu conseguir abrir, pra eu conseguir olhar a ordem das metas...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – A minha sugestão é você ir pelos destaques e aí a gente avalia se tem mais algum destaque numa meta da sociais. Mas enquanto isso, eu abro o arquivo.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Porque, por exemplo, eu sei que a próxima meta da sociais é a 8.7. Mas nela não foi feito nenhum destaque.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu acho que talvez, pelo destaque, seja mais rápido.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não sei se eu entendi a sua sugestão, Anna.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – É porque não tem destaque aqui em todas as metas. Então, talvez não haja mais destaque em metas de SMADS, então essa é a minha proposta, ir pelos destaques.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não tenho clareza de quais são as metas de SMADS no bloco 2, então na verdade, eu queria que você me ajudasse, olhando quais são as metas de SMADS no bloco 2, pra eu ir direto pra elas.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, eu posso olhar, não tem...é que tá abrindo ainda.

Silêncio. Verificando o arquivo.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Ok. Obrigada, Ergon.

Mariana Barra – Ah certo. É, então, a gente tem a equipe do observatório do trabalho né, em SMDDET, a gente consultou o DIEESE pra saber se era possível a gente obter as informações com o nível de desagregação que vocês propuseram. Da taxa de emprego formal, do melhor e do pior distrito, seguindo um pouquinho a lógica do estudo da rede, Nossa São Paulo. Eles me mencionaram que sim, que é possível a gente levantar essas informações anualmente usando a... (?). A única ponderação que eles fizeram do ponto de vista metodológico, é que o endereço, é o endereço da empresa, do estabelecimento do empregado e não do trabalhador. Então talvez isso gere distorções no dado que a gente vai produzir. Mas se você não acharem que isso é uma limitação, se a gente olhar isso como um indicador aproximado né. Como uma proxy, a gente pode levantar esses dados, a gente teria condições de fazer isso regularmente.

Som ambiente. Ruído.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Seria interessante sim né, aí a gente poderia dar uma modificada né e dizer, a gente vai ter os distritos que ofertam mais empregos né e não exatamente onde estão, onde moram as pessoas que estão mais é, eu acho que é bem importante porque, faz uma distinção grande né, entre os distritos da cidade. Aqueles que ofertam mais empregos. Acho bom, se for possível. Talvez explicar melhor né, no indicador. Ruído. Faz sentido esse comentário.

Igor Pantoja – Gabriela, deixa eu te fazer uma pergunta? É o Igor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Igor.

Igor Pantoja – Pode falar?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim

Igor Pantoja – É que eu não tô conseguindo ver aqui o documento, que eu tô no celular, tô na rua. É, você chegou a ter alguma informação aí relativa a empregos informais, a MEI, por exemplo, que a gente chegou a conversar. Tema algum dado nesse sentido, pra monitoramento?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, nesse momento não, Igor. Nesse momento a gente propôs, aquela meta que olhasse para os empregos formais. Fiquei de consultar a secretaria de trabalho se eles tinham disponibilidade de assumir essa responsabilidade por esse indicador né, que apesar da discussão ter sido feita na câmara de temática sociais, é, elas dizem respeito, porque ela fala de uma questão de desigualdade. O recorte que a gente deu pra essa meta, é um recorte que fala sobre emprego, então por isso, do ponto de vista institucional, é, fazia sentido a secretaria municipal de desenvolvimento econômico e social assumir a responsabilidade pelo monitoramento caso fosse possível e eles confirmaram que é possível. Mas nesse momento a gente tá trabalhando só com a

questão do emprego formal. Que foi o que ficou na nossa proposta de redação de meta e na nossa proposta de seleção de indicadores.

Igor Pantoja – Mas acho que você tinha falado alguma coisa em relação à câmara temática econômica. Você lembra se lá na frente, nos indicadores se tem alguma coisa relativa a isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, tem nas metas do ODS 8, mas eu não sei se está desagregado por distrito, então se você puder acompanhar a reunião, a gente dá uma olhada e daí se você achar que é o caso de sugerir a desagregação por distrito, a gente já fala com a Mari se é possível fazer essa desagregação e já verificar a inviabilidade. Pode ser?

Igor Pantoja – Tá ótimo, beleza. Obrigado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Bacana. Nada. Então a gente encerrou as metas sob responsabilidade de é...a Mari fez uma correção aqui de Português, eu acho.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso. Eu ía só sinalizar essa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! É, mas então a gente acaba então as metas sob responsabilidade de SMADS da câmara de temáticas sociais. Eu agradeço a participação da Vivi. Vivi está oficialmente liberada. A gente fica então só com esses encaminhamentos em relação a desagregação que a gente combinou de fazer o levantamento com o Ergon e eu entendi que o Estevão tá na reunião e que a gente poderia passar pras metas da secretaria de saúde, é isso?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso. Por favor, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, a gente vai então pros comentários sobre as metas da secretaria de saúde. O Ergon fez um comentário em relação a meta 3.3, que inclusive já teve resposta, não sei se foi o próprio Estevão que respondeu porque tá registrado como anônimo, mas o Ergon comentou, em relação a meta de 2030, acabar com a epidemia de AIDS, é, controlar como problema saúde pública. Corte rápido no áudio. E as arboviroses transmitidas pelo Aedes Egipity no município de São Paulo. É, O Ergon comentou, para os indicadores relacionados ao HIV, desagregar por gênero e por sexualidade. É, auto declaração de orientação sexual, especialmente porque existe um estigma preconceituoso de que apenas homossexuais portam HIV. Deixar de tratar essa questão de saúde pública como pertencente também a população heterossexual, subsidiando numericamente a percepção limitam também o enfrentamento da pandemia. Então, essa concepção de que apenas homossexuais portam HIV. A resposta que eu não sei de quem é e eu peço ajuda para o Estevão, o indicador é sintético, podemos desagregar a informação no monitoramento para orientar a política pública. Mas não,

para uma pactuação no âmbito dos ODS. Ressaltamos que as áreas técnicas monitoram essas informações, considerando diversos recortes sociais, como orientação sexual, raça, cor, gênero e territorialização.

Silêncio e Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Estevão?

Estevão – Boa tarde, boa tarde a todos. Boa tarde pessoal, tão me ouvindo? Boa tarde...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Agora sim.

Estevão – Melhor né. Sim, fomos nós aqui da equipe que respondemos essa colocação do Ergon e eu acho que tá sintetizando um pouquinho o nosso sentimento. Eu até acompanhei um pouquinho da discussão anterior e a gente tende a concordar em que a pactuação deve ser em um nível mais agregado viu, Ergon. Ainda que seja importante a gente acompanhar e monitorar né esses indicadores de forma mais granular e desagregada e a gente tem esse acompanhamento, tá, a gente tem as equipes técnicas, elas precisam desse olhar, mais específico, não só pelo recorte da identidade de gênero ou orientação sexual, mas outros recortes também, como raça, cor. A própria distribuição da doença no território, tá?

Isso tudo são subsídios importantes pra prática da política pública. Por evidências, como você mesmo mencionou e o direcionamento da atuação do setor público no território do município, enfim. Então são variáveis que a gente leva em consideração pro desenho né, pra implementação da política, mas que não necessariamente a gente tenha que acompanhar e monitorar no âmbito das ODS. Essa é a nossa leitura. Os indicadores propostos, tal como estão, eles são é, eles são oriundos de uma pactuação já existente, então, a gente sempre frisa na nossa câmara temática, como a Anna tem acompanhado bastante de perto. A gente prioriza as pactuações existentes já né, pela temática e os indicadores que a gente já utiliza e mensura no município, principalmente quando eles têm um horizonte temporal é, compatível com os ODS. E que, justamente é o caso da pactuação da meta de HIV. O município de São Paulo, não só a secretaria de saúde, mas a prefeitura, ela se comprometeu a seguir o que a gente chama da Declaração de Paris né, que é um documento das próprias Nações Unidas tá, do programa United que vocês devem conhecer, vocês estão bem antenados na pauta ODS. Vocês conhecem as outras frentes da Nações Unidas em várias temáticas né. Que, 2014 se comprometeu com a meta 909090 que é justamente atingir essa perspectiva de cumprimento desses 3 indicadores, que são indicadores clássicos aqui pra política do HIV num horizonte temporal para 2030. Tá? Isso foi ratificado pelo prefeito, inclusive, tá. Em 2015, aliás, deixa eu ver...acho que foi em 2018, não, foi em 2018, 2018 o prefeito ratificou o compromisso da cidade de São Paulo em cumprir a Declaração de Paris e a meta 909090 que é mensurada por esse 3 indicadores nessa agregação. Então, nós, é, em consenso aqui né, as equipes técnicas e os representantes da sociedade civil também, participantes da

câmara temática de saúde e bem estar, definimos que seria coerente manter a pactuação e indicadores já ratificados pela prefeitura em 2018. Certo?

Alexis Galias de Souza Vargas – Obrigado, Estevão. Eu acho que vai no mesmo sentido que eu falei na discussão anterior né. A meta é global e é importante que se monitore ela, seus detalhamentos pra poder desenhar e monitorar o alcance da política pública. Mas não, na meta. A meta tem que ser global mesmo, essa é a minha opinião. É, a gente poderia quebrar por território, pode quebrar por opção sexual, pode quebrar por renda, pode quebrar de diversas formas e isso ajuda a desenhar e monitorar o alcance da política pública, mas não, a meta. A meta tem que ser global, independente da orientação, região da cidade, seja o que for, tem que reduzir. Essa é a minha opinião também. Se o Ergon tiver de acordo a gente faz igual fez na última, que foi de deixar anotado aí pra fazer o monitoramento de forma desagregada.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, acho que menos o Ergon, mas mais o Estevão. Que, é, monitorar de forma desagregada, significaria que eles teriam que passar essas informações de forma desagregada pro monitoramento público. Então, eu entendi que o Estevão tá optando por, é, o Estevão e a câmara temática de bem estar estão optando por dar publicidade pros dados e pra pactuação que já tá dada, talvez seja um trabalho adicional, fazer esse monitoramento público por raça, gênero, precisa ver a disponibilidade e a possibilidade das equipes desenvolvidas.

Estevão – É, Gabi, a nossa preferência é manter o monitoramento público dessa forma agregada. E é como a gente se comprometeu em 2018 e é como a gente vem divulgando, inclusive, essas informações. Não significa que a gente não tenha e não monitore essas informações segmentadas, mas eu acho que se comprometer, seria mais uma rotina pesada pra área. E tem muitos recortes, como eu falei, infinitas leituras dessas, dessas informações tá, então isso é um bom termômetro pra gente balizar política pública, mas não necessariamente isso reflete, é, um de forma fidedigna como tá sendo o combate da doença, se a gente segmentar muito também a análise em algum ou outro público-alvo, tá, então acho que conforme a gente acompanhar, monitorar a atuação da política pública é válido. Mas a gente não pode perder o horizonte da nossa pactuação, que é macro. Tá ciente que ser for muito granular nos nossos indicadores, a gente vai ser, é, a gente vai ser traído pela nossa, pela nossa, preciosismo. Que eu acredito, tá, aqui a gente não tá, a gente não tá desenhando a política pública em si. A gente tem que ter um Norte é pra mensurar a efetividade das políticas públicas diversas que são desenhadas para diversos públicos. Tá. Ruído. A gente pensar e trabalhar isso diariamente obviamente, a gente tem e a gente divulga em outros meios, mas não eu acho no âmbito da participação da ODS. Então, a gente vai acabar transformando nossos ODS aqui num grande boletim de indicadores que a gente já tem e de divulgação pública inclusive, tá bom?!

Alexis Galias de Souza Vargas – Maravilha, Estevão! O Ergon já colocou aqui no chat que ele tá de acordo e agradecer a explicação. Maravilha, obrigado!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô passando então, pelas outras metas da saúde, para verificar então.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A 3.9 não é da saúde, né?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não. É da ambiental.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ou é? Verificando o arquivo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Mas de todo modo, volta no comentário, Gabi, desculpa. Porque ela teve contribuição da equipe da saúde.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – O Igor fez um comentário, que neste caso a redação da meta traz os nomes dos atuais programas da prefeitura, o que não é recomendado. A meta deve ser relacionada à melhoria dos resultados finais, redução de óbitos e doenças e não exatamente de atendimento dos referidos programas que podem entrar no plano de ação posteriormente. Anna, eu não sei, eu não participei em nada dessa discussão, então, se você puder conduzir quem pode contribuir nesse momento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Nesse caso a gente teve um diálogo com a Magali da (incompreensível) pela Vivian. A Vivian não tá aqui, ela é a coordenadora da câmara temática ambiental. É, eu não estive na reunião específica paralela para tratar dessa meta, mas de todo modo a opção pelos programas é justamente pela série histórica de dados que já existe. É, mas eu acho que é o caso de eu mandar uma consulta pra Vivian no WhatsApp e aí eu devolvo até o fim da reunião porque ela que esteve com a Magali e ela que pactuou a tratativa, então, talvez seja mais fácil, mais garantido.

Estevão - Gabi, essa não, essa não foi da nossa câmara, viu?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, é da câmara ambiental.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu só quis passar na frente para ver se era uma informação relativa a específico da saúde. Mas é uma questão mais ampla da redação da meta. Mas acho que a gente pode passar pras demais metas da saúde.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Vamos passar pras demais metas da saúde e a gente volta na discussão dessa, da redação dessa meta especificamente, quando a gente tiver a contribuição da coordenadora da câmara de que temáticas ambientais que participou dessa discussão. É, pelo que eu entendi Ana, a gente não tem mais contribuições em relação às metas da saúde. A gente pode, então, continuar o trabalho que a gente tinha iniciado em relação às metas da educação, pode ser?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - É, então estou passando pelas metas da educação para ver se tem mais algum destaque, além daquele da questão de educação técnica que a gente se comprometeu com o Igor de trabalhar internamente é, a princípio...

Clodoaldo– Gabriela, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi.

Clodoaldo - Deixa eu só pontuar duas questões, enquanto, eu tava pesquisando aí...a dúvida acho que foi do Ergon né. Da Escola Municipal de Música, ela tá vinculada ao teatro Municipal e a Secretaria de Cultura, né. Aí eu não sei como que a gente faz essa articulação, ver se eles têm indicador né. Em relação à escola técnica do Sistema Único de Saúde, é, talvez o pessoal da saúde possa responder com mais propriedade. Eu pesquisei aqui, tem um decreto que tava para a Secretaria Municipal de Saúde, aí depois foi revogado este decreto. De qualquer maneira, nós temos um dado só daquela escola Makiguti né, aquela que é de Guaianazes, apenas. Só pra...eu não sei se essa ET SUS, tá na mão da Secretaria Municipal de Saúde, se eles puderem confirmar isso, tá bom?! E os outros dados eu tô tentando descobrir ainda com a Taís e daqui a pouco eu passo, tudo bem?

Alexis Galias de Souza Vargas – Clodoaldo, aqui é o Alexis que tá falando. A escola Makiguti ela é de ensino técnico na área da saúde, deve ser por isso que falou do SUS, ela de fato, está formando profissionais para o SUS. Ruído...com a Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico.

Clodoaldo - Muito obrigada!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, mas fica tranquilo Clodoaldo, acho que a gente leva essa demanda para discussão com a Taís, a coordenadora da comarca de temáticas educacionais e a gente, é, a gente tenta fazer essa articulação com todas as secretarias que vão tá envolvidas aí no monitoramento. Gente, tem alguém muito barulhento com microfone aberto. Ruído. Muito obrigada. É, o Ergon me perguntou a que faltou e eu fiquei em dúvida. Esse é um ponto de discussão com vocês. Todas as metas do ODS5

foram submetidas à consulta pública no primeiro bloco de metas e indicadores e a minha sugestão é que a gente escreva isso aqui. É que as metas desse ODS foram submetidas no primeiro bloco, por que? Porque a o Participe Mais, ele, ele numera automaticamente as metas e aí o que acontece é que se a gente não inserir esse título né do ODS5, o ODS6 fica todo numerado como cinco ponto alguma coisa, aí vai confundir ainda mais as pessoas, o que já aconteceu um pouco no primeiro bloco dessa confusão da numeração da do Participe Mais nem sempre corresponder às metas dos ODS. Então a gente tentou destacar isso dizendo meta 6.1 dos ODS para São Paulo pra deixar claro que nem sempre numeração do Participe Mais que é esse numerozinho que vocês estão vendo antes da meta que é uma numeração automática, nem sempre essa numeração, ela corresponde à meta que tá sendo discutida, então, por exemplo no caso do ODS 6, a meta, o, a terceira meta desse bloco 6 é a meta 6.6. Isso confunde um pouco quem conhece mais agenda, às vezes quem conhece mais, que já tá familiarizado com a numeração dos ODS da agenda Global, às vezes se confunde. Então a minha sugestão, que eu queria ouvir vocês se vocês acham que faz sentido. Não tem nenhuma meta a ser submetida nesse bloco. A minha sugestão é a gente colocar essa informação, as metas desse ODS ou todas as metas deste ODS foram submetidas à consulta pública no primeiro bloco, tudo bem?

Zoraide Amarante - Acho ótimo.

Alexis Galias de Souza Vargas – De acordo. Quanto mais claro ficar pra quem tá participando da consulta, melhor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, isso facilita um pouquinho, deixa um pouquinho mais claro, não muito mais claro, mas deixa um pouquinho mais claro é, essa informação de que a numeração fica um pouquinho menos confusa porque aí a gente respeita pelo menos a numeração inicial e fica um pouco mais claro pra quem tá participando. A gente acabou então não tem nenhuma contribuição mais em relação mais em relação à educação. É, Anna, só pra fins de organização, é, a gente já passou por câmara de temáticas sociais, câmara de temáticas de saúde e bem-estar e câmara de temáticas educacionais. Na sua ordem ou na disponibilidade de coordenadores na reunião, qual que é a próxima meta? Ou, qual que é a próxima câmara?

Anna Carolina de Paula M. de Marco- Eu sugiro a gente continuar na ordem e partir pro 6, que seria, urbanos.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá. Então, o Ergon fez uma sugestão em relação à meta 6.1 que até 2029 alcançar o acesso universal e equitativa a água para consumo humano e acessível ruído e ele sugeriu desagregar indicadores por distrito ou pelo menos por região, zona. Não sendo possível apontar como desafio remanescente. Se a Zoraide ou a própria Anna que acompanha a discussão da comissão de urbanas, da câmara temática, de temáticas urbanas puder comentar.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu posso comentar, Gabi. É, bom, então Ergon, esse é um ponto super sensível na verdade da gestão hídrica aqui no município. Eu tô apoiando, estive apoiando o toque, a representante da comissão de segurança hídrica na nossa câmara temática nesse processo de levantamento de indicadores e é objeto dessa revisão contratual que tá em andamento esse ano na prefeitura a solicitação de informações desagregadas, então, já é objeto dessa negociação a proposição de indicadores por distrito, por Subprefeitura até pra gente aprimorar o sistema de monitoramento cruzado com outros setores, aí pensando principalmente na gestão de águas fluviais. Infelizmente, isso ainda não se traduziu num indicador contratual propriamente dito, então por isso que o indicador acabou sendo agregado, porque esse é o valor monitorado no contrato do convênio com o governo do estado e é o indicador sobre o qual a gente tem uma meta pactuada inclusive, de universalização até 20 e 30 e aí pra alcance dessa meta, inevitavelmente, a atuação, a expansão do sistema tem que ser prioritariamente nos distritos ainda não providos. Então, é um pouco a exemplo da fala do Estevão, o monitoramento interno as SABESP é feito por de acesso à informação como a gente gostaria de ter, mas a gente tá caminhando nessa negociação apesar do indicador do contrato em si ainda ser global. Então, nesse sentido a gente concorda com essa preocupação, ela é objeto da pauta de negociação, mas o indicador em si, ainda é global. E isso é a mesma coisa da 6.2 que você fez a mesma menção em relação ao esgotamento sanitário. E aí eu queria só aproveitar e já fazer uma fala em relação a esse recorte. É, a gente conseguiu confrontar os dados do, no caso de saneamento, os dados do contrato de prestação com os dados da pinagem contínua, que é a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, é, tanto pra abastecimento quanto pra esgotamento sanitário. Mas, essa pesquisa também não tem a desagregação por sexo. Então, nem por distrito na pinagem contínua em si. Então, por isso a gente acabou optando por manter essa informação, mas ainda com essa dificuldade do desagregado estar no indicador, mas entendendo que para o monitoramento da política, é justamente o controle desse dado que faz com que avance a expansão do sistema no indicador global. Então, é isso. Eu não sei se tem mais algum ponto nessa 6.2 que eu não tratei. Mas eu acho que em linha geral, eu cheguei até dá uma olhadinha antes no material pra avaliar se tinha alguma informação que a gente poderia incluir mas acho que é isso mesmo e aí o recorte da população de rua foi viável, em função

inclusive, das ações emergenciais que estão em andamento da COVID. Então, por isso que a gente privilegiou destaque pra essa informação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Que são essas metas aqui né. Não sei se todo mundo teve oportunidade de revisar especificamente os trechos do documento, mas são os indicadores de acesso por população de rua. O número de pia né e o número de banheiros públicos e o número de usuários de banheiros públicos. É, você tá contemplado, Ergon? No sentido de que...o Ergon falou no chat, tudo certo Anna, obrigado. Então, é, então é isso. É um desafio a mais remanescente. A gente não tem os dados desagrega-

dos. É, meta 7.1. A meta 7.1, o Ergon tá sugerindo a inclusão de um indicador que diga respeito à quantidade de recursos empenhados nessas parcerias. É um indicador de... a meta, é a meta pra buscar a cooperação internacional pra facilitar o acesso a pesquisa e tecnologia de energia limpa, incluindo energias renováveis e eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas e promover o investimento em infraestrutura de energia em tecnologias de energia limpa. E essa meta é uma meta, é o indicador que tá sugerido ao indicador proposto pela equipe da coordenação de relações internacionais do gabinete do prefeito, que é o número de parcerias internacionais relacionadas à temática de eficiência energética, que em 2019 foi uma, então em 2019, a gente tinha uma parceria internacional vigente para lidar com esse tema. É, eu queria escutar tanto o Ergon que fez a proposta, se ele puder comentar mais né. Eu vou ler o indicador que é quantidade de recursos empenhados para fomentar parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros e em especial relacionados a institutos e universidades sediadas no município de São Paulo, sendo relacionadas à temática da eficiência energética. É, e eu quero escutar um pouco o Ergon sobre essa proposta e o Wagner se ele tiver alguma coisa a acrescentar pra contribuir. É, eu acho o indicador bem desafiador, acho que muito provavelmente a gente não consegue, muito provavelmente não tem, né. Então, eu acho que talvez fique pro plano de ação, Ergon. Se você puder comentar e se alguém mais quiser comentar essa proposta.

Ergon Cugler – Ergon, falando aqui. É, basicamente, eu tinha pensado da gente conseguir mensurar de alguma forma, claro, os recursos que são empenhados nessas operações internacionais, técnicas internacionais. Mas, mas tendo em vista que foi só uma, por exemplo, que ocorreu em 2019, é, talvez nem valesse a pena reduzir tanto a especificidade daquele indicador pra parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros. Talvez valesse, só de indicar mesmo qual que é o recurso empenhado ou o valor empenhado nessa parceria como um todo né, que aí a gente consegue inclusive mensurar o quanto tem que ser investido na construção dessas alternativas e que acaba fomentando o avanço de pesquisa científica tecnológica e que indiretamente ou diretamente relaciona instituto de pesquisas e universidades brasileiras. Então, eu tô aqui até propondo uma alteração no indicador que eu já havia proposto, que ao invés da gente colocar esses recursos empenhados pra fomentar parcerias que mobilizem pesquisadores brasileiros, em especial relacionados a institutos e universidades sediadas no município de São Paulo, a gente só colocasse, de fato, qual que é o valor total empenhado, qual que é o valor total destinado pra essas parcerias, é, como um todo, que tão sendo ali numeradas como uma, no valor base de 2019.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, Wagner ou Marina tão na reunião, Anna? Pra conseguirem comentar?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – O Wagner tá.

Wagner – Eu tô, Gabi! (risos). Então, na verdade, esse indicador foi o único que a gente

propôs. Eu acho que essa sugestão do Ergon, eu acho que ultrapassa aquilo que a gente consegue contribuir né. A gente, por exemplo, num faz esse trabalho de fomentar a participação de pesquisadores né, de universidades sediadas no município de São Paulo, é, nessas parcerias né. E a gente também não tem recursos empenhados nessas parcerias internacionais, na verdade a gente não é nem secretaria, a gente nem orçamento tem né, a gente utiliza o orçamento da secretaria de governo né e a gente tenta buscar benefícios pro município sem ter nenhum investimento financeiro. Esse é o objetivo da nossa área. Alexis Galias de Souza Vargas – Sem choro, hein Wagner? (risos)

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, eu tô entendendo que a gente não, que assim, esse indicador proposto já é um desafio pra prefeitura de São Paulo e que a gente não tem condições de lidar com essa proposta feita por você, dado que atualmente a gente não tem esse, nem esse orçamento, nem esse controle. Então, eu, a minha sugestão é que a gente não lide com isso nesse momento. E de repente volte a conversar mais, sobre aprofundar esse monitoramento, pós consulta pública. Tudo bem?

Ergon Cugler – Tá tudo certo. De acordo. Eu acho que pode ficar como desafio remanescente mesmo, Gabi. Se eu não me engano a gente até discutiu isso na câmara temática. Eu não me lembro se foi relacionado a essa meta ou alguma outra. E a gente deixou isso registrado.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Legal! Obrigada pela contribuição Wagner. É, seguindo então a nossa ordem aqui de nos debruçarmos sobre as metas que tão sob responsabilidade da Câmara de temáticas urbanas. Eu vou pular algumas, algumas metas e vou direto pra próxima meta que tá sob responsabilidade da câmara de temáticas urbanas que é a meta 9.1, que é desenvolver infraestrutura e não teve nenhum comentário. A 11.1...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Acho que não há mais nenhum, Gabi.

Ruído. A Anna e a Gabi falando juntas.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então eu tô rolando a barra aqui só pra confirmar que não tem nenhum ponto de destaque. O Ergon fez um destaque na meta 11.2.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ah tá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, até 2030 proporcionar o acesso para todos aos sistemas de transportes seguros, acessíveis e sustentáveis e a preços módicos e aí o Ergon sugeriu, assegurando avanços qualitativos que não restrinjam a política do passe livre estudantil e do meio passe e ele deixou aqui então que é imprescindível registrarmos a política do passe livre do meio passe, como elemento a ser monitorado, valorizado e assegurado como direito de acesso à cidade. É, mais uma vez Anna, se você puder me

apoiar aí na condução da discussão desse tema. Isso surgiu na Câmara Temática? Você quer comentar? Você quer passar a palavra pra Zoraide?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, foi objeto da reunião deles, porque na verdade, em relação à meta 11.2 e 3.6 foi criado um GT de mobilidade e transportes para debater isso em conjunto com a equipe da SMT SPTrans e com as instituições da sociedade civil que estão mobilizados. Inclusive se alguém da instituição da sociedade civil que esteve nessa discussão está aqui e puder também reportar acho que ajuda, mas em relação à questão do passe livre do meio passe, isso não foi tratado, isso não foi colocado no conteúdo dessa meta, é, isso acabou nem sendo levantado na verdade, então eu acho que é um caso da gente devolver a pergunta de novo pro Diego.

Zoraide Amarante - Concordo com a Anna, é não, não foi levantado nas nossas reuniões pelo menos, nas reuniões da câmara temática urbana. Não sei se no GT (mobilidade e transporte) houve alguma discussão sobre isso. Mas efetivamente esse conteúdo não voltou pra câmara.

Ruído.

Thaísa - Tá me escutando?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Eu não sei quem tá falando. Se eu pudesse identificar.

Thaísa – É a Thaísa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Obrigada, Thaísa.

Thaísa – É a Thaísa. Teve uma passada somente, mas ele não foi pra câmara temática depois. Obrigada, Ergon. Acho que é bom falar com o Diego também, né.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Então, nesse caso...

Ruído. Anna e Gabi falaram juntas.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Anna, desculpa.

– Desculpa. Nesse caso, a minha sugestão é, submeter a consulta pública com a meta na redação original sem a inclusão da redação em si, mas aí com a propositura da inclusão do indicador que o Ergon propõe abaixo, que tá relacionado justamente a isso. É aí a gente dialoga com a equipe de transporte pra revisão no bloco 2.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tudo bem, Ergon? Você se sente contemplado, se a gente fizer o encaminhamento interno sobre indicador pro monitoramento desses programas, mas não incluir na redação da meta?

Zoraide Amarante - Pode abaixar (a tela) para gente ver qual é o indicador proposto que eu não estou vendo aqui na tela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, o indicador proposto. O Ergon na realidade disse que

é imprescindível registrar a política do passe livre e do meio passe, como elementos a serem monitorados valorizando e assegurando o direito à cidade.

Ergon Cugler - Isso e acho, eu propus um indicador que dialoga com isso, só de mensurar a cobertura do passe livre porque ele tem o índice de atendimento do transporte público municipal né, tanto por homem, ônibus, quanto os outros sistemas. Então, seria só a gente incluir também essa cobertura do passe livre estudantil e do meio passe. Na verdade, essa preocupação ela vem não necessariamente porque incluindo ela na meta a gente mobiliza algo novo. Ruído. Enfim, que algum órgão tenha que fazer, mas a gente coloca como um ponto de atenção a uma política pública ser valorizada e acompanhada no bojo dessa discussão do todo, como é a mobilidade urbana e o acesso em direito à cidade. Então, foi mais nesse sentido que eu tinha visualizado a gente incluir o passe livre com uma menção de que é importante a gente, portanto, monitorá-lo e garantir que avanços qualitativos não restrinjam a política do passe livre em outros momentos. Zoraide Amarante – É, mas aí você tá propondo aumentar? Acho que a gente não deve encaminhar para consulta pública com essa indicação de aumentar sem passar pela discussão da câmara.

Ergon Cugler - Eu escrevi errado ali, eu até peço desculpas. Seria monitorar. Eu copieei o de cima e esqueci de alterar. Não seria para aumentar a quantidade de passe livre só pra a gente ter identificado na meta como um todo e ter o acompanhamento desse valor. Alexis Galias de Souza Vargas - Gabi, deixa eu ver a redação da meta universal, por favor?

Silêncio. Verificando o arquivo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, tá aqui Alexis. É até 2030 proporcionar o acesso ao sistema de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis e a preço acessível para todos. Melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos com especial atenção para a necessidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos.

Alexis Galias de Souza Vargas - Não tem um recorte de estudante ali, né?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Na meta global, não.

Alexis Galias de Souza Vargas - A gente pois aí algum indicador relacionado a pessoa com deficiência? Porque a gente tem meios de transporte específico para eles.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, a gente tem cadeira de acessibilidade.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ótimo!

Ergon Cugler - Caberia também pra população idosa, porque a global fala sobre isso e em São Paulo também tem uma especificação da legislação nacional que, a partir de determinada idade, também não, não tem o custo da passagem, da tarifa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, a minha sugestão seria a gente não propor alteração para envio, pra consulta pública. Mas levar a discussão para a câmara temática você se sente contemplado assim? A Anna fica responsável por garantir que essa discussão seja feita lá na câmara de temáticas urbanas para quem sabe fazer algum ajuste na redação final da meta e para quem sabe incluir esse indicador eu acho perigoso gente incluir o indicador agora sem a participação da, do responsável por transportes porque na realidade a gente precisa checar com eles a viabilidade da produção e do acompanhamento desse seu indicador proposto. Você se sente contemplado, se a gente não incluir na redação da meta a ser submetida à consulta pública, mas a gente levar a discussão da importância de registrar de repente essa política na redação da meta municipal e a gente faz essa discussão junto com as contribuições ao 2º bloco?!

Ergon Cugler - Acho que tudo bem sim, enfim, é, inclusive se for manter só a questão da redação na meta e não manter o indicador, eu também não vejo um problema. Eu acho que é só uma forma da gente valorizar essa política pública e colocar lá na atenção do que a discussão da mobilidade urbana.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ana, eu dei um check aqui, eu dei um check aqui pra não, não contemplar a contribuição do Ergon, mas eu não sei se você conseguiu anotar isso em algum lugar para levar a discussão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu prefiro que você deixa e eu copio. Só marca em vermelho, porque senão vai ser mais trabalhoso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Coloca em vermelho.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vermelho não, porque vermelho é o que a gente vai incluir na redação nova, então...

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Então, eu copio aqui.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá. A Anna vai copiar, então, as suas sugestões, Ergon, tanto de redação da meta Municipal, quanto de indicador. A gente não vai submetê-los a consulta pública, mas a gente vai levar essa discussão para câmara de temáticas urbanas que tá fazendo essas discussões. É, tô passando, rolando a barra aqui pras demais metas da câmara de temáticas urbanas. O Ergon fez uma, percentual de ônibus dos modelos básico, padron ou de 23m. Ele perguntou se tá correto, ele não conhece esse termo. Eu também não.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu fui checar o termo que veio da descrição deles, mas eu posso checar de novo se tá correto, mas eu acho que é o modelo do ônibus mesmo. Vou conversar com o Diego.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tá, então a gente deixa essa daí como pendente, a definir. Eu também não conheço esse termo e a gente segue então para a meta 11.4. Eu não sei se a Anna quer comentar que teve essa alteração aqui nesse indicador da meta 11.4

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Ah é, na verdade esse é só um report à vocês na câmara de temáticas urbanas. A gente fez a discussão sobre os indicadores de valorização do patrimônio cultural e a...sobe um pouquinho Gabi, que não dá pra ver. E aí a secretaria da cultura tinha proposto dois indicadores relacionados a orçamento destinado à ações específicas de valorização do patrimônio. E aí a tendência do indicador tava, ampliar um deles, sendo que na verdade, a linha, o orçamento de 2019 é orçamento ideal na perspectiva da secretaria, então, foi só substituído o termo ampliar pra manter. Então, na verdade, é só um informe não é nenhuma questão de discussão e aí eu acho que comentário do Ergon abaixo, não sei se é no sentido de reforçar isso. Não tinha visto.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – De acordo com a ideia, podemos pensar em algum outro termo que dê a ideia de qualificação, sem significar precarização. Até porque não necessariamente ampliar os recursos, significa que serão melhores alocados, nem tão somente manter significa a eficiência com qualidade de prestação do serviço, então, ele tá sugerindo monitorar investimento e qualidade, é, comentando em cima do seu comentário Ergon, eu diria que não é bom a gente, é, a gente qualificar nesse sentido porque o indicador não tá olhando para questão de qualidade, então, eu não acho que é uma boa a gente colocar que a gente vai monitorar a qualidade sendo que a gente tá reportando é só o valor total, então, eu concordo, eu concordo com a sua proposta de repente a gente colocar monitorar e não manter, mas aí eu preciso escutar a Anna, que eu entendi que o manter foi considerado o manter porque na realidade esse recurso é considerado como suficiente para dar conta desse desafio.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Isso, na verdade o indicador isolado, ele não tem uma, é difícil de interpretar, né. Ele tá ele tá complementado pelos indicadores anteriores que mensuram as ações propriamente dita de valorização do patrimônio, então, na perspectiva da Secretaria de Cultura, a manutenção do orçamento conforme esse ano é suficiente para dar continuidade nas ações previstas que tão quantificadas até 2030. Então, por isso o termo manter e por isso que ele é composto por uma interpretação um pouco mais complexa né, não apenas isolada, a questão orçamentária que realmente ela não diz muito em termos de eficiência.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ergon, você tá contemplado pelo comentário da Anna, do porquê que foi escolhido o termo manter e de que ele deve ser interpretado junto com os outros indicadores de cultura de número, de ações de identificação do patrimônio cultural, de proteção do patrimônio cultural e de valorização do patrimônio cultural?

Ergon Cugler – Eu estou contemplado. A minha única preocupação é, me colocando em posição da sociedade civil, se eu não soubesse dessa explicação, eu via que manter um orçamento pode parecer um imobilismo, talvez. Não sei, se a gente entender que coletivamente não é algo que traz problemas, a gente pode manter. A palavra manter. Mas é só um ponto de atenção que eu fiquei observando e talvez fica estranho a gente falar vamos manter aqui o orçamento sem qualquer modificação.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Entendi. É porque esse valor, quando você avalia a série histórica ele diz muito mais do que olhando o isolado (pequeno corte no áudio) de 2019 que foi bastante acima da série histórica. Então, acho que talvez por isso o desconforto. Mas, mas de fato, assim, não sei se a gente explica, não sei na verdade, eu não saberia onde explicar isso. Mas a manutenção desse orçamento para a secretaria da cultura é da conta do desafio que ela se colocou.

Ergon Cugler – E se for assegurar este valor, talvez?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu gosto!

Anna Carolina de Paula M. de Marco – É, a gente estaria fugindo da padronização das outras metas. Mas...

Janaína - Essa questão só pra... Janaína falando, Secretaria do Verde. É, com relação aos Recursos, a gente tem aqui, por exemplo, os nossos recursos para manejo, vigilância, manutenção dos parques, eles muitas das vezes, você exige um aporte inicial de recurso pra uma determinada demanda, depois essa, essa demanda não existindo, por exemplo, cercamento gradil, um exemplo, é, o recurso não faz mais sentido, então ele pode ser realocado. Então, é, se tratando de contas públicas, não há uma necessidade de pré-es-

tabelecer essa questão de manter, ampliar, assegurar, reduzir, enfim, porque isso é muito, vai, é muito dinâmico. Vai depender, como por exemplo, no caso da cultura, da preservação de patrimônio histórico, quando há uma demanda de restauração, de conservação, a gente tem um aporte de recursos, uma vez que isso já foi feita, aí você só vai ter aquele recurso de manutenção, então, não sei acho que esses termos, eles não fazem muito sentido. Podem até complicar o indicador. Não sei se vocês entenderam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu entendi a sua colocação, Janaína. Mas esse indicador foi proposto pela equipe da Secretaria Municipal de Cultura, que hoje faz a gestão desse orçamento pra ações de valorização do patrimônio cultural da Secretaria de Cultura e a Anna esclareceu que esse valor para 2019, ele foi bastante acima do, da série histórica, né, então, na verdade eu entendi que a Secretaria de Cultura entende, que assegurar esse orçamento, esse volume de recursos pras ações de valorização do patrimônio é desejável, é, então eu entendi a sua colocação e talvez ela sirva para outras ações do verde, mas segundo a equipe de cultura, é desejável amarrar uma uma, uma relação de manter esse orçamento pros próximos anos, para conseguir dar conta das ações de valorização do patrimônio cultural da Secretaria de Cultura e eu entendi a sua colocação, mas eu acho que a gente deve respeitar aí a proposta da Secretaria de Cultura. Acho que é só uma questão né, o Ergon colocou uma questão sobre manter né, que pode dar uma interpretação equivocada. Porque a gente tá falando de uma agenda para os próximos dez anos, então talvez seja suficiente nesse momento, mas em 2030, talvez não seja o suficiente. Eu acho que o Ergon tem um ponto válido no sentido de...manter, pode causar algum estranhamento por parte da população. Você tem alguma sugestão de encaminhamento, Anna?

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Eu tô pensando e se a gente... é, porque substituir por monitorar, deixa ainda mais vago né, então ou teria que adotar uma tendência atípica como assegurar ou manter o valor anual mínimo orçado, algo nesse sentido...

Ruído. Também amarrar o termo do valor de base de 2019, seria estranho.

Ergon Cugler – Eu acho que se ficar manter sozinho, dá um entendimento de congelamento de investimentos. Se colocar manter o mínimo orçado parece que a gente está querendo fazer o mínimo de recursos possíveis.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Manter acima de?

Alexis Galias de Souza Vargas - Deixa eu ver a meta ali em cima, Gabi. Não precisa mudar mudar de folha, só ali em cima, só roda para cima, por favor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim, não, é que da outra vez você queria ver a global e a global não tá na nossa consulta, só tá a municipal.

Alexis Galias de Souza Vargas – Tá. Essa questão de recurso entra no mesmo aspecto que a gente discutiu já lá na Câmara institucional. Tem meta que fala que é pra captar mais recurso para a saúde, outra pra mais recurso pra assistente social e acho que o objetivo aqui não é ficar ampliando o recurso de tudo, senão você tem que tirar de outras coisas. A ideia aqui é fortalecer a política, não necessariamente aí, tamo falando de aumentar ou monitorar a conta de recursos que vai...tem várias formas de melhorar a política, sem aumentar recurso. Eu acho que do mesmo jeito que a gente decidiu lá em relação...foram umas 4, 5 metas ali que a gente tomou esse encaminhamento, porque fica contraditório eu por uma meta que é pra aumentar e outra que não é pra aumentar, não tem muito sentido, né. Aumentar o recurso de todo mundo, eu tenho que tirar de algum lugar. Bom, eu na verdade sou contra essa meta diante do Consenso que a gente tomou lá na câmara temática de assuntos institucionais. Aí de novo está caindo de entrar numa meta que é para aumentar o recurso da Secretaria da Cultura, aí a gente já não fez isso nem para a saúde, nem para assistência e nem pra infraestrutura agrícola que era uma das metas lá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Acho que você tem toda razão, Alexis. Olhando agora para o todo, eu sugeriria que a gente colocasse monitorar nas duas, nos dois indicadores e devolver esse para a câmara de temáticas urbanas com essa informação. Claro de que foi uma alteração feita pela comissão, tendo em vista a coerência da das metas relacionadas ao orçamento como um todo.

Zoraide Amarante - Eu concordo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Esse é um ponto importante também pra replicar para os demais indicadores que estão relacionados ao orçamento. Não só aqui na 11.4.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – E tem outras, Anna? Eu desconheço.

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Na 11.3.

Ruído.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Na 11.1. Na verdade são casos específicos, porque como na dois ponto...na 15. B que era de orçamento também, a gente acabou adotando uma metodologia de monitoramento um pouquinho diferente é, tem alguns casos específicos de orçamento que varia, que não é uma relação de despesa total, então talvez seja o caso da gente ter que olhar um a um. Que eu me lembre agora, além da de despesa realizada, têm na 11.3, que tá como monitoramento, não, eu acho que tá como uma ampliação também, mas é uma tendência só.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu acho que o Alexis tem um ponto bem im-

portante e que eu acho que a gente tem que padronizar aqui essas que dizem respeito a ampliação de recursos para determinados temas específicos. A gente deveria considerar um monitorar dado que a gente fez isso em relação às outras, em relação a todas as metas que tavam sob competência da Secretaria, da câmara de fortalecimento institucional, é, então, valores totais liquidados por ano com atendimento, monitorar...

Alexis Galias de Souza Vargas – Pera um pouco, Gabi. Lá, nessas outras que eu mencionei a gente decidiu por não colocar a meta de ampliação de recurso e nem, e nem colocou o monitoramento, a gente pois de ampliação de captação externa de recursos né?! De buscar. Porque a meta internacional naqueles casos era de voltado aos países mais ricos financiarem os mais pobres. No nosso caso seria a gente conseguir captar recursos de outras fontes pra essas políticas. Aqui neste caso nem é uma meta relacionada à recurso, é uma meta relacionada a fortalecer a política e eu, a minha sugestão é de exclusão dessa meta em relação ao orçamento. Eu acho que ela...sendo coerente com o que a gente pois lá, ela não é pertinente. Só se a gente colocasse algo no sentido de captação de recursos externos pra essas políticas, daí seria realmente igual às outras, embora a meta universal das outras seja diferente dessa.

Zoraide Amarante - Excluir o indicador. Essa proposta eu concordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh Eu tô esperando só a manifestação da Anna, que como ela cumpriu mais de perto, né.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ah não, na verdade, acho que a deliberação é da comissão né...

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sim, sim, a deliberação é da comissão. O Alexis está sugerindo e a Zoraide concordou, é, acho que eu queria só ouvir mais alguns membros, só pra gente entender melhor mas eu só queria que vocês entendessem né que a questão de ampliar recursos para todos os temas surgem em muitos momentos na agenda e o que o Alexis trouxe pra gente é, é essa questão de ampliação do gasto em determinada área, ela não consegue ser feita sem comprometer o recurso destinado a outras áreas e que então a nossa discussão em relação a outros temas foi, é ampliar a captação de recursos externos, ou seja, de outros entes. Recursos internacionais. É, então, pra gente manter essa coerência de que a gente não tá, é, priorizando nesse momento uma área, em detrimento da outra, um tema em detrimento do outro, porque a gente tá olhando para uma agenda que trata de todos os temas de política pública municipal, a nossa ideia foi então não, não definir metas de ampliação do orçamento municipal para pautas específicas.

Ruído.

Alexis Galias de Souza Vargas – O Igor abriu o microfone aqui. Igor, vai falar?

Igor Pantoja – Eu queria falar sim. Posso falar?

Alexis Galias de Souza Vargas – Por favor.

Igor Pantoja – Não, eu acho que quando a gente dala de monitorar, não necessariamente tá falando de aumentar diretamente recursos. Entendo a preocupação de que não dá para aumentar em todas as metas, porque né em algum lugar vai ter que tirar, de fato. Mas nesse caso está falando de monitorar, eu acho que não tem, acho que é importante ter um compromisso, é, público, por dar transparência no quanto está sendo investido em cada meta dos ODS, no limite, né. A gente nem tá fazendo isso com todas, mas poderia. Então, acho que não tem problema nenhum, mas não entendo por que que não poderia deixar o monitoramento desses valores.

Alexis Galias de Souza Vargas – Quem mais levantou a mão aqui, foi, deixa eu ver.

Rossela – Rossela.

Alexis Galias de Souza Vargas – Fala Rossela, por favor.

Rossela Rosseto – Eu gostaria que a tela voltasse um pouquinho só para a gente ver qual que é a meta. A 11.4. Pra ver se esses indicadores são pertinentes, porque eles não tão dizendo de ampliar, nesse sentido, a secretaria da cultura, ela colocou alguns indicadores que são ações, que é a quantidade de ações relativas a patrimônio, ações durante a jornada, enfim, são ações mesmo e botou a questão de orçamento de obras e instalações da prefeitura referentes ao patrimônio como um dos indicadores de fortalecer iniciativas de proteção e salvaguarda. Eu entendo que esses indicadores nenhum deles dá pra gente ler isoladamente para gente ver se essa meta a gente está fortalecendo iniciativas nesse sentido. A gente tem que olhar essa, esses, a soma desses indicadores na verdade, a gente vai ter que fazer uma leitura qualitativa, quem quiser analisar se a gente tá cumprindo essa meta ou não, eles, eles são complementares. Se retirá-los a gente de uma certa forma, empobrece as leituras possíveis para a meta, né. Assim é o meu entendimento. Eu não acho que a gente tá, a gente não tá retirando dinheiro de outro, a gente só tá monitorando o orçamento e aí eu acho que eu vou nesse sentido junto com o Igor. No fundo são várias entradas de leitura ver se a gente está fortalecendo iniciativas de proteção. Se ao longo de uma série histórica tá aumentando recursos, a gente pode chegar à conclusão que sim, está fortalecendo, mas também, também, mais orçamento, não necessariamente significa que tá tendo ações, resultados positivos, enfim, eu acho eu acho que esses indicadores eles requererão uma leitura qualitativa para a gente, pra depois alguém dizer, alguém fazer uma leitura se a meta está sendo cumprida ou não. Bom, então, eu iria para a não exclusão, porque ela não tá dizendo ampliar, ela está dizendo monitorar, se os recursos estão sendo investidos ou não.

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Obrigado! A Viviane levantou a mão também?

Silêncio.

Alexis Galias de Souza Vargas – Viviane, eu não sei se você tá falando mas, não estamos te ouvindo. Você tá muda. (risos) É, bom pessoal eu fiz a proposta de exclusão aqui no chat. Tivemos algumas manifestações favoráveis e tivemos aqui no áudio manifestação contrária do Igor e da Rossela e o Ergon também foi aqui também sobre a...a Thaisa aqui também se manifestou.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi Alexis, eu posso sugerir aqui nesse caso, que a gente faça uma votação um pouco mais sistemática?

Alexis Galias de Souza Vargas – Sim, é isso que eu ía propor. Porque agora ficou dividido aqui eu não consigo dizer o que que tá prevalecendo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –É, eu acho que tá bem dividido. Então eu lembro que uma vez você usou uma estratégia de votação.

Alexis Galias de Souza Vargas – Isso eu coloquei um negocinho aqui, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –Eu gostei muito. Se você puder repetir essa sua estratégia de votação então, colocar duas opções a favor da exclusão ou a favor da manutenção do indicador. Lembrando que a gente tá votando pela manutenção do indicador só para fins de monitoramento, é, eu acho que talvez essa estratégia de votação facilite a nossa contabilização, lembrando por favor se vocês puderem se se ater à questão da representação, de só votar o titular ou então, só voltar os suplentes e na ausência do titular, é, a gente vai tentar fazer esse, essa checagem enquanto vocês estiverem votando. Anna, se você puder me ajudar...

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, eu tô aqui.

Zoraide Amarante - Vamos lá, na verdade agora, o que está sendo colocado aí por algumas pessoas, é mudar de manter para monitorar? Então, acho que só para deixar claro isso. Não seria manter do jeito que estava, do jeito que veio a proposta da Cultura. É alterar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh –Isso, Zoraide. Então, excluir o indicador ou manter ele apenas para fins de monitoramento, é pra essas duas opções que a gente tá votando. Para manter o indicador para fins de monitoramento ou excluir o indicador do monitoramento dessa meta 11.4 dos ODS. Tem algumas mãozinhas levantadas ainda. Eu sei que eu tô na frente da, que eu tô com o chat na frente do compartilhamento de tela. A Viviane tava com a mão levantada eu vou abaixar

porque o Alexis chamou ela, ela não respondeu. A Rossela tá com a mão levantada ainda ou de novo? Acho que ninguém mais está com a mão levantada. Alexis, conseguiu viabilizar a votação pelo chat?

Alexis Galias de Souza Vargas – Ok. Eu tava pondo aqui, achando que tava entrando e não entrou. Pera aí que eu vou conseguir desculpe

Viviane Canecchio Ferreirinho – Desculpa, eu tive que dar uma saidinha, mas eu retornei. Tá? Se o Alexis quiser perguntar.

Alexis Galias de Souza Vargas – É que você tinha levantado a mão eu queria saber se você queria falar sobre este assunto ou se era outra coisa.

Viviane Canecchio Ferreirinho – Não, eu só esqueci mesmo. Desculpa.

Alexis Galias de Souza Vargas – Gente, como que eu fiz isso aquela vez, não tô conseguindo.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu posso chamar as pessoas também.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, a gente também pode adotar uma estratégia mais oldschool.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Acho que até mais rápida de confirmar os votos.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, tá bom, então vamos chamar. Anna, se você puder ir chamando, eu vou contabilizando, eu vou anotando, tá?

Anna Carolina de Paula M. de Marco - Secretaria do Verde – Giovana.

Giovana Barbosa – Oi, eu sou a favor da exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Wagner? Silêncio. Desculpa, gabinete do prefeito.

Wagner – Oi, Anna! Excluir também. é

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Viviane? Secretaria de Assistência Social.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Viviane?

Viviane Canecchio Ferreirinho – Desculpe. Manter. Manter o indicador para monitoramento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Mariana? Secretaria de desenvolvimento econômico e trabalho.

Mariana Barra – Oi, sou a favor de monitorar também.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Zoraide? Desenvolvimento urbano.

Zoraide Amarante – Excluir.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Clodoaldo? Educação. Clodoaldo?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Me respondeu no chat, é a favor da exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Obrigada. O Estevão não está mais com a gente. A Fernanda também não tá aqui.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Alexis?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – o Alexis já votou pela exclusão. Ele que fez a proposta. Já registrei o voto dele.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Marlene? Liga solidária.

Marlene Ferreira – Manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Jaqueline? Da ciclocidade.

Jaqueline - Manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Jucilene? Fundação Abrinq.

Jucilene - manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – O Jorge Abrahão não está. Então, no lugar dele vota a Denise do Instituto akatu? Denise não está mais com a gente? É, então o próximo. ? (não deu pra entender o nome) do IAB? ?... Do IAB – manter.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Marina? Kauan. Não está, então é o Ergon.

Ergon - manter o indicador.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Denise Espinosa da Usp.

Denise Espinosa - Eu respondi no chat, mas eu concordo com a exclusão.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tá. No lugar do Zisma votaria o Marco, mas ele também não está com a gente. Bom, então é isso, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – O resultado da votação é pela manutenção. Votação bem apertada 7 votos pela manutenção, contra 6 votos para a exclusão. A gente mantém, é o indicador para fins de apenas monitoramento. Vou seguir então, para próxima meta, que é a 11A. O Igor fez um comentário. A meta 11 A fala de apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas em áreas metropolitanas, em áreas urbanas e rurais, reforçando o planejamento Municipal Regional e Regional de Desenvolvimento. O Igor sugeriu que seria interessante uma meta para quantidade de consórcios intermunicipais, interfederativos vigentes até 2030 e outros instrumentos de parceria metropolitana como convênios, acordos de cooperação. O indicador sugerido é o avanço na elaboração e aprovação do plano de desenvolvimento urbano integrado PDUI. E aí tem uma nota, de que é atribuído um valor para cada fase de elaboração e aprovação. É, PDUI não elaborado, nota zero. PDUI aprovado pelo conselho de desenvolvimento, PDUI elaborado nota 4. PDUI aprovado pelo conselho de desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, nota 6, que é o estágio que a gente está atualmente e o PDUI aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo é a nota 10, que é o objetivo até 2030. Eu passo a palavra então, também tem o indicador de avanço na implementação do PDUI, que a Anna também fez a partir do desenvolvimento e execução de plano relacionados às FPICS funções públicas de interesse comum, é, o valor base tá pendente e a Anna explica também quais são as atribuições de notas. Tá pendente a nota atual e a meta nota 10 até 2030. Eu quero escutar, bom, Anna e Zoraide.

Zoraide Amarante – Eu tenho uma consideração a fazer em relação a proposta. Desculpa, quem que propôs mesmo que tá cortado? Acho que foi o Igor, (se eu consigo ver) a letrinha lá de quem propôs (na tela). Eu concordo com essa sugestão de quem fez a proposta, de monitorar os consórcios e as parcerias (intermunicipais da RMSP). Do ponto de vista dos consórcios, que eu me lembro, a Fundação SEADE eu acho que tinha um monitoramento, precisaria confirmar qual seria a fonte, mas em princípio eu concordo com a proposta do Igor. Não sei se a Rossela quer comentar.

Rossela Rosseto – Tá ok pra mim. Obrigada, Zoraide!

Zoraide Amarante - Só ficaria o desafio de ver qual seria a fonte dessa informação, mas eu acho que não seria difícil de identificar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A minha sugestão é que a gente leve essa discussão para a continuidade das discussões na câmara de temáticas urbanas, que a gente não incluía agora para consulta pública tendo em vista que eles não sabem qual vai ser a ponte, quem vai se responsabilizar pelo levantamento dessa informação. É, tudo bem Igor? Não sei se o Igor ainda tá entre a gente. É, o Igor só esclarecendo, o Igor atua como convidado né, da comissão Municipal ODS. É, principalmente na ausência né, do George da rede Nossa São Paulo, é mas ele tá como convidado né então, ele não é membro da comissão, então não tem direito a voto mas ele fez os comentários aí então, é, contribuindo com o nosso, o nosso processo de trabalho. Eu passo então para última meta da câmara de temáticas urbanas que é a 11C, não tem nenhum comentário, então a gente finaliza aí então. Está aprovado o conjunto de metas da câmara de temáticas urbanas. E aí eu peço ajuda da Anna, não sei se a Marina tá com a gente...a minha sugestão é que a gente passe para câmaras de temáticas econômicas.

Marina Moraes - Tô aqui sim, Gabi.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Só uma dúvida Gabi. No indicador de despesa realizada da 11.3 que não havia destaque, mas com essa, esse votação da cultura ela fica como monitorar né, só confirmar.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso. Ela fica como monitorar né, a gente alinhou o entendimento em relação à indicadores relacionados às despesas aumento de despesas não estipular metas de aumento de despesas então os indicadores relacionados ao orçamento ficam com orientação geral de monitorar a orientação dada pela Secretaria de Governo Municipal e pela, pelo entendimento da câmara de fortalecimento institucional então para homogeneizar esse entendimento a gente fica então com indicadores de despesa realizada mas só para fim de monitoramento.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Eu vou então olhar nas demais metas desse bloco porque tinha outras metas com indicadores de orçamento. Maravilha, seria excelente. Se você pudesse fazer isso pra gente uniformizar, eu agradeço a sua participação e passa então para as metas da câmara de temáticas, é, econômicas.

A gente já passou pela meta 2B que é uma meta que foi não municipalizada, é então, eu passo então para as metas da do objetivo 8, trabalho decente e crescimento econômico. É, temos aqui uma proposta do Ergon em relação à meta 8.5, até 2030 reduzir a taxa de desemprego e outras formas de subutilização da força de trabalho, garantindo um trabalho digno para homens, mulheres, jovens e pessoas com deficiência. Vou pular a sugestão do Ergon, só para gente ler a redação original com ênfase na igualdade de remuneração para trabalho de igual valor. A sugestão do Ergon foi incluir a frase “sem qualquer discriminação por raça, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero, comentando a inclusão de todas e cada uma das pessoas”. Ergon, se você quiser comentar a sua sugestão.

Ergon Cugler - Claro! Eu só achei importante colocar porque não existem dois fatores principais, primeiro porque segue a mesma lógica do que a gente tem debatido dentro da câmara de temáticas educacionais e seria portanto, combater a discriminação no conjunto da própria meta e isso já né, compreendendo a questão da raça, da etnia, da orientação sexual e identidade de gênero, mas mais do que isso é a gente conseguir colocar esse fomento à inclusão de todas ao mesmo tempo que se incluir cada uma das pessoas. Cada uma das características populacionais. É, foi só uma forma de tentar trazer esse debate também pra esta questão tão central que é o emprego e com destaque essa questão de orientação sexual e identidade de gênero porque a gente já sabe por diversos estudos que é perceptível no na década que a gente vive, ainda mais um desafio para 2030 que quanto menos gente tem acesso ao emprego e acesso ao direito a renda principalmente, transexual, mais a gente tem essa população marginalizada e acaba muitas vezes indo para prostituição ou para práticas que não só subutilizam o a força de trabalho delas mas também ataca diretamente em diversas situações, a condição de qualidade de vida. Então só foi um recorte para tentar trazer também um ponto que a gente discutiu em outros ambientes para essa discussão e também incluindo a questão da raça e da etnia no combate à discriminação nesse ponto do emprego e da renda.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, eu vou passar a palavra. O Ergon fez outros comentários, né. Eu acho que, e eu acho que a questão da discriminação no mundo do trabalho não tá presente em nenhuma das metas, é então, eu, eu acho que enfim eu gostaria de escutar opinião dos demais sobre essa sugestão de inclusão na redação da meta 8.5 no nível municipal.

Alexis Galias de Souza Vargas – É, só para esclarecer, é uma inclusão na redação da meta, mas não tá mexendo nos indicadores, é isso?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Ainda não. A gente ainda não tá discutindo o recorte dos indicadores, né. Eu entendi que o Ergon tá sugerindo incluir a questão da discriminação na meta, mas sem propor indicadores relacionados a discriminação, porque a gente não tem informações sobre indicadores relacionados à discriminação.

Ergon Cugler - Isso, só pra acrescentar, os únicos dois indicadores que eu coloco ali geral pra meta, um é que diz respeito ao que já tá escrito na qual meta que é sobre pessoas com deficiência. Se tem condições da gente medir ele é essa questão em relação às pessoas com deficiência e a segunda, desculpe o barulho aqui, diz respeito a desagregação por descrição da região ou zona.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu já tô até incluindo das pessoas com deficiência, porque a Mariana Barra já trouxe a informação que tava pendente, essa discussão já tinha surgido, essa proposta já tava dada para fazer essa desagregação. Mas a gente não tinha informação se era possível apurar essa taxa de desemprego entre as pessoas com deficiência e a Mariana Barra, já fez um comentário em cima da sua, da sua sugestão

Ergon, dizendo que é possível sim, que o DIEESE confirmou essa possibilidade. É, então eu tô tomando a liberdade de incluir aqui, então, taxa de desocupação desemprego das pessoas com deficiência.

Mariana Barbosa - É, só complementando Gabi, Ergon, essa questão da desagregação por distrito para zona, por região, ela permeia os vários indicadores, ah desculpa gente, Marina da Câmara Econômica. Então, dentro da câmara temática, essa questão apareceu mais de uma vez e a gente sempre esbarrava na impossibilidade por conta dos dados eu queria até que a Mariana Barra que eu acho que tá aí ela tem com certeza eu acho que o fato dela não ter afirmado que existe essa possibilidade de desagregar por território. Acho que realmente não há uma possibilidade, a gente pode colocar nos desafios remanescentes isso vai aparecer em outros indicadores também.

Mariana Barra – Oi, a Mariana Barra, SMDDET. De fato, eu acabei fazendo comentário só para pessoa com deficiência porque é uma informação que eu já consegui confirmar, junto ao DIEESE e que já tá no radar da secretaria, né. Inclusive, a sugestão foi feita foi pela redação da meta, é, de ser mais inclusiva até na proposta da redação eu acho que tá completamente coerente com a maneira como a SMDDET tem tocado suas políticas né. De fazer políticas específicas para as mulheres. De olhar população emigrante, enfim, né, acho que contemplaria assim, não sei se exatamente, com essa redação. Mas eu sou favorável à ideia de ter uma forma mais inclusiva de na redação da meta né, se o pessoal concordar. Agora os dados agregados por distrito para a taxa de desemprego eu preciso confirmar. Eu acredito que não. Mas eu confirmo essa informação.

Ergon Cugler – e essa questão da desagregação por zona, região, distrito foi só uma provocação. Eu não entendo como algo muito determinante. Foi só uma pergunta para saber se era relevante na opinião de vocês também, para, para incluir.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Mari, desculpa acrescentar né, eu tenho quase certeza acrescentar que a gente já sabe que dá pra desagregar por distrito, porque na realidade a gente tem aquela meta da 10.3 10.4, já não me lembro mais qual, da câmara de temáticas sociais, em que justamente a gente está propondo uma comparação entre as taxas de desemprego, entre os distritos, porque a meta, essa meta a qual estou me referindo é a uma meta de redução das desigualdades. Eu tenho quase certeza que dado que você me confirmou que era possível fazer o cálculo do indicador, que seria possível sim desagregar por distrito.

Mariana Barra – É, mas não era rendimento médio, que a gente tava conversando?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode ser. Na hora que chegar lá você não esquece disso.

Mariana Barra –Tá, tá bom.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tenho a impressão de que não, eu tenho a impressão de que...

Ruído

Igor Pantoja – Eu posso falar só uma coi...? Aqui é Igor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Pode falar, Igor.

Igor Pantoja – Alô! Não tem taxa de desocupação por distrito não. Acho que é difícil. Na realidade não conheço nenhuma fonte que pega esse dado. Então o que tem mesmo é, são os dados da Rais de quem tá empregado e o endereço do emprego, como a gente já falou. É, o que pode se aproximar disso eu não lembro as outras metas do ODS8 mas é aquela questão em relação, por exemplo, lá, a MEIS, a outras formas de mensurar trabalho. Então, eu acho que é difícil, porque eu não, eu não conheço nenhuma fonte.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A gente tava falando na 10.4 da taxa de emprego formal por habitante.

Igor Pantoja – E aí essa taxa de emprego sim, porque a fonte é a Rais. Então, antes de registro administrativo, todo mundo quer emprego formal. Mas taxa de desemprego a gente não tem, porque aí tem que ser por meio de entrevista como, (pequeno corte no áudio)

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Perfeito!

Ruído

Mariana Barra - Eu acho que é isso, Gabi, que eu tava tentando lembrar da explicação do DIEESE. Que é a pinagem contínua e outras formas de mensurar desemprego são amostrais e dificulta qualquer tipo de desagregação.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Não, então é isso a gente fica de checar pra esse momento não, mas pro futuro quem sabe. Dúvida, então sobre a inclusão da redação tem alguém que é contrário a inclusão da questão da discriminação na redação da meta municipal? Alexis você gostaria de se manifestar em relação a isso? Porque você perguntou sobre se tinha algum indicador relacionado... não, é uma proposta de inclusão de informação sem indicador relacionado.

Alexis Galias de Souza Vargas – Eu tô de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, tem alguém que gostaria de se manifestar

sobre isso? Tem alguém que não tá de acordo? Gente, eu não tô conseguindo ver o chat porque senão eu coloco na frente da redação. Vocês têm como me contar como tá a sua situação?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Não, só concordam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha!

Denise - Denise da USP, concordo com a inclusão. Então, eu vou aceitar a sugestão do Ergon e vou pintar aqui de vermelhinho pra gente fazer alteração na versão final. Eu vou só por uma vírgula, porque eu acho que exige. Bom, então, a mesma coisa de desocupação ao desemprego da população com deficiência, a minha sugestão é que a gente inclua dado que essa esse já era um desejo na Câmara temática, então a minha sugestão é que a gente inclua já pra consulta pública mesmo sem o valor-base. Eu entendi que a Mari verificou a possibilidade. A Mariana Barra checou a possibilidade de produção da informação, mas a gente ainda não tem essa informação pro ano de 2019, é isso Mariana?

Mariana Barra - É isso mesmo Gabi.

Ruído.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, pode falar Mariana.

Mariana Barra - Não, é isso mesmo. A equipe se comprometeu né, a produzir os dados, inclusive nos boletins periódicos. Eles ficaram de mandar informação não só com periodicidade anual, mas trimestral pra gente, baseado no contrato que nós temos, mas a gente não tem valor base.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Entendi. Então, a gente submete a consulta pública sem valor base no momento. O Ergon fez um comentário sobre a possibilidade de desagregar a questão da taxa de informalidade, empregos sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados que e que não contribuem para a Previdência. Então, ele fez a provocação sobre a possibilidade de desagregar esse indicador, por gênero, raça e condição de deficiência e também apontar como desafio remanescente a taxa de informalidade para a população LGBT. A gente não discutiu, tenho, eu tenho a impressão de que a gente não discutiu a desagregação dessa informação, né. Como ele fala, a meta fala sobre reduzir a taxa de desemprego, mas também fala sobre outras formas de subutilização da força de trabalho e não sei se o trabalho informal necessariamente significa um trabalho subutilizado ou não digno. Na verdade, a gente trouxe só o dado da taxa de informalidade como um dado complementar, mas eu acho que justamente, ele não foi desagregado porque eu acho que não teve um consenso. Aí eu peço ajuda da Marina e da Mariana para recuperar na memória as discussões da câmera de temáticas

econômicas. Mas eu tenho impressão de que a gente não chegou a uma conclusão desse trabalho informal. Necessariamente, significa um trabalho com uma subutilização da força de trabalho ou um trabalho não digno, então é por isso que não foi dada ênfase nesse indicador. É um indicador considerado complementar, né. Então, é, claro, a gente discutiu que a questão da informalidade gera mais menos segurança para o trabalhador e, portanto, a gente deveria incluir a informalidade e colocar até reduzir, né, a questão da informalidade. Porque eu lembro que nessa reunião especificamente, estava presente, o representante da rede Nossa São Paulo, o Odilon e ele disse, defendeu, que e de fato, uma maior formalização protegeria os trabalhadores, mas eu não sei se existe, uma relação direta entre informalidade e subutilização do trabalho, que é o que tá na meta e informalidade e trabalho não digno. Então, é por isso que esse indicador não foi tão explorado. Peço ajuda, então, passo a palavra para a Marina ou para a Mariana. Quem quiser se manifestar. E, talvez se vocês acharem, a gente pode até excluir esse indicador, se vocês acharem que não que tá levando a uma ideia de que, de que o emprego informal é necessariamente um emprego subutilizado ou não digno, a gente colocou aí só porque teve uma divisão na câmara de temáticas econômicas. O Odilon defendeu que sim, é desejável uma maior formalização. Mas a gente não chegou a essa conclusão. Enfim, não explorou tanto esse indicador por conta dessa divisão na câmara temática. Marina, Mariana, se vocês puderem ajudar.

Marina Moraes – Bom, Marina aqui. A gente começou a tratar de vários assuntos relacionados à questão da formalidade e da dignidade. É, realmente assim, tem vários caminhos né, inclusive os caminhos institucionais que, que a gente tem tomado né, de reforma Trabalhista de, por exemplo, muitas pessoas trocando, sendo trocadas né, de CLT para PJ, enfim, vários fenômenos simultâneos que a gente acabou não chegando a uma conclusão realmente de como a gente mediria essa questão da informalidade e da dignidade. Assim, ficou uma discussão bem, bem ampla, bem complexa. A gente chegou nesses indicadores como um consenso. O que deu pra gente sistematizar mesmo.

Mariana Barra - Eu taria a favor de manter a, é a Mariana, desculpa, da SMDET. Manter a taxa de informalidade para fins de monitoramento porque querendo ou não, todas as políticas do município estão indo no sentido de tentar reduzir um pouco acho essa taxa, no sentido de incentivar a formalização através do microempreendedor individual e outras ações até para poder dar mais segurança e cobertura para fins previdenciários, então, eu optaria por manter assim, ainda que não seja possível desagregar essa taxa de outra forma.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Eu acho que dado que o Ergon que foi a pessoa que fez a sugestão, já se manifestou no chat como tudo bem o indicador ficar desagregado para não...né. Então, seguimos adiante. É, o Ergon também fez o mesmo comentário em relação à questão da desagregação por gênero do rendimento. Queria só esclarecer Ergon, que o rendimento por gênero, já foi incluído na consulta pública, no indicador do ODS5. Então, sim, a gente vai usar esse indicador por gênero,

rendimento médio, foi uma discussão na câmara de temáticas sociais e a meta é, inclusive, bastante ousada para 2030. É que o rendimento entre homens e mulheres não, que não haja diferença entre o rendimento médio total da população feminina e masculina no município de São Paulo até 2030 (risos). É uma, inclusive uma meta bastante ousada e que a gente, é enfim, definida pela área de temáticas sociais e que já foi pra consulta pública em relação ao rendimento das pessoas com deficiência. Eu vou ter que passar a bola pra Mariana Barra de novo. Eu não sei se ela chegou a perguntar isso, porque eu tenho impressão de que a gente não chegou a discutir essa questão do rendimento médio da população com deficiência. Então, acho que, eu não sei se ela perguntou, eu não sei se é possível desagregar, eu acho que não, acho que ela não perguntou. É, eu acho que

Marina Moraes – Não discutimos. Marina.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, a gente não chegou a discutir eu acho que é um ponto válido dado que a gente vai incluir a questão da taxa de desemprego pra esse recorte. Eu acho que também é desejável ter o rendimento dessa população. É, mas eu tenho impressão que a gente ainda não tem essa informação. Mariana, se cê puder complementar. Lembrando que se você não tiver perguntado tá tudo bem também, porque a gente não fez essa discussão ainda.

Risos

Mariana Barra - Sim, de fato eu não incluí esse questionamento pessoal dos DIEESE. Mas conhecendo as fontes né, tanto o CAGED quanto a Rais, eu acredito que seja possível ter a informação de rendimento também. A gente confirma, mas a gente não vai ter o valor base pra 2019.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – É, só pra esclarecer, você acha que é desejável a gente já incluir a consulta pública, agora, mesmo você não sabendo se dá para extrair ou a gente segura essa informação e deixa para depois?

Mariana Barra - Não, os dados de rendimento médio através da Rais e do CAGED a gente consegue, eles já indicaram para a gente que tem informações com esse recorte de pessoa com deficiência. Eu acredito que dá para manter. A gente só não vai ter como incluir o valor base de 2019 porque eu não fiz essa, esse pedido para eles.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Sem problemas. Eu acho que a gente pode caminhar nesse sentido, então, a gente inclui na consulta pública com o valor base pendente do mesmo jeito que a gente incluiu a o desemprego da população com deficiência do município com o valor-base pendente. E se ninguém tiver, se ninguém for contrário a essa, essa inclusão, a gente passa para a meta 8.6. É, o Ergon fez a mesma provocação lá no sentido de a meta 8.6, fala sobre reduzir substancialmente a proporção de jovens desocupados, sem educação ou formação e o Ergon fez uma provocação em relação à desagregação desses dados por gênero. Raça, etnia e condição de deficiência. É, eu não sei dizer aí, eu não sei se a taxa de desocupação desemprego dos jovens com menos de

25 anos, a gente tá usando a mesma fonte da dos empregos em geral. Mariana, você sabe dizer se seria possível calcular e se essa desocupação dos jovens por gênero, raça e condição de deficiência?

Mariana Barra - Eu tenho quase certeza que não, mas eu vou consultar também.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Então, Ergon, tudo bem se a gente deixar essa discussão mais para frente, né? Tanto da desagregação por gênero, raça, etnia e condição de deficiência, quanto para a questão de distrito ou pelo menos, região? É, pra Mariana levantar essas, essa discussão sobre a possibilidade de territorialização e desagregação desses dados e a gente ir avançando aí no aperfeiçoamento da, dos, desses indicadores?

Ergon Cugler - Com certeza de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! Então, a gente submete da forma como está, mas a gente fica de fazer o levantamento das informações. É, eu tinha destacado aqui como pendente, só pra informar que a gente tinha originalmente passado um dado e depois a gente descobriu que estava incorreto. E aí a gente tá então pendente porque a gente tá melhorando aí o levantamento desse dado, né. Na realidade, o dado é o número de jovens de 18 a 24 anos beneficiados pelo programa, Operação Trabalho e a gente tinha equivocadamente informado o valor total dos beneficiários sem considerar o recorte etário. Então, eu peço desculpas, né, pelo, pelo, pelo engano, mas a gente vai corrigir. Por enquanto, ele vai como pendente, que a gente ainda não tem essa informação por desagregação etária. A gente só tem o valor total e a gente equivocadamente registrou o valor total. É, coloquei aqui só um registro né, para informar pra vocês que os dados de saúde do trabalhador, são dados que, que a gente já pactuou com a divisão de saúde do trabalhador da COVISA, da Secretaria Municipal de Saúde. Mas eles ainda não tiveram tempo de fazer o levantamento pra gente. Então, eles vão todos para consulta pública, com a maior parte deles, pra consulta pública sem o valor-base. Vai como pendente, mas eles estão trabalhando pra isso, pra que a gente consiga incluir essas informações o quanto antes. Eu tô só passando aqui então a próxima meta. A próxima meta é a 9.3. Eu vi até aqui com a Marina. Colocou o número de unidades do, Descomplica, em funcionamento. Mas a gente acabou optando...Marina não sei se você se lembra. Ruído. Desculpa, vou ler a meta, né. A meta é a 9.3. Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas do município aos serviços financeiros, incluindo o crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados. Originalmente foi feita uma leitura de que os serviços do Descomplica SP poderiam beneficiar esses, essas indústrias e e e e empresas, mas na realidade, em conversa depois com a Mariana Barra, a gente chegou à conclusão de que não, que os serviços que são oferecidos no Descomplica, não são serviços financeiros para indústrias, empresas e nem relacionados a oferta de crédito e que, então, não faria sentido usar esse indicador para fazer o monitoramento dessa meta. É, a gente só não tem um padrão. E aí eu queria validar com vocês, né. Ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta.

Eu achei que era importante incluir o “ainda”, porque na realidade isso não quer dizer que a gente não possa no futuro ou mediante sugestão da população e reflexão interna, sobre a possibilidade de produção de informação e incluir posteriormente, indicadores para o monitoramento. Eu vou ler um comentário do Ergon sobre isso, né. Então, o Ergon sugeriu, quantidade de micro, pequenas, médias e grandes empresas tais como indústrias, desagregado por porte, perfil e por distrito, assim conseguimos medir o perfil em São Paulo e quantas representam as pequenas indústrias ou empresas. Proposta de indicador: quantidade de recursos em crédito ofertado. Ergon, seria excelente a gente ter essa discussão na câmara temática e hoje a gente não tem essa informação, de quanto de recurso em crédito é ofertado. Na realidade, a SP Negócios, participou das nossas reuniões e disse que está em vias de fechamento de uma parceria pra facilitar o acesso ao crédito, mas na realidade eles ainda não fecharam parceria, tá sem informações. Então, a gente não tem como. A gente não tem essa informação hoje, né. Primeiro, não é responsabilidade do município, né. Não é responsabilidade direta, a oferta de crédito e microcrédito. Não é uma responsabilidade Municipal. Uma coisa que o município pode fazer e parece que o município vai facilitar o acesso. Não no sentido de oferecer diretamente o crédito, mas de colocar esses empreendedores essas empresas em contato com as instituições que oferecem crédito. Então, se vocês puderem me complementar também, Marina e Mariana. No que vocês lembrarem. O que eu me lembro é que a gente discutiu isso. A gente quer monitorar isso, mas a gente ainda não tem essa informação. É, mas pode ser que no futuro a gente consiga essa informação, sobre o acesso a crédito ou o que o município fez pra facilitar o acesso ao crédito pra essas pequenas, pra essas empresas e indústrias.

Mariana Barra – Gabi, eu até tava vendo internamente, (não deu pra entender a palavra que ela falou antes de Sampa) Sampa, né, ela até fez um acordo com o Banco do Povo, do Governo do Estado, pra oferta de microcrédito, porém, foi com o período determinado e o volume de recursos determinado e até foi, a demanda foi superior à oferta de recursos. Não é algo que já tá institucionalizado nas políticas municipais. E aí conversando também com a minha colega que trabalha no BNDS, ela falou que boa parte da oferta de microcrédito do BNDS é feita através do repasse através de convênios com outras instituições, por exemplo, a Desenvolve SP do Governo do Estado, então, a gente teria que consultar a Desenvolve SP pra saber se o total de desembolsos deles, quantos seriam destinados pra empresas Paulistas, com este recorte, né, por porte e por isso que a gente acabou não conseguindo evoluir muito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tranquilo, Mari. Mas é bom, que você já tá até mais à frente aí no caminho das pedras. A gente continuar essa discussão para tentar ter indicadores. Eu queria dar só mais uma resposta pro Ergon, né. Ele propôs um perfil das micro, pequenas, médias e grandes empresas, tal, como indústria. A gente não pensou nisso, né. Porque na verdade, como a meta fala sobre ampliar o acesso dessas empresas a serviços financeiros, a gente não pensou em nenhuma informação sobre o perfil das empresas. Ah, mas de toda forma se a gente fosse incluir, a gente teria que conversar

com a SMDET, com a SP Negócios para descobrir que tipo de informação a gente tem disponível, pra daí desenhar o indicador e pensar na possibilidade de inclusão desse indicador. Mas eu me comprometo a fazer essa conversa com a Silvana da SP Negócios, em parceria com a Mariana da SMDET, em parceria com a Marina da Itaplan. Prazer! A gente vai continuar essa conversa sobre que outra informação a gente pode usar para monitorar essa meta. Mas nesse momento a gente não tem informação para monitorar essa meta.

Marina Moraes – Só pra complementar, Gabi. É, no momento da discussão não era Mariana, era Thaís e ela que, realmente endossando isso que você acabou de falar mesmo, no momento não há dados. A gente tentou desagregar, isso foi, fez parte das nossas discussões, né. Então, tanto quanto o porte, a gente já levantou isso e também esbarrou no limite da base de dados. Então eu acho que é importante essa contribuição e eu fico pensando aqui, uma forma né, da gente é, de repente deixar realmente nos desafios remanescentes, porque, para não perder essa discussão que foi feita.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, sem dúvidas. Se a gente até o final desse processo, de fato, chegar à conclusão de que não temos indicadores para fazer o monitoramento, a gente faz esse registro. Eu quero só chegar à conclusão com vocês, vocês estão satisfeitos com essa redação, porque isso não tinha acontecido ainda. É uma situação nova.

Ergon Cugler - Estou de acordo.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Como não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta municipal, vocês querem reforçar que ela tá sendo municipalizada porque a gente acha importante mesmo não tendo indicadores? Ou é desnecessário?

Mariana Barra – É, o meu entendimento seria esse, Gabi, de que é importante manter ainda que a gente não tenha um indicador refinado porque é uma meta super relevante Pra medir o desenvolvimento local e fortalecer as empresas paulistanas, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A meta foi municipalizada, devido a importância do tema, mas ainda não foram selecionados indicadores para o monitoramento dessa meta no âmbito municipal. Bom, vou seguir, então.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Gabi?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi?

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Tem outro caso que se assemelha, eu vou copiar a mesma redação, é a 12.6.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Por favor, redação aprovada, acatada. Segue a vida...é bem mais, tem na 12.6 também.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – é a que eu falei.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Gente, eu tenho que acelerar. Ainda faltam duas câmaras temáticas inteiras: fortalecimento institucional e ambientais e a gente não acabou econômicas, a gente tá mais ou menos na metade da econômicas e eu tenho um tema. A gente vai entrar num tema um pouco mais, de alterações um pouco mais significativas, é a meta 10.1 é uma meta que na redação global tava como até 2030 progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos quarenta por cento da população mais pobre é eu vou só chamar o Arthur da Fazenda pra se ele...ele disse que eu podia chamá-lo no momento que a gente fosse discutir. Essa meta é para ele dar qualquer suporte sobre o, é, sobre questões metodológicas, de cálculo, é, mas basicamente a meta dizia progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos quarenta por cento da população mais pobre a uma taxa maior do que a média nacional. Quando a gente municipalizou essa meta, a gente, a gente estava buscando indicadores e o Arthur da Secretaria da Fazenda em conjunto com o apoio da, do Oswaldo da Fundação SEADE, eles conseguiram chegar à conclusão de que era possível fazer um monitoramento dessa meta por meio de informações disponíveis na Pnad porque a Pnad trás informações sobre renda, né. Sobre a disponibilidade de renda, então, o Arthur fez esse trabalho de fazer o cálculo. É, Arthur, você pode dar um rolar.

Arthur - Oi gente, tudo bem?!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - Obrigada, Arthur, por ter aceitado o convite de participar da nossa reunião. Eu tô explicando para a comissão municipal que a gente está sugerindo uma alteração de última hora e inclusive, a gente não discutiu profundamente na câmara temática, mas a gente está sugerindo uma alteração de última hora, é, porque a gente achou que pra condizer a redação da meta com a informação que foi encontrada, com a informação que está disponível e inclusive com que a gente acha que faz sentido para o município, então, o Arthur conseguiu, então, calcular é, essa, essa informação da renda per capita média dos quarenta por cento da população mais pobre e assim uma renda per capita da população do município pra gente conseguir fazer essa comparação na redação global. A comparação era entre a renda dos quarenta por cento da população mais pobre a uma taxa maior do que a média nacional porque aí os países que reduzissem as diferenças na hora de municipalizar a gente não se atentou para isso, né. Não faz sentido comparar a renda dos quarenta por cento mais pobres de São Paulo, que são mais ricos do que os quarenta por cento mais pobres do Brasil em geral, não faz sentido comparar essa renda dos quarenta por cento mais pobres com a média Nacional né. Na hora de municipalizar a gente tem que ter deixado explícito na redação a uma taxa maior que a da população total do Município de São Paulo, né. Do que a média

do Município de São Paulo. Então, eu queria só a aprovar com vocês, se vocês estão de acordo com essa alteração. Foi uma alteração de última hora. Mas que a gente acha que dá a maior coerência para a municipalização desta meta. Ficou claro para vocês o que a gente tá falando?

Ruído

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Só tem um comentário do Ergon, dizendo que tá excelente, então, eu vou achar que vocês tão achando tudo excelente. Vou aprovar e vida que segue, que a gente tá atrasado.

Igor Pantoja - Ô, Gabriela?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi!

Igor Pantoja – É Igor!

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi, Igor!

Igor Pantoja – Não, acho que essa tudo bem. Só não, enfim...acabou ali a temática econômica e a gente não passou por aquela questão das MEIS e eu insisto nisso, porque é um dado que a secretaria de desenvolvimento econômico tem. O total de MEIS da cidade. As categorias. Profissionais. Tem esse registro. Só que é um dado pouco trabalhado. Eu acho que é importante a gente colocar esse ponto no indicador.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A gente não acabou a câmara de temáticas econômicas, Igor. Mas eu posso buscar a MEI, meio pra gente ver onde ele está. Eu acho que o dado de MEI...

Marina Moraes - 8.3, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Foi na 8.3, Igor. Então, se você puder fazer sua fala sobre a desagregação desse dado, a Mariana tá presente que é da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, ela leva a sua demanda para discussão na câmara de temáticas econômicas. A gente tem mais duas reuniões sobre o bloco 1. Dá tempo de discutir e tentar levantar informação que você... Mariana, você tá ouvindo?

Mariana Barra – Tô ouvindo, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Você ajuda a ver se realmente a secretaria tem. Porque o Igor tem acesso a uma informação de que a gente tem essa parceria, um contrato em que essa informação seria produzida, mas ela não foi disponibilizada. Então, a gente pode encaminhar depois uma conversa sobre que tipo de informação vocês têm

e como a gente melhorar aí a disponibilização da informação?

Mariana Barra – Sim. Várias séries históricas.

Igor Pantoja – Ah tá ótimo porque eu já, a gente recebeu pela rede Nossa São Paulo, só que recebeu um total foncepi mas não tenho em isso organizado por distrito, por exemplo, eu acho que é um indicador importante de ser monitorado anualmente. Então, é um trabalho tem que ser feito aí, seja via DIEESE, seja via Prefeitura. Mas isso é importante, de ser agregado por distrito.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Maravilha! É, vou seguir aqui pra próxima meta da câmara de temáticas econômicas porque senão. Pode sair Arthur, muito obrigada pela sua participação, breve, mas importante. É muito obrigada!

Giovana – Gabi, é a Giovana.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi!

Giovana – Queria só fazer uma consulta. É, a gente encerrando as temáticas econômicas, a gente poderia antecipar as temáticas ambientais?

É possível esse nosso processo? Porque a Vivian tá por aqui nesse momento. Ela vai ter que precisar sair depois e as nossas, nossas discussões foram amplas e ela participou de pequenas reuniões, a gente teve que fazer um foi um processo bem complexo, ela pode nos ajudar. É, mas ela vai precisar sair às 15h30, às 17h30, desculpa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Tranquilo, eu acho que eu só preciso de ajuda, só um minutinho, só pra ver se ainda tem mais algum comentário em relação às metas. A Anna, incluiu para as metas que não tem indicador a informação padrão que a gente Combinou.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Sim, é, depois é mais rápido.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – A última meta 17.11 da meta de temáticas econômicas a gente fez uma alteração na redação de um indicador em relação à informação que a gente encaminhou para vocês originalmente a gente tinha proposto monitorar a taxa de crescimento das exportações em percentual, mas a gente na realidade em conversa com a SP negócios, eles acharam que seria melhor calcular disponibilizar o valor total das exportações. Eu tô passando aqui só para registrar se vocês estão de acordo e se vocês estiverem de acordo, a gente, é, a gente, então, é, altera esse, essa informação na disponibilização da consulta pública, é, porque ele ainda estavam levantando o valor base na hora de levantar o valor base eles acharam que o valor total das exportações era melhor a ser monitorado. Então, se vocês estiverem de acordo, a gente passa, então,

pra a câmara de temáticas ambientais, na próxima meia hora, se Deus quiser. A gente considera aprovadas as metas da câmara de temáticas econômicas e passa pra câmara de temáticas ambientais.

Anna Carolina de Paula M. de Marco – Ambiental só tem um destaque. Que é na 3.9. a de produtos químicos. É o destaque do Igor. Então, vamos pra 3.9 que aquela discussão sobre ampliar o atendimento dos programas Vigiar, Vigisolo, Vigiquim e Vigidesastre, Vigidesastres, no município de São Paulo, bem como incentivar e promover, outras iniciativas articuladas com outros parceiros e atores visando prevenir e reduzir a exposição da população aos riscos de saúde associados à poluição do ar do solo e por produtos químicos. A sugestão do Igor foi que nesse caso a meta trás na redação os nomes dos atuais dos programas da prefeitura o que não seria recomendado. Então, ele sugere que a meta deva ser relacionada à melhoria dos resultados finais. Ou seja, a redução de óbitos e doenças advindas. Não exatamente do atendimento dos referidos programas. O que poderia entrar no plano de ação posteriormente. Eu passo a palavra, então, pra a Vivian para o comentário sobre isso. Sobre se foi feita essa discussão. Se essas informações estariam disponíveis.

Vivian - Oi, oi, boa tarde, todos me ouvem?

Sim!

Vivian – É o seguinte, a gente na discussão com a secretaria de saúde que faz a Coordenação, a COVISA, divisão de vigilância ambiental eles que tratam da implementação destes programas, mas esses programas atendem a questão do risco à pessoa humana e não necessariamente eles conseguem também ter a amplitude pra chegar nessa questão de qual é o impacto na redução fática das mortalidades. Por assim dizer, então, eles estão vindo muito mais na questão de ampliar essa questão das unidades sentinelas, por exemplo, ou tentar ampliar as ações que o programa já faz dentro da articulação, dentro da Prefeitura, que precisa ser feita em cada um desses aspectos pra daí sim, mais pra frente a gente talvez conseguir medir melhor o que seria esse impacto, para trazer então o quanto que eu tô deixando de ter de causa Mortis na questão de desastres, porque o Vigidesastres foi lá e fez atendimento. Isso não é tão direto, não é tão perceptível, outra coisa em relação a denominação dos programas na denominação dos indicadores, é porque lá é setorizado e os programas não mudam na verdade. Eles veem amarrados numa agenda Federal e vem desde agenda federal e estadual e aqui no âmbito municipal e a maneira como eles fazem um recorte, mas de todo jeito, eu não sei se precisa, se poderia talvez é procurar lá o pessoal da Saúde, talvez deixar só o número de notificações, é que assim, relacionados às unidades sentinela, do programa vigiar é que unidade sentinela tem só no vigiar. Eu não sei o que seria mudar a denominação do indicador tem que fazer a relação direta ao programa. Também que o programa não muda o nome também, porque ele já vem de um nível Federal e aí eu não sei se seria tão expressivo, tão necessário, eu não sei. O que o Igor acha?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Igor, cê ainda tá entre nós?

Igor Pantoja – Então, é o mesmo nome do programa no nível Federal, então?

Vivian – Isso, o Vigisolo vem do nível Federal, o Vigiquim...o Vigidesastres também vem do nível Federal. É um programa integrado na verdade, é, eu só não tenho certeza se o Vigiquim e o Vigiar, porque eu acho que acabou essa esse radical né da vigilância e acabou entrando pra cada uma dessas frentes de atuação pra esse pessoal da corrida...Posso confirmar. Mas a tendência é que não, não tem alteração. Não é um programa de...

Igor Pantoja – Mas não poderia, simplesmente, colocar o que ele faz, alguém para o atendimento do programa, que sei lá, é, monitora doenças.

Vivian – É que cada um tem um texto bem complexo. É muito grande para tentar resumir na denominação da meta. Na contextualização, a gente já vai trazer um pequeno resumo de cada um desses programas. E aí desse entendimento. Por exemplo, a quantidade de químicos que estão acompanhados não são três ou quatro químicos, cinco aliás, químicos, em relação às áreas contaminadas por postos de saúde. No Vigiquim, ele tem a distribuição de cada um deles, enfim, na contextualização, a gente pensa em trazer. E aí por isso que no texto da meta é, isso vai ficar mais, pode ficar mais, resumido. E aí a gente já vai trazer também essa questão de ter uma amarração que vem do nível Federal até eles fazem isso ou uma integração.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vivian, você tá me complicando. Risos

Vivian – Tudo bem manter, por enquanto e aí conforme for, posso até consultar a Magali, os colegas da saúde, é, como é que a gente poderia fazer um...mas eu, do jeito que já tá, eu acho que já estou bem...no nome dos programas, porque a contextualização tá trazendo um objeto de cada programa.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu tô falando aqui que a Vivian me complica assim, porque, Igor, a gente tem sete câmaras temáticas. Cada uma tem um coordenador e cada uma teve um processo de trabalho e no caso do processo de trabalho da Câmara de temáticas ambientais eles fizeram questão de atualizar a contextualização do diagnóstico já para consulta pública, então, nenhuma outra câmara foi provocada nesse sentido, ou, já fez esse trabalho de revisão da contextualização para a consulta pública. A única câmara que fez isso foi a câmara de temáticas ambientais, então, se você consultar o site da consulta pública, você vai verificar que no bloco um a gente tinha o diagnóstico e depois o diagnóstico atualizado a contextualização atualizadas sobre as metas da câmara de temáticas ambientais. Eu concordo com o Igor no sentido de evitar trazer a redação de nome de programas e eu concordo com a Vivian, onde que são nomes estão nomes

federais já amplamente conhecidos, tudo bem, mas eu ainda acho que a gente podia melhorar a redação do indicador para que a população saiba do que a gente tá falando. É, eu não sei o que é uma unidade sentinela, do Vigiar, eu não sei o que ele faz, eu não sei o que significa, se tem uma notificação de UBS por conta da unidade sentinela do Vigiar.

Vivian – É mesmo muito complexo, Gabi.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu sei que é, que é muito complexo, Vi. Mas a gente realmente precisa tentar traduzir para a população do que a gente tá falando. É, eu sei que eles colocaram, criaram atendimento dos programas e vocês estão monitorando o número de atendimentos dos programas. Mas pra quem não conhece o que são os programas, é, fica grego, né. Fica outra língua, eu não sei do que vocês estão falando. Eu, Gabriela, que trabalhei na saúde por três anos, não sei do que vocês estão falando. Vivian – Ai, então vamo lá.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não! A gente não tem tempo Vivian.

Vivian – É, eu sei, eu nem quero, nem é aqui...o que eu eu tô querendo é encaminhar uma proposição porque, é, eu teria que que ainda deliberar com a Magali, como é que a gente traduziria a unidade sentinela, por exemplo, na denominação do indicador ou aí, talvez, alterar muito rapidamente não sei, notificações relacionadas a doenças de qualidade do ar, é que eles eles têm que separação por cada tipo de unidade de vigilância. Tem UBS, tem AMA, tem o equipamento dele e aí estudar também uma noção de onde eles tão tirando dado. E aí é de onde tá vindo dado, então, notificações relacionadas a doenças respiratórias em crianças de 0 a 5 anos. Entendeu? E aí dado absoluto, o número de crianças de 0 a 5 anos, é o que o Vigiar monitora. Pode ficar, esse unidade sentinela Vigiar? Explicando, então, o que é?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Eu não sei, Vivian. Eu não escutei mais ninguém da comissão se manifestando nem contrariamente, nem favoravelmente a manutenção do nome do programa e apesar das contribuições do Igor serem muito válidas e preciosas. O Igor não é membro permanente da comissão, eu acho que a gente pode deixar assim já, dado que ninguém, mais nenhuma outra pessoa se manifestou de forma contrária.

Ruído. Pessoas falando ao mesmo tempo.

Vivian – Ah tá bom e aí amplia só melhorando aí o que é o entendimento de cada Indicador, né.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Isso, a minha sugestão, é passar um por um, só para garantir que os indicadores estão inteligíveis, né, que tá claro para quem está lendo.

Então, por exemplo, é capacitações de profissionais para mim, tá claro!

Vivian – Profissionais da saúde que atuam.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Oi?

Vivian – A capacitação de profissionais da saúde que atuam nas unidades de sentinela, entendeu?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Aham. A capacitação é no sentido de...

Vivian – De melhorar o atendimento ao programa. Então, ele tem formulários extensos que, às vezes, o médico que tá lá na UBS quer passar corrido e prejudica a qualidade da captação da informação. Então tem que fazer vários programas de treinamento, tanto da enfermeira que insere usados no sistema quanto do médico que faz atendimento das crianças, entendeu?

? (não identificada) – Então aí a gente está falando de formação continuada? Não é? Que é uma formação profissional...

Vivian – Eles medem lá, eles colocaram como capacitação. Pra eles é bem sensível, que precisa melhorar, porque é isso que qualificam a captação da informação. Eles têm problemas com esses formulários.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Vamos colocar então, para a melhoria dos registros?

Vivian – É, pode ser.

Zoraide Amarante – É, tem que complementar pra ficar com um entendimento melhor.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Áreas contaminadas com mudança de uso. O que isso quer dizer?

Vivian – O que isso quer dizer? A CETESB, quando autoriza o uso de uma área, ela diz assim, você pode usar para estocar garrafa, você não pode usar para beber água, né. Entendeu? Então, quando a CETESB libera lá alguma coisa, ela diz assim, olha você empresa que quer usar a sua autorização de uso é pra isso e se é constatado ou feita uma denúncia, de que houve mudança de uso, o pessoal vai lá e constata se tem ou não, impacto ou risco à saúde humana, por exemplo. Então, foi liberada a construção de um condomínio numa antiga área contaminada. Você pode fazer o condomínio, mas você não pode criar um sistema de água para o condomínio naquela área contaminada, entende? É adequação que se dá de acordo com o laudo e autorizado, isso foi colocado em prática ou não pelas empresas interessadas, na verdade. Porque é complexo que eu tô

comentando, não é tão simples.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Não, não é nada, simples. Eu não consigo nem explicar em palavras, eu não sei o que fazer com essa redação para melhorar.

Vivian – Põe ,então, só, monitoramento de áreas contaminadas com mudança de uso e ponto. Agora dizer o que é a mudança de uso, é mais complexo. Esse é o problema.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Talvez eu, eu, Gabriela, o que que eu faria...colocaria monitoramento de áreas contaminadas. Somos dois e pede para eles somarem os dois e sai só um. Porque esse, com mudança de uso ou sem mudança de uso, para mim não agrega nada, porque é tão complexo que você não consegue falar pra pessoa que tá lendo, o que que isso quer dizer. Mas tudo bem.

Vivian – É que o monitoramento de áreas contaminadas, já é feito também pelo Verde, por exemplo. São vários níveis. Aqui, a saúde, a gente só tá olhando do ponto de impacto da saúde humana. Então, o que eles fazem aqui não é monitorar a área total do município. Mas só aquelas que houve indicação da Secretaria do Verde ou de algum outro órgão que pediu a vistoria da saúde. Entendeu?

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Aham. Tá, ótimo, Vivian, eu vou superar. Monitoramento de áreas. Vida que segue. Sucesso! Por mim tá resolvido assim, parcialmente resolvido, mas resolvido. Tudo certo, nada resolvido. Essa é a minha percepção. Mas essa é a única contribuição nas áreas ambientais. Parabéns, Vivian, pelo trabalho!

Vivian – Tô feliz, que eu achei que ia render. Porque a gente teve uma dificuldade imensa pra fechar isso, mas tá bom.

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh – Mas foi bom, Vivian. Que bom é que vocês tiveram muito trabalho pra fechar e agora chegou mastigadinho e a gente ficou satisfeito com as propostas. Tudo aprovado. Obrigada, Vivian. Obrigada, Gi. A gente passa, então, para a última, a última pauta de hoje. É a falta de fortalecimento institucional. É, eu até, quero começar falando da meta 1A, que é justamente aquela que o Alexis já tinha mencionado, em que foi feito esse direcionamento da secretaria de governo, na câmara de temáticas de fortalecimento institucional. No sentido de buscar uma redação que explorasse a captação de recursos externos. Então, justamente a redação da meta ficou, garantir uma mobilização significativa de recursos, a partir de uma variedade de pontes, inclusive, por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para que o município implemente programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões e o indicador associado ficou esse de recursos financeiros externos, captados em fontes internacionais, interfederativas e privadas, que é um indicador que a Fazenda tá estudando exatamente qual vai ser a sua metodologia de cálculo, é, e a gente replicou essa lógica, pras metas relacionadas a financiamento de determinadas políticas, como

é o caso da 2A, que é aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação nacional para aumentar a capacidade de produção agrícola e também foi feita a mesma leitura, né, no sentido de, dos valores investidos, por meio de cooperação internacional e por meio de cooperação nacional. É, tô passando por elas rapidamente, pois eu tô entendendo que vocês já leram e não tiveram nenhum comentário em relação.

Ata 7ª Reunião do Plenário Comissão Municipal ODS

I - dia, hora e local da reunião - No dia 17 de dezembro de 2020, às 14h, foi realizada por meio do Microsoft Teams - Plenária da Comissão Municipal ODS.

II - Nome dos membros presentes:

Estavam presentes representantes das seguintes entidades da Sociedade Civil, Iniciativa Privada e Comunidade Científica:

Seg 1- Titular – Liga Soliária – Marlene Ferreira da Rocha;

Seg 1- Suplente – OAB – Thais Maria Leonel do Carmo;

Seg 1- Titular - Ciclocidade - Associação dos Ciclistas Urbanos de SP- Jaqueline David;

Seg 1- Titular – Fund Abrinq - Jucilene Leite da Rocha;

Seg 2- Titular – Instito Cidades Sustentaveis – Jorge Luiz Numa Abrahão;

Seg 2- Suplente - Instituto Akatu, - Denise Conselheiro;

Seg 2- Titular - Instituto de Arquitetos do Brasil- Kaísa Isabel da Silva Santos;

Seg 2- Suplente – Eccaplan consultoria em Desen. - Mariana de Freitas Teles Noguti;

Seg 2- Suplente – UEE-SP - Ergon Culer de Moraes Silva

Seg 3- UNIFESP – Zysman Neiman

Seg 3- USP - Denise Croce Romano Espinosa

Estavam presentes representantes dos seguintes órgãos do Poder Público:

Gabinete do Prefeito – Coordenadoria de Relações Internacionais , representada por Marina Moraes de Andrade (titular) e Wagner Luiz Taques da Rocha (suplente).

Secretaria de Governo Municipal, representada por Alexis Galias de Souza Vargas (titular), e Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh (suplente).

Secretaria Municipal de Saúde, representada por Estevao Nicolau Rabbi dos Santos (titular)

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada por César Tadeu Costa Coelho (suplente).

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada por João Paulo de Brito Grecco (suplente).

Secretaria Municipal de Educação, representada por Claudia Abrahão Hamada (titular) e Clodoaldo Gomes Alencar Júnior (suplente).

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Giovana Barboza de Souza (titular);

Esta reunião contou com a presença dos coordenadores das câmaras temáticas – alguns deste membros já citados acima, outros não compõem oficialmente esta comissão, mas vieram especialmente para contribuir com a apresentação de seus trabalhos em respeito a pauta.

Câmaras temáticas:

1. CT Sociais - Tomás Magalhães Andreetta (SMADS);
2. CT Educacionais - Thaís Brianezi Ng (SME);
3. CT Urbanas - Zoraide Amarante Itapura de Miranda (SMDU);
4. CT Econômicas - Marina de Freitas Teles Zaccarelli Noguti (Eccaplan);
5. CT de Saúde e Bem-Estar - Estevão Nicolau Rabbi dos Santos (SMS);
6. CT Ambientais - Vivian Prado de Oliveira (SVMA);
7. CT de Fortalecimento Institucional - Alexis Galias de Souza Vargas (SGM).

Também estiveram presentes nesta reunião :

Anna Marco, Artur Junqueira Lascala, Meire de Abreu Fonseca, Aline Lis, Ramos Ferreira, Viviane Canecchio Ferrerinho; Daniel Garcia, John E. Tatton, Elaine dos Santos.

III- Pauta desta reunião:

1. Calendário das reuniões desta Comissão para 2021;
2. Aprovação do documento da Agenda 2030 produzida pelos grupos de trabalho que estavam divididos nas camaras tematicas;

TRANSCRIÇÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL ODS

Realizada em 17/12/2020

Gravada por Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh Organizada por Agne Fabri Sanmarco

Alexis - Audacioso estamos cumprindo com ele aqui com poucos ajustes no estamos chegando aqui agora 17 de dezembro a nossa reunião mais importante. Passou o slide por favor. O que a gente vai discutir a agenda de hoje, primeiro começar apreciando a ata da reunião do dia 6/11 né do mês passado, alguns informes e aí o ponto mais essencial dessa reunião apreciação da agenda Municipal 2030, com que agora a comissão a plenária vai deliberar sobre a proposta das sete câmaras temáticas. A gente começa aí pela sociais, passa pra saúde e bem-estar econômicas e educacionais, fortalecimento institucional, urbanas e ambientais, por fim a gente discutir um pouco aí o calendário de 2021, uma proposta de calendário. Vamos lá começar pela prestação da ata da plenária, a ata foi encaminhada para todos se alguém, tiver algum comentário algum ponto aí para

alterar a ata peça que se manifeste. Tô vendo aqui, acho que a Giovana levantou a mão.

Giovana - Eu só queria compartilhar que a gente recebeu a contribuição da Zoraide, então e foi a única contribuição que a gente recebeu até agora e ela será incorporada.

Alexis - Temos mais alguma contribuição ou estão todos de acordo? Se ninguém se manifestou, então estamos todos de acordo e podemos seguir a nossa reunião. Um dos informes que temos a sobre a atualização do Decreto, porque atualização de Decreto, acho que a gente já comentou isso aqui o Decreto previa apenas a elaboração do plano de ação. E a gente optou por fazer a agenda Municipal 2030, quer dizer o trabalho que a gente fez neste semestre colocando aí as metas para o município até 2030, municipalizando as metas e a cada gestão tem que apresentar um plano de ação. Plano de ações, ações concretas serão feitas para melhorar essas indicadores e caminhar no sentido de atingir a meta. Então agenda Municipal ela é perene até 2030, claro tem espaço para ser revista mas é um documento que aprovado agora é o mesmo documento até 2030 salvo revisões, e plano de ação ele tem uma duração apenas de quatro anos, cada gestão tem que apresentar um plano de ação. Fundamentalmente é essa a alteração do decreto, infelizmente não saiu antes mas, por favor volta um slide, mas o a minuta do decreto já está tramitando interno aqui na prefeitura, o secretário de governo inclusive já assinou, então falta colher a assinatura pra Casa Civil, Secretaria de Justiça e aí o Prefeito assina. Então só para um informe para mostrar que tá no trâmite aqui vai como validar esse documento aqui que a gente está deliberando sobre o qual a gente está deliberando hoje. Vamos lá, próximo por favor.

Em relação ao ano que vem o calendário né então, o Prefeito toma posse 1º de Janeiro, ele tem 90 dias para publicar uma primeira versão do plano de metas que está na lei orgânica artigo

69-A, a partir desse momento que ele pública essa primeira versão que ele elabora em 90 dias, ou seja, final de março, começa um período de audiências públicas plano de metas tem que passar para audiências públicas todas as regiões da cidade, e mais audiências públicas temáticas, então tem um período razoável ainda de debate com a população, consulta pública para depois voltar, ajustar, aceitar ou recusar com isso fechar um final do programa de metas.

Estima-se aí que possa se passar mais 90 dias pode ser até que seja antes, nós temos é o plano de ação das prefeituras e a partir deste ano de 2020 aqui em diante agora toda a gestão também tem que apresentar um plano de ação das subprefeitura é instrumento previsto no plano diretor ainda não tinha sido feito. A partir de agora ele passa a ser feito a cada início de gestão. E a previsão é que ele seja feita aí também 90 dias após o programa de metas, e a nossa proposta aqui também o plano de ação da implementação da agenda Municipal 2030 seja feito nesse mesmo período, mais 90 dias após a publicação da primeira versão do programa de metas.

Enquanto faz o processo de consulta pública de ajustes vai se fazer um plano de ação e ao final tem uma versão final do programa de metas, plano de ação da subprefeitura e

o plano de ação de implementação da agenda Municipal 2030. Essa é a proposta desse 180 dias a 180 dias do começo do ano, não é 180 dias depois dos 90 é o total. Ou seja, estamos falando aí para Junho, estamos falando de 6 meses do início do governo ter todos esses instrumentos de planejamento aprovados. É bastante coisa a gente, é o programa de metas, é o plano de ação das subprefeituras é o plano de ação de implementação da agenda 2030. Não é simples não é fácil mas é factível. Além disso nesse período das audiências públicas é importante lembrar também feito audiência pública, ela serve tanto para o planejamento de metas quanto para o PPA, para o projeto de lei orçamentária anual também e o plano de ação da Subprefeituras, é uma inovação também é um decreto de 2019 e que orientou as audiências públicas relativas aos instrumentos de planejamento para que eles sejam convergentes, senão eu faço um processo de audiência pública para discutir o plano de metas, outra para discutir a lei orçamentaria e outra para o PPA outro para a LDO, de outro plano de ação de subprefeituras, então a ideia é convergir estas instrumentos se não cada vez que eu consulto a população, eu ouço uma resposta e eu fico com várias respostas que as coisas não se conversam entre si. Então esse projeto convergiu os instrumentos de planejamento e o processo de participação que permeia com a construção de todos esses instrumentos. Essa que é a proposta que a gente deixa, a regulamentação do Decreto aponta nesse sentido né 90 dias após programa de metas. Então esse é o cronograma que deve ocorrer aí no ano que vem na próxima gestão. Vamos para o próximo. Mais alguns informes, falos falar de mais alguns informes seguindo a mesma linha mas não essa aqui é o momento da gente vê o tanto que, oi o Jorge tudo bom?

Jorge - Tudo e você. Deixa eu só fazer uma observação do slide anterior, ou você prefere.

Alexis - Volta o slide por favor, obrigada, fala Jorge.

Jorge - Primeiro lugar eu acho que tá bem legal digamos assim a proposta coisas digamos assim que são secundárias mas podem ser importantes. Esses 180 dias que aparece aí eu acho que a gente deveria corrigir para 90 ou a gente faz uma barra desde o começo só para sociedade entender isso ou a gente mesmo não ter dúvidas em relação a isso eu sei que tá escrito ali embaixo abril-junho, mas eu acho que graficamente tá legal mas a gente deveria corrigir porque senão pode dar impressão que é mais 180 Dias, e como você disse é para acabar em 180 dias do início e isso pode induzir ao erro, isso é uma questão. Eu acho que vale a pena só dar uma corrigida nisso, eu acho que uma coisa que seria importante eu não sei se vai se falar logo a seguir Alexis nesse sentido, mas esse caminho é sua relação com o programa de metas que você já deixou claro mas era muito importante a gente pensar também a partir desse processo todo que tá se dando nesse 180 dias a questão de como nós vamos estar monitorando esse processo. E aí eu acho que entrou um assunto importante para a gente estar pensando juntos também porque todo esse trabalho ele vai fazer sentido e cada vez mais ele faz sentido se a gente como sociedade, governo, consegui tá trocando e tem uns dados que a gente possa estar acompanhando. Então eu só diria sim eu acho que colocar o monitoramento os dados

abertos essa questão toda o Planeja Sampa como é que a gente vai estar organizando isso de uma maneira em que essa transparência fique claro eu acho que só vai valorizar todo esse nosso processo.

Alexis - Então o que vai ter aqui mais para frente, a gente vai mostrar que proposta de reunião desta comissão que a gente tem para o ano que vem, e isso encaixando com esse processo aqui de construção de processo de planejamento, então para gente chegar lá a gente retoma isso olhando para esse calendário. Pode ser? Porque a ideia é que a comissão primeiro ponto, é a comissão que faz a proposta de plano de ação né a comissão aprova uma proposta de plano de ação que encaminha para o prefeito. Então ela não é só que ela acompanha ela é a protagonista desse processo a elaboração do plano de ação, mas ela precisa estar acompanhando a elaboração do programa de metas e por isso que a gente propôs uma reunião em fevereiro já já da comissão para mostrar em que pé tá o programa de metas, quais são os próximos passos que já tem construído o que entre em consulta pública, até já puxamos e slide sobre essa proposta de reuniões para poder responder o seu questionamento. Essa comissão deve ser a cada 3 meses a nossa proposta que a primeira reunião seja ao final de fevereiro porque, durante janeiro e fevereiro vai estar se elaborando aqui o programa de metas, ele ainda não vai estar pronto mas já poder ser mostrado para a comissão em que pé ele está, quais serão os próximos passos que forma ele tá tomando para que daí depois quando ele estiver pronto a comissão já esteja participando e começando elaborar o plano de ação que deve convergir com ele né deve poder influenciar no programa de metas as propostas da comissão e ao mesmo tempo deve receber seus insumos né algo para ser feito de uma forma integrada, por isso a proposta de reunião em fevereiro. Aí depois vai de 3 em 3 meses a discussão do plano de ação aí aprovar ele em agosto, então aí depois 25 de Novembro a reunião de acompanhamento. É uma proposta aqui a gente pode tar aqui aberto a discussão, a ideia é que o processo de elaboração do programa de metas que é um processo intenso de planejamento de começo de gestão, tenha uma integração com o processo de elaboração aqui do plano de ação da agenda Municipal 2030, e pensamos aqui a princípio neste modelo aí aberto para gente discutir aqui, ouvir o que que vocês acham.

Jorge - Dá minha parte ok.

Alexis - Beleza, então tá bom. Então vamos retomar lá, estávamos aqui então entrando nesse slide é importante a gente olhar que o trabalho que a gente teve nesse período a gente começou aqui o trabalho essa comissão tomou posse em 24 de julho, instituímos a comissão respeitando qualidade dele é todos que participaram dos debates dali. Montamos as sete câmaras temáticas com isso passando até 120 membros participando aqui de todas as câmaras e participando da elaboração dessa agenda Municipal. Foram mais de 90 reuniões neste período, né mais de 200 horas de trabalho durante cinco meses e foi também colocada em consulta pública esse cronograma e ritmo da consulta pública foi definida aqui também pela comissão né a gente debater isso bastante ali no começo. Tivemos 8.606 contribuições na consulta pública é importante a gente vê se a

comissão Municipal desse números para vermos aqui o quanto nosso esforço quanto a gente, todos nós aqui agora em especial um agradecimento aqui a Gabriela e a Ana, se teve todo esse volume de reuniões, foram aí pera aí volta por favor mais de 90 reuniões elas participaram de todas, participaram de todas as 90 reuniões, discutiram com 120 membros, elaboraram a análise e a participação das 8.606 contribuições, é um trabalho hercúleo de toda a comissão mas em especial reconhecimento aqui para essas duas meninas de ouro aí que trabalharam muito para que a gente chegasse nesse momento aqui. Ainda no campo dos informes as devolutivas da consulta pública considerando a consulta pública do bloco 1 e do bloco 2, 83,3% de interações para manter as propostas, de todas essas interações das 8.606 contribuições que recebemos, 83% era que mantivesse a proposta que a comissão elaborou, mostrando ai uma ampla aceitação do trabalho que foi apresentado em consulta pública. E das sugestões de alteração que são 1.124 sejam para incluir, alterar, a gente a comissão processou todas as versões 1.124 e acatou 345 é 30% do que foi sugerido foi incorporado de fato ao texto. Então boa parte das interações são de aprovação ao trabalho feito e das sugestões de inclusão alteração e ainda teve uma absorção de 30% de tudo que foi sugerido. Acho que são números aí bastante expressivos desse processo de consulta pública de participação que é importante a comissão ter conhecimento e que a gente faça o devido registro aqui.

E com isso agora vamos entrar no ponto central da nossa agenda de hoje o que é apreciação da agenda Municipal 2030. São 135 metas municipalizadas do total de 169 metas da ONU das metas globais, o município admitiu como 135 como sendo municipalizáveis aqui no município.

Então para São Paulo são 135 metas aqui na nossa agenda Municipal 2030, essas 135 em outras contam com 604 indicadores selecionados o documento tá aí disponível para ser consultado na já estava todo mundo aqui da comissão já pode consultar fazer sugestões e agora eu vou passar a palavra para as meninas, elas vão abrir aí o documento e vão direto nos pontos tiveram contribuições que tem questões a serem discutidas aqui como a gente já fez de outras vezes a gente vai direto aonde tem contribuição onde não tem contribuição ninguém levantou a questão a gente considera aprovada. Lembrando sempre que esse aqui é o resultado do trabalho das câmaras temáticas e fundamentalmente foram coordenados por membros dessa comissão todos da comissão quiseram participar das câmaras, quisessem participaram de quantas quisessem.

Então a gente tem aí esse trabalho foi feito com subseções aqui dessa comissão aqui agora é só a gente tá juntando tudo dando uma revisada final é um momento da gente fazer isso agora a gente fechar essa grande entrega neste ano que agenda municipal 2030. Então por favor Gabi e Ana.

Gabi - Conforme nosso cronograma a gente começa por sociais, eu queria só confirmar.

Ana – Melhor a gente passar para saúde a Vivi ainda não conseguiu entrar .

Gabi - Era isso exatamente o que eu iria perguntar. Se a Viviane já tava aí, como a coordenadora da câmara temática ainda não está presente a gente começa então pelas su-

gestões feitas no documento da Câmara de temáticas de saúde e bem-estar, a gente vai passar pelo texto todo né porque tem pequenos ajustes eu vou pedir que a gente adote sempre, eu vou listar quais são os ajustes que foram feitos e eu vou considerar aprovados caso vocês não se manifestem de forma contrária. Peço só que vcs acompanhem, prestem atenção aí ao andamento né só para gente, como tem ajustes às vezes muito pontuais de questões de põe uma vírgula, muda a palavra, eu vou citando e se alguém tiver algum problema, alguma questão com os ajustes sugeridos por favor levante a mão, abra o microfone se manifeste para gente poder discutir pontos específicos. A 1ª das metas da Câmara de temática de saúde e bem-estar e a meta 2.2. Estou passando aqui pela meta só para checar se teve alguma sugestão alteração de ajuste em relação aos indicadores da câmara temática de saúde e bem-estar eu acho que eles estavam bem redigidos né, importante a gente tomar cuidado na hora da redação do nome do indicador na agenda Municipal 2030 como vocês estão vendo aqui o nome do indicador vem seguido imediatamente pela fórmula de cálculo desse indicador o que facilita a compreensão do indicador neste caso. Nos casos em que só, que quando a gente vai, quando a gente disponibilizar esses novos indicadores selecionados no site do Observa Sampa o observatório de indicadores da cidade de São Paulo a forma de disponibilização nome do indicador não fica imediatamente acompanhado da fórmula de cálculo. Então a gente tem que tomar cuidado na hora que a gente tiver fazendo a leitura dos indicadores para que fique muito claro no nome do indicador exatamente o que está sendo monitorado. Então eu e a Ana né a gente fez um ajuste fino dos nomes dos indicadores que quando tiver ajuste eu vou mostrar para vocês, para vocês poderem provar que foi tudo no intuito, foi tudo como objetivo de deixar o nome do indicador o mais auto-explicativo possível. Eu cheguei aqui no primeiro comentário, um comentário da Ana, vc quer explicar?

Ana - Sim , na verdade foi uma sugestão de revisão da própria equipe da saúde e acho que é o único comentário que a gente tem o documento deles, é uma sugestão de redação de uma frase a frase original continha o texto de notificação e aí nesse caso específico de doenças DCNT não tem, doenças crônicas não transmissíveis, não tem a questão da notificação então foi essa foi a única correção feita.

Gabi - Eu esqueci que eu combinei com a Ana que a gente não vai aceitar os comentários que a gente tá trabalhando no documento paralelo, um processo de diagramação para que esse documento fique pronto para publicação. Então eu só quero então fica aberto né sendo aceito eu penso de verde não sendo aceito pinto de vermelha.

Ana - E isso não tem mais nenhuma alteração né porque já tava fechado.

Estevão – Isso é uma correção e não uma sugestão de alteração tá bom, como a gente já tinha deliberado na Câmara a gente deixou para pontuar isso aqui.

Gabi - Na realidade tem uma série dessas questões né. Inclusive eu mesma hoje revi-

sando os nossos trabalhos no bloco 1 no bloco 2, o que a gente disse que incorporar eu percebi que tinha ficado tinha faltado alguns ajustes relativos aí as incorporações já tinham sido aprovadas pela câmara temática também vou destacar quando isso acontecer. Então se ninguém tiver nenhum comentário em relação ao documento da Câmara de temática de saúde e bem-estar ele vai ser considerado aprovado. Como a gente só tinha esse comentário e esse comentário foi só uma questão de ajuste de texto, a gente não recebeu nenhuma manifestação sobre as metas da saúde então a gente considera a proposta aprovada. Ana, a Vivi já conseguiu entrar?

Ana - Ainda não, é melhor ir pra econômicas.

Gabi - A Marina tá aí?

Estevão – Parabéns, obrigado por vocês aí eu vou ter que retirar viu bom trabalho aí para comissão.

Gabi- Marina, coordenadora da câmara de temática econômicas está aí?

Boa Marina seja bem-vinda vou passar então pelos comentários eu sei que na câmara de temáticas econômicas tem um pouco mais de ajuste, são ajustes finos às vezes são informações que não estavam disponíveis naquele momento e passaram a estar disponíveis. O primeiro dos comentários em relação a fórmula de cálculo do indicador 8.1.4 a meta 8.1 ela não foi o municipalizada no sentido de que o crescimento do produto interno bruto municipal per capita fosse superior ao crescimento do PIB nacional per capita. Então foi feito um comentário de que essa fórmula de cálculo apesar de correta né ela não tava ainda acessível, ela não explica para a população como que é feita essa fórmula de cálculo, ela não tá muito acessível não tá muito inclusiva essa fórmula de cálculo. Vocês concordam, algém fez comentários a gente pode de repente pedir apoio aí da Secretaria da Fazenda que fez a proposta para descrever a fórmula de cálculo de forma mais concreta?

Estou guardando aí uma manifestação se vocês disseram que tudo bem a gente descrever aí com mais palavras eu peço apoio aí da Secretaria da Fazenda para poder descrever, se vocês Aprovarem esse ajuste. Então para de descrever melhor a fórmula de cálculo desse indicador de uma forma que seja um pouco mais acessível. Aqui tava faltando uma palavra então na meta 8.2 a contextualização falava de uma, promover uma cidade mais inclusiva, competitiva e sustentável no futuro, então faltava a palavra cidade então a gente incluiu a palavra cidade e agora a frase ficou com o sentido pretendido. Aqui a câmara de temáticas econômicas tinha aceitado uma sugestão da consulta pública de ampliar em vez de ir para 18% ampliar para 20% o percentual de postos formais de trabalho na cidade de São Paulo oferecido por setores de média e alta intensidade tecnológica e de conhecimento, então eu só propus o ajuste aqui porque tinha ficado faltando na proposta original enviada pela câmara de temáticas econômicas o documento que a gente enviou originalmente tinha ficado faltando essa informação de que a gente acatou uma sugestão da população de ampliar em 20% e não 18% , a gente fez

uma análise na Câmara temática e achou que era factível, ousado porém factível então a gente já acatou essa sugestão do munícipe. Então eu só fiz o ajuste ali então acatando essa sugestão do munícipe. Tem mais algumas informações que foram acrescentadas eu não sei se a Mariana Correia tá por aí, da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho.

Mariana - Oi boa tarde, eu estou aqui.

Gabi - Essa sugestão fui eu que fiz naquele sentido de que a ideia é que a gente deixa o nome dos indicadores sempre claros e eu acho que uma coisa que acontece bastante a gente tem indicadores que olham para prefeitura de São Paulo e a gente tem indicadores que olham para a cidade de São Paulo, porque agenda Municipal 2030 não é uma agenda da prefeitura ela é uma agenda da cidade de São Paulo proposta e pela comissão o ODS composta por poder público e sociedade civil, então eu fiz a sugestão da gente incluir e os programas, os contratados pelo programa Jovem Aprendiz estão no município por que não são os jovens aprendizes contratados pela prefeitura de São Paulo mas sim os jovens contratados pelo programa Jovem Aprendiz do Governo Federal no município. Então esses são dados do Município de São Paulo então minha sugestão foi incluindo o nome do indicador no município para que fique claro que não são jovens contratados pela prefeitura, mas sim pela iniciativa privada na cidade de São Paulo. Lembrando né que eu tava explicando para você esse número do Observa Sampa que é o observatório de indicadores da cidade de São Paulo, que é lugar onde nossa plataforma oficial de inserção desses indicadores de monitoramento desses indicadores no Observa Sampa, o título do indicador não vem acompanhado da fórmula de cálculo diferentemente do que a gente tá fazendo aqui, aqui a gente tem título do indicador e imediatamente abaixo do título do indicador a gente já tem a fórmula de cálculo. No Observa Sampa para quem já teve a curiosidade ou para quem já teve a oportunidade de checarem as informações por lá você consegue filtrar os indicadores selecionados para o monitoramento dos ODS e você não acessa a fórmula de cálculo a não ser que vc entre no indicador, entre na ficha do indicador e aí cheque a fórmula de cálculo. Então dado isso a gente tá prezando aí para uma clareza maior na redação dos títulos dos indicadores. Marina vc sugeriu excluir uma frase, ela tava perdida aqui, foi isso?

Marina - Então Gabi eu quando eu tava fazendo a o Control C e o Control V da correção gramatical eu acabei colocando duas vezes no lugar errado então essa frase já tá em incluída no texto, acho que uma página após essa, e esse aí ficou aí um momento de enfim de internet instável, cheguei a deletar mas ela não deletou de fato.

Gabi - A Ana excluiu aqui na fórmula no comentário em cima do indicador de empregos em pesquisa e desenvolvimento científico, tava com uma informação de que o dado de 2019 não estava disponível mas como dados de 2019 pode ser preenchido, a Ana excluiu essa informação de que estava indisponível e isso vai acontecer em alguns casos né0 além da Ana outras secretarias conseguiram da semana passada quando a

gente enviou esses documentos para vocês para essa semana, conseguiram revisar as informações, as vezes produzir, fazer levantamentos para gente ter a série histórica mais completa, e então em alguns casos vocês vão ver que foram acrescentados valores relacionados as séries históricas e a isso faz que a gente tem que revisar aí essa informação sobre a disponibilidade das informações. Então em alguns casos a gente tem aí que revisar, tem uma série de asteriscos né embaixo de cada uma das dos indicadores às vezes explicando porque que a gente não tem a série históricas, as vezes explicando o que que aquele indicador né tentando melhorar comunicação sobre o que que aquele indicador tá transmitindo. Aqui foi uma quando a gente tava fazendo trabalho de revisão dos indicadores eu percebi que esse indicador proposto para o monitoramento da Meta 17.11 ele tava redigido da seguinte forma: quantidade anual de participações em capacitações para internalização de empresas do município, para mim não tava claro que essas capacitações como tá registrado na fórmula de cálculo eram aquelas oferecidas pela SPIN, pela São Paulo investimentos e negócios. Então quando você olha o número esse é um esforço da prefeitura de São Paulo para capacitar as empresas para que elas possam se internacionalizar, então é um indicador aí de esforço da prefeitura para o cumprimento desta meta 17.11 então é importante explicitar no nome do indicador que as capacitações as quais a gente estava se referindo eram capacitações oferecidas pela São Paulo investimento em negócios. Porque ele tava genérico parecia que seria um indicador que capturaria informação de capacitações realizadas em geral independentemente de por quem são oferecidas infelizmente a gente não tem a capacidade de monitorar todas as capacitações oferecidas neste sentido. Marina você quer fazer algum comentário em relação ao processo de fechamento do documento eu senti que o Estevão que agradecer e dar uma fazer uma palavrinha então a gente já concluiu a revisão do documento da secretaria da Câmara de temáticas econômicas, Marina se você quiser fazer algum comentário fica à vontade.

Marina - Acho queria expressar aqui meu forte agradecimento a Mariana Barra que sustentou aí a grande maioria desse documento e você também Gabi pela força né por toda essa disponibilidade em me ajudar nessa coordenação e acho que todos da câmara, que todos foram muito essenciais para que isso acontecesse então fica meu agradecimento eu acho que é só.

Gabi - Obrigada Marina, na verdade foi um prazer ter você como coordenadora da Câmara de temáticas econômicas né, como vocês sabem como a maioria de vocês sabem e a Ana nos dividimos para acompanhar todas as câmaras temáticas, então a Ana acompanhou a câmara de temática de saúde e bem-estar e eu acompanhei a câmara de temáticas econômicas ao longo de todo processo é isso foi um prazer né a câmara de ter mais econômicas foi a única das câmaras temáticas que contou com a coordenação de uma organização da sociedade civil na figura da Marina, então né a Marina né representando a ICAPLAM fez então a coordenação dos trabalhos da Câmara de temáticas econômicas mas é claro que a gente contou bastante com apoio da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho, tanto na figura da Taís que tava lá, tanto

João como a Mariana que entrou depois nós se apoiou muito tanto a elaboração a revisão final desse documento. Então obrigado aí pela oportunidade inclusive a gente ainda tá fechando né introdução para a gente conseguir publicar esse documento como uma introdução explicando aí o nosso processo de trabalho e na introdução Marina a gente mencionou explicitamente a questão de que a coordenação das câmaras temáticas foi feita, quase todas as câmaras temáticas foram coordenadas pelo poder público exceto as câmaras temáticas econômicas que foi coordenada pela ICAPLAM, então aí ela está sendo citada aí na introdução como destaque. Se ninguém tiver mais nenhum comentário em relação ao documento da câmara de temáticas econômicas a gente considera ele aprovado e passa para próxima câmara, para o próximo documento se a Vivi não tiver aí ainda, sugiro educacionais se a Taís estiver por aí. Taís, estou te ouvindo muito baixo.

Taís - Estou sim falando mais baixo porque tô dividindo ambiente de trabalho.

Gabi - Tá bom, então aproveitando a presença da Taís. Então como vocês sabem a Taís fez o processo aí de coordenação dos trabalhos da câmara de temáticas educacionais, um processo bastante intenso e um pouco diferente das demais câmaras porque é um pouco mais remoto, é então a câmara de educacionais fez menos reuniões mas trabalhou bastante de forma remota, por meio de votações, por meio de colaboração nos documentos para aprovação aí da versão final.

Na câmara de temáticas educacionais foi onde eu percebi que alguns dos indicadores propostos pela câmara temática talvez pudessem ser mais claro sobre se eles se tratavam de rede pública e privada, se era rede pública Municipal ou rede pública em geral contando todas as redes Municipal e estadual.

Taís - Quando a gente não sabia dessa diferença de exibição no Planeja Sampa né, mas a fórmula de cálculo e Cláudia olhamos que você não alterou nada de conteúdo você só explícito no título, então estamos de acordo, a gente não sabia que tinha que detalhar tanto no título.

Gabi - A gente também não tinha percebido isso quando a gente fez o processo de revisão dos indicadores do total dos indicadores é que a gente percebeu que não dava para deixar o nome implícito porque a fórmula de cálculo não aparecia no mesmo lugar no Observa Sampa que aparece na agenda Municipal 2030. Eu vou passando por ele Taís só porque tem um deles em que eu fiquei com dúvida sobre esse era pública privada, então o primeiro redes pública e privada tá na forma de cálculo, o segundo também está na fórmula de cálculo, esse terceiro também no ensino fundamental Municipal tá escrito na fórmula de cálculo, aqui só um comentário de que no Observa Sampa a gente vai ter então dois indicadores né na nossa planilha de controle de indicadores eu já registrei separado, um vai ser a taxa de distorção idade ano para os anos iniciais e o outro para os anos finais é só que na versão final a gente vai ter duas tabelas em vez de ter uma tabela só, então é realmente uma questão só de disponibilização da informação só para adequar a nossa forma de disponibilização padrão. Aqui é a mesma coisa já tava

na fórmula de cálculo então é só citei no título do indicador pra que ficasse mais claro para as pessoas que vão acessar. É esse é o primeiro indicador que eu fiquei com dúvida Taís, eu queria confirmar com você que é o crianças plenamente alfabetizadas até os oito anos de idade, tá escrito lá né número de alunos do 3º ano do Ensino Fundamental participantes da prova São Paulo Rede Municipal.

Tais - Isso quer dizer municipal mesmo essa prova é para rede Municipal. Escolas municipais. Ela não se aplica a rede privada.

Gabi - Municipais incluem rede pública e privadas.

Tais - Escolas municipais, escolas municipais na rede Municipal quando a gente fala rede Municipal é a rede da prefeitura RME na nossa sigla, então são escolas municipais escolas públicas da rede municipal da prefeitura Municipal Pública.

Gabi - Posso colocar rede municipal publica?

Tais - Pode parecer para mudança para quem era da área mas se vocês são de fora e não fica claro acho que se a redundância para licitar não tem problema.

Gabi - É uma redundância porque para mim rede Municipal, eu que não sou da educação para mim só rede Municipal gera para minha vida desse é municipal pública ou privada. Essa inclusão aqui, é uma inclusão que foi um erro na hora de enviar o arquivo para vocês. Esse texto desafios remanescentes desta meta a meta 4.2 ela já tinha sido aprovado pela câmara temática ele só por um lapso não foi incluído no documento final então eu incluí ele aqui como sugestão só pra gente manter a integridade dos documentos que foram enviados para vocês, então qualquer alteração foi feita aqui depois do envio para vocês dos documentos fechados foi registrada como forma de comentário mas basicamente é o texto que já tinha sido aprovado e ele foi incluído na própria semana passada quando a gente enviou logo depois a gente enviar os documentos para vocês a gente percebeu o erro e já incluí aqui, se vocês quiserem ler em à vontade mas a princípio é o tema da câmara.

Tais - Vou fazer aqui um mea culpa, mas foi erro nosso, meu especificadamente ,você mandou um modelinho e na hora de eu passar, vocês veem que fica aqui, até fica aqui o texto entre aqui, passou batido então a Gabi percebeu e falou e aí ficou registrado como uma alteração para ser deliberada mas na linha do que o Estevão e falou não é uma alteração né. É porque não ia sair como texto entra aqui, esse texto que a Gabi acrescentou foi aquele que a gente trabalhou online na câmara e que aprovou na última reunião.

Gabi - Vou passar então para os próximos talvez tenha mais algum ajuste de redação nos indicadores naquela linha só de dessa compreensão de que a gente percebeu. Então esse indicador da 4.4 eu não sei se o João está presente na reunião, o João da Secretaria

Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho mas eu sugeri que a gente colocasse junto ao indicador cardápios e ofertas para qualificação profissional pela secretaria do desenvolvimento econômico e trabalho. Porque não é um cardápio de oferta em geral da cidade. É isso mesmo foi só seguindo a formula de cálculo então é uma explicação, a Mariana Barra me corrigiu aqui que eu escrevi econômico sem acento, mas a mesma coisa para taxa de inserção no mercado de trabalho dos programas de qualificação profissional da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho. Tudo isso só para deixar mais clara informação no indicador para que a gente consiga comunicar com a população da melhor forma possível dada a forma como os indicadores são disponibilizados no Observa Sampa, Aqui no 4.5.2 eu queria pedir ajuda na verdade eu achei ele pouco acessível e eu não soube explicar do que se trata o indicador.

Tais - Gabi, ele é complexo mesmo né se aí eu acho eu não sei se Eliane tá com a gente né mas assim ele foi uma sugestão do GP de educação da Nossa São Paulo que a câmara temática acordou né validou se você entra ali no site que explica, assim são páginas e páginas explicando o indicador. Essa foi a síntese é possível ele é complexo ele não é um dado sintético ele é composto de mais de um número mesmo.

Gabi - Bem eu não tenho nenhuma sugestão, eu só achei, eu não tenho nenhuma sugestão de como melhorar a redação para que ele fique mais acessível. Se ele é um indicador que aí que as pessoas da educação da área da educação sabem do que se trata pode ser que realmente não precisasse de uma explicação, mas eu diria indicador de desigualdade e aprendizagens pelo menos no ensino fundamental, é isso né?

Tais - Porque ele é cheio de especificidade Gabi, se alguém do GTS da rede Nossa São Paulo quiser falar no meu lugar fica à vontade mas assim você vê que ele nem pega o ensino fundamental inteiro ele pegando os específicos né. E ele não pega um ano fechado ele compara períodos de tempo e ele compara aprendizagem em função dos grupos e de três desagregações que é gênero, raça e socioeconômicos, está assim, eu não tentaria explicar que vai ficar linhas e linhas, ideia para quem é da área o indicador a explicação maior já é índice de desigualdade de aprendizagem. E o que a gente pode fazer se couber, colocar o link para nota técnica aqui daí quem quiser realmente entendeu vai ter que ver as duas páginas de explicação. Mas eu acho que assim ele tem essa desvantagem de não ser facilmente comunicado e o mesmo compreendido tem outro lado ele é a cara do que a gente quer com agenda 2030 que não deixar ninguém para trás então assim por isso que ele foi aprovado né, é isso ele ganha de um lado e perde do outro não tem muito como sintetizar isso não, eu não tenho como justificar se não vai ficar pior, não vai dar conta.

Gabi - Tudo bem, na verdade Taís eu aceito sugestão de pelo menos colocar um link pelo menos no âmbito da agenda Municipal 2030 ele ficar acessível no sentido de quem quiser saber mais sobre ele tem onde tem a informação. Você tem como colocar o link no chat?

Tais - Vou sim a Liliane nos passou né assim que foi feita a partir desse documento, já vou achar aqui e colocar no chat.

Gabi - Tá bom, então você colocando no chat eu volto aqui e faça inclusão junto aqui com a fonte né como um asterisco algo como para mais informações acessem, pra que fique um pouco mais claro. Aqui só tirei a sigla EJA e coloquei por escrito a educação de jovens e adultos, aqui no ensino médio das redes públicas também já tava na fórmula de cálculo do indicador. O Zisma fez uma sugestão mas eu acho que foi por engano se você pode separar aí e ter acesso ao microfone. O Zisma colocou aqui, tirou o p de promoção mas eu acho que deve ter sido engano deve ter sido agora na hora de abrir o documento até porque tá dizendo aqui foi às 15 horas na verdade meu registro tá com problema de horário de verão então foi às 2:15, Zisma, você tá por aí? Eu vou só recusar alteração porque ele só tirou o p da promoção então tô entendendo que não era esse o objetivo. Aqui no índice de vagas a mesma coisa é só para deixar mais claro na fórmula de cálculo tá dizendo que é número de vagas oferecidas em atividades de educação ambiental, então eu sugeri índice de vagas em educação ambiental e índice de adesão em educação ambiental. Nesse 4.7.3 tá registrado educação em tempo integral no ensino fundamental e eu não entendi aqui se é a educação em tempo integral na rede Municipal pública ou se é pública e privada. Você sabe precisar Taís?

Tais - Rede Municipal também Gabi, rede municipal, na redundância rede pública Municipal e daí é ao contrário tá que tem as redes públicas municipais e estaduais em ordem melhor se for por a redundância em vez de falar Municipal pública é pública Municipal. Municipal é uma parte do público.

Gabi - Só preciso ir lá onde eu coloquei rede Municipal pública não foi eu coloquei lá em cima só para gente deixar pública Municipal né aqui também.

Tais - A Liliane sugeriu no nosso chat rede Municipal direta mas nesse caso eu acho que não é melhor deixar pública porque quando a gente estiver falando de SEI a gente considera direto e parceira né quando a gente fala pública Municipal a gente falando tá falando de tudo para prefeitura oferta seja de que forma for direta ou parceira. Então acho que é melhor pública Municipal ou só municipal.

Gabi - Então eu vou colocar aqui registrar aqui no documento essa informação para ir para a nossa versão final junto com ele então aqui a gente tava em jovens e adulto, estudantes do terceiro ano do ensino médio das redes públicas com conhecimento básico em matemática só peguei o redes públicas da fórmula de cálculo, em educação ambiental rede pública Municipal então aqui é a mesma coisa né a educação em tempo integral no ensino fundamental anos iniciais e anos finais com o esclarecimento para quem é mais leigo de que é na rede municipal.

Percentuais de escolas aqui com recursos para atendimento especializado eu também só coloquei municipais e isso já tava em outros.

Zisma - Desculpa Gabriela é tudo bom. Agora consegui abrir meu microfone então eu tava travado aqui é que você acha que já passou o 4.7 aí né já tá no ar eu coloquei duas observações peço desculpa pelo p que escapou lá realmente nem percebi que aconteceu isso que na verdade eu tava colocando uma observação com relação ao 4.7 e eu sei que talvez não seja mais.

Gabi - Não foi registrado nenhuma colaboração, vc quer fazer a sua colaboração agora?

Zisma - Claro é que eu tô aqui com a planilha aberta e por algum motivo eu fiz um comentário do lado aí não sei porque que não tá aparecendo aí com a tua versão na minha que está aqui . Para mim aparece o comentário mas eu faço, no seguinte nos desafios remanescentes do 4.7 um pouquinho antes aí. Tem dois comentários muito breves para fazer aí ainda desse primeiro parágrafo tá que é o seguinte eu acho que ainda nesse primeiro parágrafo dos desafios remanescentes que tá tratando exatamente da questão dos eixos curriculares transversais do currículo da cidade, eu acho que ainda tá faltando uma referência direta as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Esse é o documento que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação e que tem todas as diretrizes importantes para as escolas, no caso aqui municipais inserirem a temática da Educação Ambiental dentro dos seus currículos, e o atual currículo Municipal ele não tem nenhum momento uma referência a esse documento. Então acho que vale a pena a gente colocar em desafios remanescente ou de alguma forma como indicador o número de escolas que colocou alguma meta relacionada as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, este documento está em vigor ele é ele vai para além da BNCC ele é um documento que complementa a base nacional comum curricular e dá todas as orientações de como se deve inserir a temática da educação ambiental dentro da escola. Então eu vou colocar ela nesse mesmo parágrafo uma ressalva direta ou mais uma frase dizendo né que as escolas poderiam estar baseadas nas diretrizes curriculares uma lei que está em vigor, uma portaria aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e ela poderia ser justamente o indicador para a gente poder acompanhar a implementação dessa atividade dentro das escolas. Eu acho que ainda tá muito fraca a menção a necessidade da introdução da Educação Ambiental nos currículos escolares, porque mais a diante fala muito de UMAPAS na educação ambiental não- formal eu acho que a educação ambiental formal tá um pouco fraca no nosso documento.

Tais - Eu queria agradecer a sugestão do Zisma mas também explicar inclusive para ele que a gente deixou esse documento aberto duas semanas, fez uma reunião né que eu sei que vc não conseguiu participar eu sei que as agendas são corridas mas assim foi justamente a 4.7 uma das que a gente mais trabalhou se Giovana e Cláudia quiserem falar né porque lá no diagnóstico sim o texto fazia muita menção apenas a UMAPAS mas a gente justamente revisou no limite dos 2 mil caracteres para ter esse balanço entre educação formal e não-formal. Então e quem tem essa sugestão super bem-vinda mesmo assim ela teve um momento agora por outro lado também a comissão o Zisma não é só

da câmara técnica é também da comissão. Eu não sou da comissão né não sei se é nesse momento que aí ainda cabe, não tem problema algum entrar mas assim que a gente fez todo o equilíbrio nos limites dos dois mil e você teve a oportunidade de participar da construção online da reunião né nem tão pouco assim de fluxo como é que a gente faz isso porque essa sugestão dele não foi discutida por todos os integrantes da câmara né. Poderia ter sido.

Zisma - Obrigada pela colocação, realmente eu tive uma dificuldade de participar da última reunião que tava em aula naquele exato momento e peço desculpas, mesmo entendendo as limitações entendo que tem o momento adequado, a um fluxo normal das coisas acontecerem, mas eu quando fui fazer a leitura do documento e eu fiz isso ontem e hoje, eu acho que se a gente conseguisse fazer uma pequena modificação, nem uma grande modificação na redação desse parágrafo para introduzir uma menção a esse documento é só isso não é uma coisa muito simples porque o documento as diretrizes nacionais é um documento amplo muito profundo elaborado por um coletivo durante muitos anos seguidos e pode orientar os nossos educadores do currículo Municipal eu acho que ainda há tempo dessa inclusão, eu sei que poderia ter sido aprovado na Câmara técnica mas como nós estamos aqui numa plenária, eu tô subindo a plenária que a gente possa tentar trabalhar na redação desse parágrafo para entrar em produzir essa missão o documento, porque esse documento.

Gabi - Zisma, a gente pode sim, só vou pedir pra vc fazer a sugestão de inclusão. Eu mandei novamente pelo chat ao link para ver se vc consegue fazer a inclusão do processo

Ana - Gabi só para facilitar se ele quiser jogar no próprio chat o parágrafo escrito eu faço.

Zisma - Então no próprio chat eu coloco essa sugestão.

Claudia - Eu queria fazer uma fala rapidinha, porque eu também levantei a mão, eu sei que tá difícil pra organização. Eu concordo com a Thaís foi um processo que a gente trabalhou bastante em cima disso Especialmente na última reunião e ainda né ainda trabalhamos depois da última reunião né Thaís. Mas eu gostaria muito que assim de expressar que eu acho que a contribuição do Zisma é muito importante que se a gente puder adequar vai ser muito importante para documento, agrega bastante.

Zisma - Vou tentar contribuir no chat, estou tentando fazer uma redação bem assim mantendo quase que o original inteiro acrescentando só referência ao documento, prometo que vou tentar cobrar desculpas novamente no momento adequado tá, mas acho que realmente importante essa menção.

Gabi - Desculpa eu vou pedir só para vocês falarem o nome, eu esqueci de falar pedir de novo para vocês foi como a reunião está sendo gravada para fim de transcrição e a pessoa que transcreve precisa do nome de vocês para identificar as falas então eu esqueci

completamente de lembrá-los no início da reunião mas pode falar Cláudia, a Ana vai me ajudar um pouco mais a organizar as mãozinhas porque eu não tô conseguindo ver mas pode falar.

Claudia - OK obrigado. Em relação né sugestão de Zisma, muito bem-vinda e aí eu gostaria de ressaltar que nós temos sim uma normativa que saiu agora em dezembro que define as diretrizes da Educação Ambiental aqui no município, e que ela traz essa articulação do currículo da cidade, traz também toda a política de educação ambiental então a gente tem sim agora o documento institucionalizado em relação a essa demanda que o Zisma apontou, mas a gente agradece né a colaboração. E aí a gente tá trabalhando nessa questão.

Gabi - Último ponto da Câmara de temáticas educacionais, na realidade os pontos que estão previstos nos indicadores subsequentes são só essa questão de explicitar que já estava na fórmula de cálculo de que a gente tá monitorando escolas municipais com dependências adequadas que era uma informação que já estava prevista na fórmula de cálculo. Então a gente está pendente só dessa sugestão do Zisma em relação a esse parágrafo para aprovar o documento da Câmara de temáticas educacionais. Eu vou abrir e a palavra para outras pessoas que queiram comentar em relação a isso, não sei se tem alguém com a mãozinha levantada.

Giovana - Tem três pessoas com a mãozinha levantada agora.

Gabi - Gi, você organiza as falas, então você me disse quem tá com a mãozinha levantada, quem levantou primeiro e para quem passo a fala.

Giovana - Passa a palavra pro Ergon, por favor.

Ergon - Boa tarde pessoal aqui é o Ergon falando na verdade eu queria fazer fala geral sobre a câmara de temáticas educacionais e aproveitar também para falar sobre esse processo como um todo né. Eu acho que primeiro lugar gostaria de agradecer a brilhante coordenação que tiveram na câmara temática educacional. Eu acho que com a Thaís aí com a Claudia, a gente teve um trabalho muito tranquilo apesar de menos reuniões a gente conseguiu mediar toda a construção do documento e isso também a gente percebe o quão foi tranquilo construir o documento como um todo. A gente teve diversos pontos de discordância, diversos ajustes que a gente construiu ao longo desse último semestre, mas é o sentimento que a gente tira é que com mais 8600 colaborações da sociedade civil, 400 páginas de documentos, mais de 130 metas municipalizada, 620 indicadores, a gente tem aqui um trabalho muito importante é que foi construído com muitas mãos e também traduz o que a gente teve na realidade da câmara temáticas educacionais uma coordenação tão importante quanto o trabalho coletivo que a gente tocou. E aproveitar para destacar também alguns pontos que eu acho que são importantes é na discussão das temáticas educacionais mas que também dizem respeito ao plano

como um todo né. A gente teve oportunidade de trazer convidados, alguns colegas da Universidade de São Paulo da USP vieram participar das discussões, mais diretores, colegas da União Estadual dos estudantes da União Paulista de estudantes, com certeza da campanha Nacional pelo direito à educação, a Liliane teve um papel e a gente teve um trabalho com a UNESCO, um trabalho muito importante na câmara temática e que a gente fez avanços que foram inclusive naturais para nós. A gente partir da primeira reunião inclusive já entendendo o papel da desagregação das metas para qualificar inclusive uma implementação menos desigual então, a gente identificou as desigualdades com a estrutural o racismo étnico racial, as desigualdades das populações com orientações e identidades de gêneros diversos né, todo preconceito a misoginia que existe. Então desde a primeira reunião a gente conseguiu identificar isso e naturalmente a gente foi traduzindo para todas as metas que a gente foi discutindo e também dar destaque aqui á um outro ponto que é muito caro para nós que somos de origem de movimentos sociais do movimento estudantil que a questão das bolsas auxílio permanência, a gente teve uma votação inclusive para decidir a inclusão das bolsas auxílio permanência para estudantes de baixa renda e das bolsas auxílio permanência para baixa renda no quesito de iniciação científica, então são duas oportunidades que estão desafios remanescentes para prefeitura, que ainda não existem enquanto política pública da prefeitura nível municipal, mas que eu acho que a motivação, o estímulo que a gente cria a partir da câmara temática educacionais, a partir da comissão comum toda do plano é de conseguir uma perspectiva visionária, que a gente tá traçando aqui a 10 anos no futuro, a gente tá observando um plano para 2030, o que que a gente quer de cidade, o que a gente quer de São Paulo, o que que a gente quer de realidade. Então é mais parabenizar né eu acho que a gente traduziu finalizando a minha fala, os objetivos da ONU para a realidade de São Paulo como uma iniciativa importantíssima e nós que escrevemos aqui o plano 2030 para São Paulo, coletivamente temos portanto mais dois fios pelo menos que é pensar em implementação e monitoramento disso nesse próximo período, mais um outro que é para fazer dessa experiência reverberar para outros municípios, levar para outros estados. Eu acho que todos nós somos agentes transformadores das experiências gigantesca que a gente teve, então mais uma vez agradeço o esforço coletivo de cada um de nós aqui, nos empenhamos muito tempo para construir e é só o começo, seguimos junto.

Gabi - Obrigado Ergon pela sua fala, eu vou passar então para correção do 4.7 a proposta de alteração no desafio remanescente da 4.7 feita pelo Zisma apesar da Ana ter copiado e colado em cima, se vocês olharem na realidade o que ele está propondo é só colocar depois de a promoção do desenvolvimento sustentável da cidadania global e da cultura de paz são eixos curriculares transversais integrantes da perspectiva de educação integral e baliza o currículo da cidade, então é esse era o texto antigo o que ele está sugerindo é que depois de baliza o currículo da cidade a gente inclua só essa frase em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, o restante exatamente igual, embora a educação em tempo integral, blá blá blá, então está sugerindo é a inclusão, então se vocês estiverem de acordo com essa inclusão, que é só uma inclusão de em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação

ambiental, a gente então passa então para aprovação. Pode falar Cláudia.

Claudia - Coloquei aqui no chat né as diretrizes da educação ambiental para o município, esse documento, essa instrução normativa ela traz a política nacional de educação ambiental que o Zisma pede, traz também o municipal, o currículo, então de repente também uma sugestão é colocar no texto dela, que eu não tô com ele agora aqui, colocar em consonância com as diretrizes educacionais para implementação da Educação Ambiental no âmbito da rede Municipal de Ensino para ir mencionando a normativa, porque ela já traz essa política nacional.

Zisma - Posso só complementar, eu não tô falando da política nacional, tô falando das diretrizes curriculares nacionais um documento regulamentador da política nacional ele está especificamente tratando de educação formal na escola acho que é mais importante nesse caso especificar mesmo, porque a política nacional é documento muito mais amplo mais genérico do que esse né.

Giovana - A Tais está com a mão levantada. Tais, vc pediu a fala ou esqueceu de abaixar.

Tais - Não esqueci não, mas na ordem o Jorge. Jorge você quer falar senão eu falo. Agora o que eu vou falar uma fala mais geral da comissão, não é desse ponto específico. Então acho que podia fechar esse ponto que eu estou de acordo, mas eu nem sou da comissão nem posso dizer que sou de acordo não mas se eu pudesse todo dia acordo com o Zisma, enfim quando fechar eu falo que é mais geral.

Gabi - Ok, vamos fechar esse ponto, Zisma e Claudia, Claudia se a gente colocar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental e com e adiciona essa informação que você colocou no chat dessa nova regulamentação Municipal e com as diretrizes educacionais para implementação da Educação Ambiental no âmbito da rede Municipal de Ensino, você se sente contemplada?

Claudia - Sim Gabi, tranquila eu entendi o que o Zisma coloca, ele coloca no contexto macro, a gente não está discordando dele é super importante, mas ok tranquilo.

Gabi - Se a gente incluir os dois, ficam todos os contemplados, Zisma contemplado, Cláudia contemplado podemos considerar aprovada nossa.

Zisma - Eu acho que sim e nós não estaremos pecando pela ausência acho que é pode aparecer aqui é só um detalhe mas é muito importante a referência esse documento porque muitos educadores desconhece a existência dele, eu acho que a referência que nesse documento é importante para gente de fato consegui inserir esse tema na escola.

Gabi - Pinte de verde aqui então quer dizer que estamos todos contemplados, eu passo a palavra então para Tais, para uma fala final mas antes da Thaís falar eu quero só refor-

çar fala do Ergon que foi um prazer ter a Taís como coordenadora. Claro a Cláudia e o Clodoaldo foram fundamentais nesse processo enquanto representantes da Educação na comissão e a coordenação da Taís foi excelente, favoreceu muito o andamento dos trabalhos. Eu estava acompanhando né na nossa divisão aí de câmeras temáticas entre eu e a Ana, eu que tava acompanhando a câmara de temáticas educacionais e eu não precisava me preocupar com a câmara de temáticas educacionais, mais porque eu sabia que a Thaís tava ali fazendo um trabalho excelente, então muito obrigada Taís, passo a palavra para você, para você fazer o fechamento.

Tais - Gabi a gente que agradece você também a Ana né pelo apoio e fazendo uma brincadeira para gente desconfiar aí vocês viram porque a gente teve poucas reuniões né a gente gosta de falar pouco, mas a gente vai mas a gente consegue trabalhar bem e construir em conjunto então eu faço minhas palavras do Ergon a gente tem documento bem significativo né, e quero agradecer bastante a participação de todos os integrantes do governo e sociedade civil na Câmara temática. Eu pedi para falar a fala final, acho que não consigo ficar até o fim, e eu queria passar um recado eu já pensando justamente na implementação e monitoramento né nessa agenda que o Alexis mostrou para o ano que vem da gente construiu o plano e pensar no monitoramento dele como falou o Jorge. Semana passada o Tribunal de Contas do município fez o lançamento do Selo Observatório de políticas públicas, eu acompanhei, eles priorizaram três temas: priorizaram saúde, educação e urbanismo e muitos dos indicadores que eles estão pensando em ter ali no observatório dialogam diretamente com a nossa agenda 2030 na educação é muito claro. Então lá no lançamento eu fiz uma fala falando da importância de Observatório também contribuir com esse processo da agenda 2030, e o Xixo coordenador da escola de contas que é a parte do TCM que tá coordenando o Observatório, é inclusive disse para a gente marcar uma conversa com a pessoa do Tribunal de Contas que tá tocando mais especificamente o ODS né, ele deixa até o contato chama Sofia eu não a conheço mas enfim, deixei essa fala para ficar registrado essa oportunidade de interlocução para implementação e monitoramento e quer dizer que enquanto o coordenador da câmara temática eu também pedi a palavra lá no lançamento, eu já falei que olha só tem toda vez tamos lá é uma comissão paritária então fica a dica né e termino né me desculpando de que provavelmente não vou poder ficar até o fim da reunião.

Gabi - Sem problemas Taís. Muito obrigada então fica provado o documento da câmara de temáticas educacionais, muito obrigada Tais, vou passar então para próxima no nosso cronograma que é a câmara de fortalecimento institucional, a câmara de fortalecimento institucional é a câmara que tem o maior número de metas né então foi aí o desafio consegui dar conta de todas, e foi a câmara que foi coordenada pela secretaria de governo na figura do Alexis com a Ana como suplente do Alex aí nesse processo, então o como a Ana e o Alexis estão presentes eu vou passar então para a revisão do documento da câmara de fortalecimento institucional. Eu vou pedir só um minutinho que o meu computador não está abrindo, tá demorando um pouquinho para entender que eu quero que ele abra o documento até porque ele é o maior, exige um pouco mais

aí do computador, pronto agora ele abriu aqui para mim. Então vamos passando então pelas metas da câmara de fortalecimento institucional as metas da câmara de fortalecimento institucional. A câmara de fortalecimento institucional se reuniu semanalmente durante duas horas por semana às vezes mais.

Ana - Gabi, ainda não apareceu os comentários porque tem comentário antes, só um minutinho.

Gabi - Sem problema, se o Alexis quiser fazer uma fala sobre os trabalhos na câmara de fortalecimento institucional ou a Ana quiser comentar aproveitando aí esse espacinho de carregar o documento fiquem a vontade.

Alexis - Foi uma câmara com bastante meta, bastante debate institucional, e por ser institucional as vezes permeia várias outras secretarias e áreas afins, no último tópico na última reunião a gente teve a pena do representante da Rede Nossa São Paulo, que pediu pra se retirar, uma pena mesmo porque trouxe uma contribuição que não foi, não tinha chegado aí pelo meio digital e não ficou contente com a redação como estava sendo aprovada mas foi um ponto fora da curva em geral todas as reuniões foram bem de muita colaboração, de muito debate saudável e acho que a gente chega aí num resultado muito bom final. Quero agradecer muito todo o pessoal da câmara técnica.

Gabi - Ana se vc puder me dizer o primeiro comentário para eu saber quando carregou.

Ana - O primeiro é não há mesmo, era uma correção do nome do indicador Gabi.

Gabi - Apareceu para mim agora. Então no indicador a gente percebeu nesse refinamento nessa revisão final e o nome do indicador tava recursos financeiros externos captados em fontes internacionais interativas e privado que foi o indicador de captação de recursos de múltiplas fontes tem tudo a ver com essa meta né, e a gente percebeu que tava faltando para assistência social que é o que tá no, aliás precisa tá também na fórmula de cálculo, que é uma informação importante. A gente sabia que tava né a gente, que se referia a assistência social porque a gente tava falando de uma meta que a meta 1-A que é uma meta do ODS 1, que é uma meta que trata e justamente de temas relacionados a desenvolvimento social, mas a gente passou então batido não ter deixado explícito que se tratava de financiamento de ampliação das fontes de financiamento externo da Assistência Social.

Ana - O próximo Gabi é a mesma questão só que na 3-C.

Gabi - Então aqui recursos financeiros externos captados em fontes internacionais para saúde e a mesma coisa aqui na fórmula de cálculo. Aqui, índice de investimento em saneamento básico que a gente tem só uma atualização da série histórica que o Thor

incluiu aqui, o Thor da Secretaria Municipal de desenvolvimento urbano, colocou aqui então a informação do ano de 2016 eu vou só atualizar aqui no nosso documento e a mesma coisa ele fez passou a informação do desempenho desse indicador no ano de 2017 que foi 24,6% eu vou colocar ele aqui e vou excluir o a informação de que não estava disponível a série histórica porque ele conseguiu disponibilizar o indicador da série histórica. No indicador da 15-A é aquela mesma informação que é explicitar de qual, a gente sabe que a ODS 15 fala sobre a questão da vida terrestre a gente sabe mas estava faltando a informação de vida terrestre a gente sabe mais tava faltando a informação que esse indicador tava tratando da captação de recursos para a gestão ambiental, então a gente inseriu essa informação no título do indicador e na fórmula de cálculo.

Ana - Segundo meu olhar eu acho que é só isso, não sei que alguém tem algum outro comentário que a gente faz a discussão agora, mas de registro no documento era só isso mesmo.

Gabi - Então a gente abre então para quem mais quiser comentar questões relacionadas as metas da câmara de fortalecimento institucional, é a Ana rolando a barra para ver se não tem mais nenhum comentário para gente se certificar de que ninguém fez nenhum comentário depois da gente ter checado . Ana, vou passar a palavra para você fazer um encerramento sobre a sua percepção aí na condução dos trabalhos enquanto eu termino de rolar a barra.

Ana - Tá bom, eu vou fazer um comentário rápido e aí o Alexis encerra, mas basicamente como a Gabi falou foi bastante, no início foi bastante desafiador assim ter a maioria dos indicadores a gente teve mais de 30 de metas desculpa, e são temáticas bastante transversais né então a gente tava olhando não só para temas relacionados ao desenvolvimento de capacidade mas mensurando algumas questões específicas, algumas temáticas como é que a gente acabou de passar relacionadas a captação de recursos externos e a gente contou com uma participação super qualificada das instituições da sociedade civil que nos acompanharam no processo em que eu queria agradecer fortemente a revisão não só final que a gente fez no documento na, com precisão né de conceitos o que a gente tava entendendo por cada um dos temas que a gente tava tratando não só nessa revisão final mas ao longo de todo nosso trabalho. A gente contou com uma participação bastante ativa e para mim foi um grande privilégio ter essa oportunidade de fazer o exercício de municipalizar metas, debater a melhor forma de apurar fórmula de cálculo, mensurar o monitoramento desses avanços e mais ainda ter a oportunidade de trabalhar com vocês e trocar e aprender nesse diálogo, então agradecer realmente o esforço e a dedicação acho que a gente fez um trabalho bastante sólido. Em alguns a gente teve que achar o caminho do meio em função dos desafios da Prefeitura em atrair algumas frentes, mas eu acho que de forma geral a gente apenas o bastante e vamos ter um desafio importante no plano de ação.

Gabi – Alexis, você quer fazer mais algum comentário senão eu vou entender como

aprovado o documento da câmara de fortalecimento institucional.

Alexis - Já fiz meus comentários previamente enquanto vcs estavam abrindo, já falei o que eu tinha para falar, muito obrigado.

Da câmara de temáticas urbanas eu sei que a Zoraide tá aí ela foi uma das primeiras pessoas que eu vi quando eu entrei na reunião então eu sei que ela tá por aí. Zoraide se vc quiser aproveitar esses instantes iniciais pra fazer os comentários enquanto documento carrega.

Zoraide - Brevemente gostaria de agradecer muito a vocês todos, e vocês em especial e dizer que nós ficamos totalmente Ana dependentes, que a participação da Ana foi essencial l aí para o trabalho a câmara contou com a participação expressiva de muita gente, e tivemos muito exemplo não só nas seções ordinárias mas também tivemos algumas extraordinárias, GTS de transporte, mobilidade, o de habitação então foi um trabalho bastante intenso mas eu acho que o resultado foi muito bom.

Gabi - Ana, você sabe me dizer qual que é o primeiro comentário só para chegar lá para ver se a gente chega lá.

Ana - Claro , o primeiro no meu arquivo é o 11.2 a não ser que alguém tenha incluído alguma coisa agora, mas acho que era só isso mesmo. Desculpa Gabi é 3.6 falei errado, as duas são de transporte eu me confundo. É apenas uma inclusão de série histórica de uma informação que o Diego também conseguiu levantar da semana passada pra essa e não tem muitas questões relacionadas a isso. E a próxima na 11.5 que foi uma correção que eu percebi na verdade um dos indicadores ele tá com o nome repetido, e aí eu corriji de acordo com a fórmula de cálculo dele então é só na correção textual também. Estava geológico mas na verdade é hidrológico, geológico tá na na página anterior, do que a gente viu no documento acho que era isso mesmo a não ser que que tem algum comentário agora, mas registrada no arquivo são só esses dois.

Giovana - A Taísa que tá levantando a mão aqui né.

Taísa - É oi gente, Taísa. Boa tarde, você consegue escutar? Primeiramente agradecer a Ana daí a Zoraide pela condução da câmara, foi muito gratificante participar com vocês inclusive no GTS até a Flávio que eu não sei se tá aí e o Diego né da do grupo de trabalho de transporte, a Mônica da CEAV a Zoraide e a Ana de novo né no GT da habitação e outros GTS também. Então eu gostei muito de ter participado apesar de ter sido exaustivo, meus parabéns pelo trabalho e um agradecimento especial a Ana, eu não sei o que seria da câmara sem ela, tá bom. Boa tarde

Gabi - Mais alguém quer fazer algum comentário sobre as metas da Câmara de temáticas urbanas.

Giovana - Não tem mais ninguém com a mãozinha levantada.

Ana - Eu queria comentar então Gabi se puder claro, foi um grande privilégio acho que acompanhar a câmara de temáticas urbanas eu que estou arquiteto eu sou bastante enfim apaixonada por esse tema então, e essa câmara foi uma das maiores junto com ambiental. Ela contou com maior número de participações da sociedade civil e bastante desafiador para agente do poder público não só engajar todo mundo na discussão mas também garantir que tá todo mundo acompanhando, participando e que a gente tá avançando nas nossas pactuações e a gente conseguiu sim fazer isso na câmara temática de urbanas, agradeço fortemente e a contribuição e como a Zoraide falou a gente teve inclusive a criação de GPS específicos então tiveram alguns representantes que lideraram as pautas da escola que são muito transversais e a câmara tem esse desafio de lidar com temas que podem muito até inclusive a secretaria de desenvolvimento urbano então agradecer toda essa mobilização tem uma série de secretarias que participaram desse processo ativamente que não tão aqui representadas agradeço a elas também, e é isso a gente conseguiu avançar bastante queima de monitoramento de alguns temas e queria agradecer mesmo por esse compromisso. E eu acho que a gente não na forma do plano de ação também vai conseguir entregar um avanço aí para prefeitura aqui é bastante importante. Então veja os comentários eu considero ao documento final da Câmara de temáticas urbanas

Gabi - Então com esses comentários eu considero o documento final da câmara de temáticas urbanas aprovado e passo para próxima câmara a temática que é a câmara de temáticas ambientais. A Vivian tá por aí?

Vivian - Oi Gabi boa tarde a todos.

Gabi - Boa tarde, a Vivian fez a coordenação da câmara de temáticas ambientais então aproveitando aí esses segundos, minutos enquanto o documento tá carregado eu passo a palavra para a Vivian para ela comentar como foi o processo de trabalho que eu sei que foi bastante intenso.

Vivian - Intensidade é uma boa palavra, vamos colocar. Realmente o desafio era bastante grande tinha bastante temáticas também acho que também na ordem de 30 temáticas também que foram trabalhadas e com temas que a gente ainda tá posicionando justamente porque tá identificando também né, vem trabalhando eles nos nossos grandes planos né setoriais. Quatro planos verdes, o plano de ação climática tá tudo em efervescência saindo agora. Então grande desafio também era fazer essa interlocução qualificada do debate de algumas temáticas que a câmara trazia, especialmente porque ela já tá com bastante aprofundada em alguns desses planos. Então foi essencial aí contar com a participação de muitos colegas tanto da Secretaria do Verde quanto de outras secretarias e alguns especialmente da sociedade civil que ajudaram a gente a posicionar alguns temas, dizer que tem bastante desafios né para encarar especialmente na questão

de agente ampliar o olhar da gestão ambiental não apenas para a questão de criação de áreas verdes, mas principalmente na qualificação ambiental como um todo né questão de gestão de águas, qualidade do ar a questão do bem-estar geral que a questão ambiental traz. Então eu fiquei bastante feliz estou bastante contente também de ter aprofundado daí os trabalhos com você Gabi e com a Ana também. A gente né a Ana sabe que a gente ficou aí no desafio imenso mas trocando bastante, fiquei feliz, cresci profissionalmente, estou bastante contente e esse resultado é de todos nós. E também fiquei feliz com os retornos né da consulta pública eu fiquei bastante contente que foi uma adesão bem bacana mesmo no período eleitoral e que a câmara de ambientais como é que recebeu um olhar mais apurado e isso foi bem importante porque por exemplo, a gente conseguiu reposicionar até algumas coisas que a gente não tinha municipalizado como a questão indígena e que faz toda a diferença né, a gente também tem esse olhar, essa aproximação para ampliar a questão da gestão ambiental no município. Então novamente obrigada e vamos ver que isso ela tá começando ir lá no plano de ação ano que vem é vai ser puxado mas estamos aqui quero continuar a disposição, obrigado gente. Gabi - Obrigada Vivian. Ana se você puder me ajudar dizendo aí

Ana - Sim, esse documento a gente vai ter alguns ajustes de texto a mais então na 2.4 já tem alguns Gabi.

Gabi - Engraçado do meu documento que a gente tava trabalhando, eu tinha colocado Sampa Mais Rural barra SMDU.

Ana - Essa mais específico a gente obteve da equipe de ABAST, das subprefeituras mas a ficha de indicador acabou ficando com ele mas de fato tinha que estar na ODS 2.

Gabi - Não tem problema, ODS 2 eu comentei hoje com a Ana sobre como o ODS 2 é uma ODS muito transversal sobre como a questão da fome e da agricultura sustentável são temas que não tem caixinhas né no poder público, é então a questão da fome acaba envolvendo-se vocês olharem as metas do ODS 2 elas ficaram distribuídas em todas as câmaras temáticas. Então tinha uma meta do ODS 2 na câmara de saúde bem-estar, uma na sociais, duas na ambientais, uma na urbanas, uma na de fortalecimento institucional e duas na econômicas. Ela é uma ODS que tinha as metas bastante distribuídas aí pelas câmaras temática. Pode falar Zoraide.

Zoraide - Então esses dados, eu tô vendo aqui condesso que que não tinha visto antes isso né, não dá conta de ver todos os sete documentos alguns a gente conseguiu ver até porque fomos demandados para isso né. A plataforma Sampa Mais Rural ela tá sediada na você SMDU dados específicos de boas práticas agroambientais, de certificações orgânicas, protocolos de transição orgânica, ele é de fato, acho que o mais apropriado mesmo é que a própria Casas da Agricultura Ecológica elas que forneçam, né hoje a gente tá trabalhando intensamente com isso né até para ampliar bastante esses números, é esse daqui foram de 2019, 2020 a gente já tem uma realidade bem mais interessante

né aí eu não sei como é que fica em torno de fonte né que é como a própria Gabi falou a Sampa mais Rural como eu disse tá em SMDU, ela está hoje e a previsão e que ela continue e tem lá todo o departamento de GEOUIPO né então a ideia que ela continuem na SMDU, já tem até um contrato com o PRODAM, a plataforma foi desenvolvido pela Ligue os Pontos e ela em princípio continua em SMDU, só esse comentário que eu queria fazer.

Ana - Sem problemas eu acho que é vermelho nesse sentido mesmo como a gente tava articulando com a ABAST esse dado apesar de ele puxar da plataforma por isso que eu fiz essa correção. Mas a gente pode incluir também só ajustar a menção a SMDU em relação à gestão da plataforma.

Gabi - Então fica Sampa Mais Rural/ SMDU/ SM Subs, para esses indicadores aí a Ana vai incluindo. Aí então a gente tem aí algumas informações alguns asteriscos foram incluídos depois né para explicar melhor do que se tratava.

Ana - Isso eu preciso explicar um pouquinho.

Gabi - Eu vou deixar ali e você, vou deixar a página aqui e aí você comenta tá.

Ana - Ótimo, obrigada Gabi. Em relação a estes asteriscos a gente tem na verdade essa informação ela tava na forma de tabela anteriormente mas é na verdade um detalhamento do percentual que foi pactuado que é o objetivo do monitoramento desse indicador e da respectiva meta então só contextualizando a gente tem um trabalho em ABAST na Secretaria de subprefeituras de monitoramento de boas práticas nas propriedades aqui do município de São Paulo. Na verdade é um check list que é feito com as propriedades, com os proprietários para tingimento de alguns parâmetros básicos de produção agroambiental. Então esse check list é aplicado não só nas unidades convencionais como também na certificadas oficialmente de acordo protocolo Governo do Estado e as em processo de transição agroecológica. Então o dado percentual total ele pode ser desagregado em função das diferentes tipos de propriedade. E aí essa desagregação e coloquei em asterisco porque na verdade o objetivo do monitoramento é o incremento do valor total, então o número total de propriedade quando submetidas ao check list ou foram classificadas como satisfatório, foram classificadas como moderado. E aí dentro desse interpretação quantas questão convencionais, quantas que já estão oficialmente certificadas. quantas estão em transição é uma informação super importante o monitoramento da política elaborada mas na verdade ela é complementar então a gente só tirou da tabela, não tá mudando nada no indicador a gente só mudou a forma de dispor a informação para não confundir o indicador que tá pactuada na primeira linha, e aí a meta tendência de redução ampliação monitoramento está relacionada a primeira linha da coluna da tabela e aí o resto foi colocado em asterisco é apenas esse reajustes de formato mesmo. Aí sim se não tiver mais nenhum comentário a gente pode seguir para o próximo também.

Aí é uma inclusão na verdade bem rápida a gente não tava com a fonte ainda descrita no documento original porque são indicadores que estão em processo de construção a gente tem uma perspectiva de monitoramento desse dado a partir de 2021/2022 como tá aí, e aí a gente só alterou tava diversas órgãos a gente colocou que é uma dado do PLANPAVEL e aí a governança da informação está sendo construída em conjunto com a Secretaria do Verde envolvendo outros órgãos em função de cada caso específico mas são indicadores do PANPLAVEL.

Gabi - 8.4 tem ajuste de texto.

Ana - Na verdade é só de escrita mesmo né tirar uma expressão e ajustar uma vírgula, mas hoje o importante que tá na 8.4 ele tá um pouquinho abaixo antes de eu entrar nele, só sobe um pouquinho para todo mundo o texto da meta. A 8.4 é uma meta que a gente municipalizou com enfoque na economia circular então até 2030 promover economia circular no município de São Paulo ampliando a eficiência de recursos globais na produção e no consumo com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil, elétrica, eletrônica. A Prefeitura de São Paulo tem iniciativas nesse sentido de fomentar a economia circular por meio da utilização dos coprodutos de alguns setores. Então como é que a gente tira do aterro e utiliza essas produtos gerados que são chamados de coprodutos e não lixo, para alguma finalidade específica a gente tem iniciativas nesse sentido, inclusive uma parceria internacional da coordenadoria de relações internacionais com a Fundação Ellen MacArthur e aí a gente optou por monitorar esta meta a partir destas parcerias que eu tô mencionando que elas são descritas na contextualização no primeiro parágrafo.

Gabi - Tem um errinho aqui no primeiro paragrafo. Tem como você ver eliminando por princípios resíduos do sistema.

Ana - Deixa eu ler, também não entendi, Vivian você me ajudar nessa expressão.

Vivian - É pra tirar o s, por princípio resíduos do sistema é a questão de resíduos zero né da economia circular.

Ana - Obrigada Gabi.

Gabi - E aí não sei se todos sabem né mas a gente teve aí a oportunidade de contar com um pouco de revisão de texto para as câmaras temáticas que se reuniram antes do final da semana passada a gente conseguiu mandar para uma revisão ortográfica né dos textos mas como a câmara de temáticas ambientais há câmaras temáticas urbanas eram as maiores câmaras temáticas com maior número de atores eles precisaram de até o último minuto para fechar os textos finais, inclusive agradeço a Vivian e por todo esforço e envolveu inclusive o trabalho de madrugada para conseguir mandar para vocês esse documento. Então esse documento especificamente não passou pela revisão ortográfica,

então se vocês por acaso nesse momento encontrarem erros ortográficos por favor nos ajudem que esse é o último momento a última revisão final antes da publicação.

Ana - Voltando, a gente tem uma parceria com a Fundação Ellen MacArthur para atuar nesse sentido a gente tem iniciativas em andamento relacionadas a utilização de alimentos e a um compromisso assumido em frente à instituição, em frente ao no meio ambiente do compromisso da nova economia do plástico. E aí a gente optou inclusive em enserir um link para mais informações relacionadas a isso quem tiver interesse. E aí a gente optou na câmara de temáticas ambientais de monitorar essa meta partir dessas parcerias entre o número de parcerias formais a prefeitura nessas temáticas, iniciativas em andamento nessa temática também entendendo que a economia circular é bastante amplo e envolve uma série de secretarias e órgãos municipais. A gente fez um debate também sobre como monitorar isso a partir dos resultados então em termos práticos o quanto que a gente estaria reduzindo da geração de resíduo ou da destinação para aterros desses resíduos. E aí a gente conseguiu inserir uma informação relacionada aos pátios de compostagem da Prefeitura de São Paulo que é esse indicador de autoria da AMLURB porque a gente já tem um trabalho relacionado a isso então a gente já tem série histórica e a informação já estava sistematizada e a gente fez um debate sobre a intercessão de indicador relacionado de uma forma mais ampla a mensuração de coprodutos, coprodutos seriam os resíduos que deixam de ser resíduos eles passam a ter uma finalidade específica. Então é o último quarto indicador que a Gabi está projetando coproduto de embalagens, madeira, folhagens, moda, materiais de construção civil, elétrica e eletrônica. Acontece que da semana passada para essa a gente tava revisando esses indicadores e esse é o indicador onde a gente tem menos 40 do totalidade da agenda em termos de governança da produção da informação em temos até inclusive de fórmula de cálculo, porque as informações relacionadas a materiais de construção civil, materiais coletados em ECOPONTOS, materiais recolhidos de poda de zeladoria que já no trabalho todo feito pela AMLURB para destinação da compostagem, para encaminhamento desses materiais estão sendo monitorados de uma outra forma nas metas 12.3 e 12.5. Então que aí é volume, volume de construção civil, em volume da construção civil destinada ao uso específico, volume de alimentos que são doados a partir do banco de alimentos. Então a gente tem um monitoramento específico dessas informações, o valor agregado que é então juntando isso no único indicador e monitorando a partir de peso não se muita clareza se é a melhor forma de fazer esse monitoramento. Então a sugestão que a gente debateu na internamente e a gente propor para vocês é excluir o monitoramento dessa informação aí na forma de indicador por hora, uma vez que as parcerias ainda estão em andamento e e elas ainda estão avançando no sentido de entender qual que é a melhor forma de monitor o coproduto não necessariamente monitorar por volume total e juntar tudo numa mesma conta faz sentido. Inclusive tem alguns coprodutos aí que a prefeitura não tem dados então modas, é bastante assim incipiente o trabalho que a gente tem ainda e a gente precisa avançar no sentido de entender a melhor forma de monitorar isso. E aí deixar esse texto de indicador, passar para desafios remanentes, e aí a gente referenciar essas outras informações que já estão sendo monitorado em outras

metas se não na verdade vai ser uma sobreposição com indicadores que a gente já tem de AMLURB, da secretaria de desenvolvimento econômico e eu acho que é isso. Então se você quiser me complementar só nessa proposta mas basicamente a gente já tem informações desagregadas para monitorar alguns desses coprodutos que a gente não tem indicador agregado incluindo algumas informações que a gente não tem governança, e aí a proposta seria retirar esse indicador específico e colocar em desafios remanescentes.

Vivian - Só complementando é um tema novo, a prefeitura tá colocando, tá enfrentando ele agora e por exemplo quando a gente tiver que pensar a cadeia de produção e consumo da moda, cadeia de produção e consumo do plástico, então coisas que a gente está começando tem projetos que tão aí para entrar e a gente tem que definir. Mas a gente não teria ainda uma série de dados ou teria clareza de como apresentar essa informação só tem clareza que ela podia ter começado e aí no caso viria por essas parcerias por esses estudos técnicos essa clareza para gente posicionar e talvez aí no âmbito do plano de trabalho né pensando e deixando lastreado como desafio remanescente como é que a gente saiu até 2030 traz informações mais específicas sobre cada um desses nichos né, das cadeias de economia circular. Nesse momento realmente ficaria a ambição né de ter um indicador mas objetivamente a gente não teria nada como levantar e porque também não tem governança sobre esses outros setores é algo que tá sendo construído.

Gabi - Só também colocando eu vi aqui no chat que tem alguns questionamentos né o John falou da questão de moda poda é moda mesmo, questões de resíduos de madeira folhagens é uma coisa e o resíduos de moda a gente sabe aí que a nossa questão que o nosso setor de manufatura né de roupas enfim o comércio no Brás era muito resíduo, é muito retalho tem bastante coisa que poderia ser pensada para zerar esse resíduo de moda das confecções que acontecem aqui em São Paulo né a Viviane tá fazendo também a sugestão de colocar a por princípio entre vírgulas que é o que tá aparecendo aqui, e a Marina também acrescentando indicador de parcerias formais acrescentar parcerias a palavra internacionais né do que eu tô vendo. E aí se alguém quiser mais falar mais alguma coisa, se não a gente fecha e aí seria isso né derruba isso na forma de indicador como que tá agora mas traz, mantém alertado de que essas coisas estão sim sem olhada na parte dos desafios remanescentes como andamento das parcerias que estão acontecendo.

Ana - Eu tô aguardando se tinha algum outro comentário senão eu tava fazendo uma proposta de registro que o remanescente na forma de sugestão que é isso, persiste o desafio de monitora de de forma integrada os coprodutos de alimentos, embalagens, madeiras e folhagens, moda, materiais da construção civil, eletroeletrônicos, que retornaram ao sistema por economia circular no município de São Paulo. É um bom desafio para o plano de ação. Vou jogar aqui no chat aí as pessoas acompanham mais rápido.

Marina - Marina de relações internacionais. Queria fazer dois comentários que eu coloquei no chat sobre as parcerias internacionais como esse indicador vai ficar com a gente, a gente só consegue monitorar parcerias internacionais, e outro parabenizar

a Vivian pela coordenação brilhante ela fez esforço surreal para conjugar a gente sabe a quantidade de metas que tinha na temáticas ambientais o debates foram exaustivos a gente teve muita contribuição, então assim foi um trabalho sem tamanho parabéns Vivian.

Gabi - Eu também quero falar, quero parabenizar a Vivian pela abertura né por um ano tão difícil com tantos desafios em todos os âmbitos né dentro da secretaria, na vida pessoal com tantas coisas sempre muito aberta ao diálogo acolhida todas as contribuições da sociedade civil. Vivian parabéns e obrigado.

Vivian - Obrigada e também só dizer que que foi importantíssima as trocas se eu consegui é porque tive muito interessantes e importantes e enfim um trabalho coletivo mesmo estou com orgulho assim de ter participado e ter conhecido algumas pessoas bem especiais assim nesse processo obrigada mesmo.

Gabi - Então fica registrado a gente então exclui o indicador dada a impossibilidade de fazer um monitoramento na forma proposta nesse momento, mas registra, não deixa esse tema se perder registro ele ainda remanescentes, na forma proposta persiste o desafio de monitorar de forma integrada os coprodutos de alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, materiais da construção civil e eletrônicos, eletroeletrônicos que retornaram ao sistema por economia circular no município de São Paulo. Tudo bem alguém mais quer fazer algum outro comentário em relação a isso ou posso considerar aprovada essa proposta e passar para próxima meta. O próximo comentário Ana era 11.6 só, quer fazer, você quer comentar? Estão me ouvindo? Não estou vendo nenhuma mão levantada. Não sei se a Ana tá alguma dificuldade no áudio enfim.

A Ana está com problemas no áudio, se vcs puderem me ajudar, só a Ana colocou aqui função acumulada pela aqui frota municipal e ela separou foi isso que ela tava junto isso.

Claudia - É porque, vamos lá a SPTrans ela faz esse acompanhamento anual de acordo com a tecnologia né dos motores da frota de ônibus eles fazem o acompanhamento anual da tonelagem por combustível que é reduzida só que a questão da política de mudança do clima determina a redução acumulada em 20 e 30 anos então eles também fazem acompanhamento desta taxa acumulada taxa de redução acumulada. Quando a gente formalizou, é organizou o documento né junto com os colegas de SPTrans a gente tinha deixado tudo numa tabela também seguida, a Ana achou melhor que a gente separasse cada um dos gases é dos tipos de poluente em indicadores separados, então a gente só desagregou desta tabela e aí teve que rescrever a denominação de cada indicador né para de nitrogênio CO2 material particulado, e aí só fez essa separação. Então é a mesma informação só que separada em três indicadores.

Gabi - Foi só para especificar e adequar ao formato da agenda. Vou passar então para o próximo comentário como Ana teve um problema técnico aí de internet eu não sei onde ele tá mas eu vou passando. Então a gente percebeu aqui que tava com um errinho né

no número de, aqui era uma proposta de indicador em percentual e o número que tinha sido registrado é um número um número absoluto então a gente pediu apoio aí para fazer o levantamento mas por enquanto não obteve retorno não sei se a Vivian quer comentar, então a gente acabou deixando em branco, então registrando que o indicador estava em processo de levantamento.

() - Acho que é Ok, deixa assim Gabi porque a gente precisa de um retorno da coordenação de gestão de colegiados na verdade esse valor absoluto é dos CADINS ativos vamos assim dizer né. Mas na nova proposição que é a relação percentual a gente não fez essa discussão é o cálculo na verdade escutar posta mas o cálculo não foi devidamente organizado como a gente prefere que referencie diretamente na unidade ficou em levantamento.

Gabi - Vou passar aqui então para os próximos comentários, aquilo só arrumar tá escrito umas vez né é uma vez né então ele vai ajustar aqui. Necessita criar e o qualificar vou por uma barrinha depois a gente passa pelo documento, o drive não tinha essa ferramenta de revisão ortográfica e agora ele tem, então a gente passa por ela para tentar melhorar aí a qualidade do texto. Não sei se a Ana já fez isso no documento final, é para vocês saberem né essa semana a gente teve uma semana bem intensa de formatação e diagramação, então com base naqueles documentos que foram enviados em Word para vocês eu e a Ana passamos a semana trabalhando nele para que a formatação por exemplo aqui né a gente tem uma meta Global aqui em azul e aí para deixar tudo com a mesma fonte com a mesma cor, demos uma colorida nele parecido com o que vocês já tinham visto no diagnóstico para que as tabelas ficassem, o Brasil é um país.

Ana - Oi tá me ouvindo, desculpa eu tive que entrar no celular fiquei sem internet. O que é correção ortográfica não se preocupa não eu já fiz no arquivo final era mais passar o ajuste de fórmula de cálculo e o texto de indicador.

Gabi - Tá ótimo eu passei junto com a Vivian tanto pela desagregação do dado da emissão o quanto pelo CADES explicando que a gente tinha uma informação ele que tava incompatível com a fórmula de cálculo e a Vivian a explicou que o que está em processo de levantamento informação.

Ana - Acho que isso mesmo acho que as últimas inclusões com relativa da fonte relativa a isso eu não tenho mais nenhuma questão de mudança do quê foi pactuado.

Gabi - Então eu passo a palavra para vocês, se tiverem algum comentário tanto para fazer um comentário final quando para Ana que acompanhou essa câmera diretamente.

Ana - Desculpa passou numa tabela, deixa eu explicar só este. A gente no documento inseriu o valor, tinha inserido o valor de população numa tabela nas ele já estava no texto da contextualização e a informação de levantamento populacional é uma informação

censitária, sem periodicidade tinha uma interesse em ajuste de formula de calculo que tava errado mas o principal é que é uma informação que talvez não faça sentido ser monitorada em forma de indicador mais tem um ajuste de contextualização. Então por isso que foi retraída a tabela e mas a informação ela segue no texto e ai os indicadores efetivos teriam proporção de área do município de terras indígenas e os outros relacionados à produção e aí não mudou nada, só segue no jeito que já tava.

Gabi - Vou só dar um tempinho para ver se alguém quer fazer algum comentário em relação a isso , a gente fez essa opção de não usar dados do senso para o monitoramento da agenda, não porque eles não são dados interessantes mas que eles são dados como periodicidades que nos permite o monitoramento da agenda no âmbito Municipal então eles até podem servir para fins de diagnóstico mas para fins do monitoramento com atualização anual das informações a gente considerou eles eram dados que não apoiavam aí o monitoramento da agenda no âmbito Municipal. Tô tentando voltar para onde estava a questão dos indígenas mas eu cliquei em algum lugar e aí saiu de lá era só para dar oportunidade de ter mais alguém quisesse comentar. Qual que é Ana, não te ouvi.

Ana - É a 15.6.

Gabi - É se ninguém tiver nenhum comentário. Essas eram as alterações os ajustes propostos no documento da câmara de temáticas ambientais. Eu passo a palavra então se a Vivian quiser fazer um comentário final ou se mais alguém não sei se alguém tá com a mãozinha levantada eu não tô vendo, mais se ninguém tiver mais nenhum comentário a gente considera o documento da câmara de temáticas ambientais aprovada.

Ana - Eu queria só agradecer a Vivian também que enquanto a gente não tem mais em outro comentário porque realmente acho que além de ter sido a câmara temática com mais instituições da sociedade civil junto com urbana, a gente também foi aqui tá tocando com os assuntos mais progressistas na onde a gente tem menos clareza, na prefeitura de como incidir sobre eles.

Alguns são muito recentes e outros tem um sendo aprovados na forma de instrumentos setoriais específicos muito recentemente, então o trabalho que a Vivian tem de olhar para eles e aproveitar, a mastigar, a tentar fazer sobreposição e identificar onde a gente pode avançar onde não, foi um trabalho muito de lupa mesmo então agradeço e não articulação dela é tudo agilidade envolver os atores mas principalmente trabalho técnico foi feito foi assim excepcional. Então realmente e além disso agradecer todas as instituições da sociedade civil que contribuíram com processo foi um grande aprendizado.

Gabi - Obrigado Ana, então aprovamos a documento da câmara de temáticas ambientais, a gente tinha é uma pausa prevista agora mas como só falta a câmara de temáticas sociais ser aprovada, eu vou sugerir que a gente não faça a pausa e passe para a temáticas sociais a não ser que vocês queiram fazer uma pausa. Vou abrir o chat aqui para ver como que vocês se manifesta, se quiserem fazer cinco minutos para ir no banheiro beber

água porque já foram aí 2 horas e pouco de reunião e eu sei que alguém pode querer acompanhar toda a reunião e não, então vamos tocar direto, vamos seguindo ninguém se manifestou pela minha pausa, eu gosto de fazer pausa mas se vocês quiserem que vamos direto, vamos direto.

Giovana - A Mariana levantou a mão Gabi querendo fazer uma contribuição.

Mariana - Eu iria sugerir para dar continuidade e perguntar se agora na câmara de sociais se for de entendimento da comissão que é pertinente eu queria verificar se a gente pode dar voz a Aline ela é do programa Tem Saída e ela gostaria de falar um pouquinho sobre uma sugestão que a gente fez um documento quando for pertinente, se o pessoal concordar embora não seja membro da comissão.

Gabi - Mari, eu vou deixar o pessoal se manifestar, eu acredito que não vai ter problema até porque a gente não tá com problema de tempo né já são 4:30 aí a gente já tá na última câmara temática e depois disso a gente encerra os trabalhos né então eu vou só por uma questão de ordem eu vou pedir para a gente passar a palavra primeiro para Vivi que fez a coordenação da câmara. Viviane se você puder fazer uma palavra sobre como foram os trabalhos e a hora que chegar na neta Mari aí a gente passa a palavra para ela, eu acho que não vai ter nenhum problema.

Viviane - Oi gente boa tarde, falar que o coordenei a câmara é um elogio sem tamanho que vem da Gabi porque ela foi fundamental para gente ela praticamente coordenou toda a câmara porque eu entrei tarde né, eu não era suplente eu fui nomeada depois e ela ajudou muito, ela eu não sei essa capacidade de síntese de chamar todo mundo te entender e te fazer a coisa avançar, parabéns. Eu acho que os pessoal né da sociedade civil, meus colegas de direitos humanos o Mateus e a Amanda também a Ana a Clelia, a Marlene foi fundamental . O Igor que veio algumas vezes, nossa acho que foi um trabalho muito difícil por conta de ser um trabalho muito fragmentado, entrava um , saía (problemas de áudio).

Gabi - Não estou te ouvindo, está muito baixinho. Ela deve estar tentando resolver lá na secretaria, ele tem um problema de microfone, então eu estou aguardando porque eu também não estou ouvindo mais estou aguardando um pouquinho que eu tô entendendo que ela tá tentando resolver. Vivi conseguiu? Eu vou então, é eu queria esperar a Vivi estar aí para retribuir aí o elogio mas eu retribuo elogio para vocês e retribuo para ela depois, de fato a coordenação da câmara de temáticas sociais foi bastante compartilhada então, a Vivi entrou no processo aí com ele já iniciado mas foi um prazer aí poder compartilhar com ela alguém tem bastante experiência na política de assistência social e a coordenação para literalmente compartilhada em alguns momentos porque enquanto a Vivi estava de férias e a gente tava sem uma segunda pessoa da secretaria de desenvolvimento e assistência social a secretaria de direitos humanos e cidadania assumiu a coordenação durante aí é um conjunto de reuniões então deixar registrado

meu agradecimento também a Amanda é o Mateus da secretaria de direitos humanos que apoiaram muito o andamento dos trabalhos. Acho que a Vivi já conseguiu retornar, Vivi? Estava retribuindo o elogio, foi muito bom trabalhar com vc.

Viviane - Foi muito bom e todos os participantes né é contribuíram muito eu falei que são indicadores muito sensíveis e muito importantes para prefeitura então os debates foram muito importantes e a gente tentou fazer o melhor assim, tirar o que a gente já tinha na prefeitura que pode ser indicação para monitoramento dessas metas muito importante né .

Gabi – A 1ª das contribuições, foi uma contribuição eu percebi né então hoje eu e a Ana estávamos revisando as planilhas de devolutiva da consulta pública pra gente dar um retorno para a população e aí eu percebi que a gente tinha se omitido aí a gente tinha dito que incluiria essa palavra na redação da meta municipal 2.1 que é até 2030 acabar com a fome de garantir o acesso de todas as pessoas em particular os pobres e pessoas em situação vulnerável ,incluindo crianças. alimentos seguros e o município sugerido saudáveis, nutritivos e sustentar durante todo ano a gente achou que não era foi mais de uma pessoa e a gente achou que não era, apesar de nutritivo já trazer uma parte aí desse conceito, a gente achou que não pecar pelo excesso não é ruim a gente incluiu a palavra saudáveis no documento que foi para vocês foi sem a palavra saudáveis mas a câmara temática já tinha deliberado acatar a sugestão do município de incluir a palavra saudável. Vou passar a palavra então para a gente chegar então o próximo comentário é indicador 5.2.6 que é o indicador que a gente escolheu um dos indicadores, um de um conjunto de indicadores que a gente escolheu enquanto câmara de temáticas sociais para monitorar a meta que fala de eliminar as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada e prioritariamente nessa meta de uma série de indicadores relacionados a notificação sobre violência mas também é o acolhimento é o atendimento nos equipamentos públicos e um dos indicadores que foi proposto para o monitoramento nessa meta fui em mulheres atendidas pelo programa Tem Saída que é um programa de inserção profissional para mulheres vítimas de violência. A sugestão acatada feita pela Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico e trabalho foi ampliar para 3 mil mulheres, em 2019 foram 492 mulheres e aí a secretaria municipal de desenvolvimento econômico trabalho fez um registro dizendo que após discussão interna a SMDTE gostaria de propor que a meta não seja definida numericamente mas fique registrado apenas ampliar. Há um receio que a definição de um número bastante maior resultado base seja confundido com uma expectativa de aumento da violência e não das ações de sensibilização para a rede de atendimento amplie o seu entendimento de violência não apenas doméstica mas em qualquer ambiente, não apenas física mas qualquer natureza não se restringe ao autor da violência quando for o companheiro, mas qualquer pessoa como familiares que se estenda a mulheres TRANS e que a meta se reflita na ampliação da cobertura dos casos de violência não o aumento dos casos de violência, é isso a gente entendimento que a câmara temática adotou para outros indicadores, então por exemplo notificação de violência contra mulheres e meninas, a gente sabe que pode existir aí

uma subnotificação dessa violência e que por um lado ampliar o número de notificações pode ser positivos se a gente estiver cobrindo os casos existentes né. Então não necessariamente ampliar notificação significa que a violência está aumentando e essa foi uma discussão bastante recorrente na câmara de temáticas sociais sobre quanto monitorar e quando definir ampliar ou reduzir os valores né, então a gente acabou por monitorar meninas em acolhimento por motivo de abandono, mas ampliar o número de vagas em serviço de acolhimento sigiloso e ampliar o número de atendimentos realizados pela Casa da Mulher Brasileira apesar de existir sim essa ambiguidade houve o entendimento no caso de alguns desses indicadores de que estava claro para aquela secretaria de direitos humanos ou de assistência social ampliar o atendimento era necessário porque existe uma demanda maior do que aquela acolhida atendida pela prefeitura de São Paulo e é por isso que em alguns casos foi usada a métrica de ampliação, em outros casos entendeu-se que era melhor monitorar essa informação justamente por conta dessa ambiguidade que traz a pressão entre atender a violência né a gente tem que dar apoio dar cobertura a todas as pessoas que sofreram de violência mas a gente não quer que seja mais pessoas, que a gente não quer que mais pessoas sofram violência. Então Mariana, João se quiserem passar a palavra para pessoa responsável pelo programa Tem Saída para que ela possa complementar e para que a gente possa deliberar sobre a possibilidade de manter essa meta apenas como ampliação sem definir uma um parâmetro de ampliação numérica.

Mariana - Gabi, vc falou perfeitamente o entendimento que a gente teve revisitando na verdade a contribuição que a Aline deu na reunião que ela participou na câmara de temáticas sociais. Eu acho que ela tá aqui eu já dei um toque para ela e ela vai fazer uma contribuição mas a ideia é exatamente é essa não fixar meta numérica e manter o ampliar de uma forma de não dar essa conotação.

Gabi - Nesse sentido de que a gente tem que ampliar na medida em que as mulheres precisem e não ampliar necessariamente para um número específico. Aline pode falar.

Aline - Muito obrigada pelo espaço de fala, Gabriela você falou muito bem né tudo o que a gente discutiu, o João também escreveu muito bem a nota e é nesse sentido né por ser a violência doméstica tão multifacetado e tão complexa a gente prefere ampliar no sentido de ampliar a medida em que o entendimento do que é violência doméstica, violência familiar ampliado também para as vítimas, não são as mulheres como as mulheres TRANS também, somente pontual nesse sentido.

Gabi - Obrigada Aline e vou passar a palavra para quem tiver com a mão levantada eu aqui tá aparecendo algumas pessoas com a mão levantada a gente aproveita a presença da Aline se vocês tiverem dúvidas. Zoraide está com a mão levantada, Taísa eu não sei se tá desatualizado aqui ou se vocês estão com a mão levantada mesmo. Está aberto se alguém quiser fazer algum comentário ou alguma objeção a nossa sugestão, então a sugestão dado esse entendimento é que apesar da gente ter submetido a aprovação

do plenário ampliar para 3.000 a gente desse só ampliar para que a gente tenha essa compreensão de que a ampliação tem que se dar na medida da ampliação desse escopo e na medida da necessidade de atendimento. Então definiu o padrão numérico sem saber quantas mulheres vão sofrer, vão ser vítima de violência, sem ter a clareza de qual é a nossa demanda qual o nosso universo e quem que a gente precisa de fato atender é muito complicado. Então eu quero ouvir se alguém tiver alguma coisa em contrário a essa proposta de ajuste na versão final de invés de ampliar para 3.000 apenas ampliar. A Viviane colocou um de acordo no chat, alguém mais quer se manifestar alguém é contrário essa proposta, senão vou passar para o próximo ponto. A Marlene também colocou o de acordo no chat então eu vou entender que a gente não tem nenhuma manifestação contrária, muito obrigada Aline pela sua participação, muito obrigada João pela nota, muito obrigada Mariana pela interlocução. Então a gente mantém a essa informação como ampliar sem definição de meta numérica. Eu tô rolando a barra e não achando nenhum comentário, Ana se por acaso eu imagino que você esteja no celular eu não tenho certeza mas se você tiver vendo um comentário que eu pulei o mesmo vocês pessoas integrantes aí da comissão Municipal ODS se vocês por acaso tiverem feito algum comentário que eu não abordei por favor me interrompam, eu não tô conseguindo ver no chat, então só abram o microfone e interrompam livremente. É esse comentário que eu fiz aqui em relação a crianças e adolescentes em situação de trabalho, em situação irregular de trabalho atendidos pelos serviços essenciais foi no entendimento que também a câmara temática teve em relação ao atendimento desses adolescentes que estão em situação irregular de trabalho infantil, fica a gente registrar ampliação, foi uma sugestão da população dos municípios então a SMADS tem o entendimento de que existem mais crianças e adolescentes em situação irregular de trabalho infantil do que os números que eles atendem, então o entendimento foi que era desejável ampliar por que existia uma demanda reprimida de atendimento. Então isso incluiria também o número de crianças e adolescentes recebendo bolsa do programa de erradicação do trabalho infantil, então a gente registraria então uma meta para 2030 de ampliar sem definir uma meta numérica. Porque como a gente disse a gente não quer que mais crianças estejam em situação de trabalho infantil mas a gente quer que todos os crianças que estejam nessa situação tem um apoio assim como os trabalhadores resgatados em situação de trabalho forçado, a gente não quer ter mais trabalhadores resgatados de situação do trabalho forçado mas a gente entende que há uma demanda reprimida ao um número maior de pessoas e crianças nessa situação do que a gente atende atualmente. Então a ideia de ampliar vem do sentido de reconhecer que a demanda é maior do que o que a gente faz hoje. Em relação a essa meta numérica também peço desculpas foi um lapso meu e da e da câmara temática no momento de passar as metas numéricas, a gente tinha aqui apenas ampliação do número de equipamentos municipais é o número de, aliás eu vou fazer a sugestão aqui número de equipamentos municipais né então o número de serviços da Prefeitura e tem postos de atendimento presencial da Central de Intermediação de Libras e parece que a Secretaria Municipal da pessoa com deficiência tem plano ampliar para mim 1100 equipamentos. Então hoje a gente tem, a gente já tem em 2020 mais do que 120 é esse número já aumentou bastante no ano de

2020, o número de equipamentos municipais com postos de atendimento presencial da Central de Intermediação de Libras, atendendo assim a essa população. E a proposta é ampliar para 1100 a mesma coisa em relação a essa meta que é o número de pessoas beneficiárias do programa TRANS Cidadania hoje a gente tem 196 beneficiários e a ideia é ampliar para 500 beneficiários no mínimo. Eu fiz algumas propostas de ajuste de redação do indicador porque eu acho que fica mais claro que a gente diga percentual de servidores públicos municipais ativos negros, uma das coisas que a gente acatou da consulta pública é que a gente tinha proposto só divisão entre Servidores Municipais negros e brancos, e aí a gente tem a informação de todas as desagregações, então pretos, pardos, indígenas, amarelos então foram incluídos aí todos os indicadores relativos ao percentual de Servidores Municipais. E também eu fiz um ajuste na numeração dos indicadores e com a inclusão de mais indicadores ele tinha ficado desatualizada a numeração dos indicadores. Não tem nenhum comentário aqui mais. Aqui a Mariana ontem atualizou uma série histórica do número de beneficiários do programa Operação Trabalho então por isso ela excluiu o comentário da série histórica. Você quer fazer o comentário Mari relação a isso se você não tiver nenhum comentário vou entender que foi uma atualização de série histórica e que não tem um ponto sensível a ser deliberado, a gente só fica.

Mariana - isso é isso mesmo perfeito.

Gabi - Então a gente fica com documento final publicado aí mas completa em relação às informações disponibilizadas. Essa daqui eu tenho um ponto um pouco mais sensível também foi um lapso né na hora do que só foi percebido na hora da revisão do documento pela equipe de Direitos Humanos, depois do envio para vocês então foi com um errinho, não sei se aconteceu na hora do envio se alguém visitou sem querer depois, mas ficou aqui o número registrado para meta de 2030 ficou em numérico mas na verdade era o dado de 19 e a meta para 2030 proposta pela câmara temática 15% para redução dos crimes violentos fatais geral, então o número de crimes violentos fatais, crimes violentos fatais sendo homicídio simples qualificado e lesão corporal seguida de morte, então a proposta é com base na série histórica reduzir em 15% nos próximos dez anos. A mesma coisa em relação aos crimes violentos fatais na população negra mas com uma meta um pouco mais ousada de 23%, a gente fez uma série de cálculos para chegar nesse número que era uma tentativa de reduzir um pouco mais o número de crimes violentos fatais na população negra para a gente tem uma redução da incidência dessa criminalidade na população negra. É um desafio, uma meta ousada mas depois de muita deliberação a gente chegou nesse valor e muito estudo da série histórica e muitos cálculos. A população demandou que a gente desagregasse esses dados de crimes violentos fatais em mulheres, por gênero, então crimes violentos fatais de mulheres e crimes violentos fatais de homem. Então o Mateus da secretaria de direitos humanos e incluiu para gente a informação do número de crimes violentos fatais de mulheres e do número de crimes violentos fatais de homem, sendo que o somatório de homens e mulheres não é exatamente o número total porque algumas registros não são preenchidos

com a informação de gêneros. Então se vocês checarem o total e a informação mulheres mais homens vocês vão ver que não vai ser uma equivalência exata aí da informação total e por isso que a secretaria de direitos humanos considerou relevante manter as três informações. Eu gostaria de ouvir de você se você tem alguma sugestão, a princípio foi por isso que a secretaria de direitos humanos sugeriu esses dois indicadores separadamente né, mas eles deixaram a possibilidade de se a câmara temática achar que faz mais sentido colocar incidência dos crimes capitais em mulheres. Então se vocês olharem na tabela ela eles colocaram aqui o percentual né, esse tipo de configuração na informação não é da nossa configuração padrão né. A princípio a gente tá trabalhando sempre com um indicador por tabela se eu tenho mais de uma informação é isso é mais de um indicador né, mas eles deixaram aqui para que se a comissão Municipal ODS achar que compensa incluir a informação da incidência ou do percentual de crimes violentos para táis que ocorre em mulheres. A princípio a sugestão deles a manter o número absoluto de crimes violentos atuais de mulheres e de homens, se vocês estiverem de acordo com essa proposta ou se quiserem fazer algum comentário fica aberto aí a possibilidade para que vocês comentem. A gente chegou o final do processo de revisão do documento da câmara de temáticas sociais, se ninguém tiver mais algum comentário, eu considero o documento da câmara de temáticas sociais aprovado. Alguém mais gostaria de fazer algum comentário em relação a essa meta especificamente. A Marlene tá com a mão levantada Marlene.

Marlene - Sim, na verdade não é um comentário especificamente sobre esta meta mas especificamente sobre a participação da Liga Solidária, da OAB Pinheiros na temática e outras três que nos dividimos em quatro câmaras porque não dava para participar de todas apesar de necessário. Então eu fico aqui em nome de todos nós né dos quatro participantes agradecer a participação nossa que foi muito bacana, foi um foi aprendizado na verdade né a nossas contribuições não foram tantas mas a gente conseguiu ouvir muito e foi muito agregador. Em um ano tão difícil né quando 2020 trouxe bastante reflexão principalmente na área da Assistência Social todas com certeza. A gente sabe que tem que serviço de assistência que é uma porta de entrada forte né, então a vulnerabilidade bateu muito forte na porta então assim acho que a contribuição das organizações da sociedade civil nesse sentido é bem boa assim né, a gente consegue ver, consegue saber onde a gente precisa atuar cada vez mais. Então acho que a Viviane teve um papel fundamental nessa câmara né, a Gabriela com certeza também, mas eu acho que para todos nós foi muito agregador. Então gostaria de agradecer em nome da Liga, da OAB de todas as pessoas que puderam contribuir junto com a gente tá bom, beijo para vocês.

Gabi - Obrigada Marlene pelo seu comentário. Mais alguém gostaria de fazer algum comentário não sei se a Taisa tava com a mão levantada. Ah não então tá tranquilo então foi só um delay aqui na atualização. Então a gente considera então aprovada último documento da câmara de temáticas sociais com as alterações propostas, eu retomo aqui então apresentação pra gente fazer o encerramento da reunião, mas temos aí uma agenda Municipal 2030 aprovada todos os sete documentos das sete câmaras temáticas

e a gente volta aqui só para encerrar. Ana você quer fazer algum comentário final de encerramento.

Ana - Não na verdade assim é surreal imaginar a gente conseguiu né então, eu ainda estou digerindo o fato de que realmente a gente tem uma agenda tempo do que a gente pactuou e assim é gratificante, é um privilégio poder fazer parte desse trabalho.

Giovana - Eu quero agradecer Gabi e Ana pela parceria por todo esse processo a todas e a todos especialmente vocês duas muito obrigada por tudo isso.

Gabi - Então a gente termina a apreciação da Agenda Municipal de 2030, eu queria chamar o Alexis para que ele faça uma explicação né sobre uma um trabalho que a secretaria de governo fez em relação a governabilidade dos indicadores.

Alexis - Isso mesmo alegria imensa saber que a gente conseguiu concluir esse trabalho muito bom com tanto participação, muita discussão com o processo o rico e resultado do rico e o documento, a gente tá aqui no governo fazendo uma parte Inicial introdutório no documento separando que metas tem governabilidade da prefeitura, porque isso, porque tem lá as metas aí pode ser quando a gente tava definindo as câmaras temáticas as metas teve discussão mas essa mente não está sob o controle da prefeitura, mas isso aqui são metas para cidade então não necessariamente são meta de governabilidade da Prefeitura. Apesar de quase todas irem na grande maioria e algumas com governabilidade parcial, vou dar um exemplo que envolve o bolsa família, tem outra parte que o município faz e tem outra parte que é o governo federal quem paga é o governo federal, o governo quem aprova seu cadastro se não a governo federal. Então a gente tem uma participação assim como em vários outros assuntos e alguns são metas nossas mesmo algumas que a gente discutiu hoje, cursos dados pela UMAPAS vários são a prefeitura que faz depende só dela fazer, alguns a prefeitura tem uma governabilidade parcial pra aquilo acontecer ela tem que interagir com outros atores relevantes quais quer que sejam eles municipais ou privados, sejam da sociedade civil e outros que estão totalmente fora da governabilidade, tem algumas metas que realmente não há nada que o município possa fazer.

Uma decisão total do Governo Federal ou do Governo Estadual ou de empresas e o município não tem muito o que fazer. Então a gente está propondo essa classificação é só um texto introdutório não muda o texto que a gente aprovou aqui agora é um capítulo introdutório só separando ali o que que a prefeitura entende que da sua governabilidade, o que que ela tem governabilidade parcial e o que que tá fora da governabilidade da prefeitura, então fica um documento aí amplo com metas estão na governabilidade da Prefeitura e outras que não estão e isso só tá sendo ali destacado em um texto introdutório. Isso é um trabalho aqui que a prefeitura tá fazendo documento final vai conter esse capítulo aí acho que essa discussão passou por várias câmaras temáticas mas como não tinha sido discutido ainda aqui na no plenário, tô trazendo aqui a conhecimento dos senhores. E com isso, ah sim esse slide aqui que até tinha puxado no início a pedido

do Jorge, quando ele fez uma pergunta trago aqui de novo e aproveito para fazer uma correção. Quando a gente falou ali do prazo de 90 dias mais 90 dias espero que o Jorge esteja aqui com a gente ouvindo, pelo que eu tô vendo aqui parece que ele não está mas eu posso falar com ele depois, realmente são 180 dias após os 90 dias essa é a regra do Decreto que cuida do plano de ação da Subprefeitura, eu até vou botar o artigo aqui no link daqui a pouco, mas é a regra que já vigia aí para o plano de ação da Subprefeitura. Para o plano de ação da agenda municipal está propondo que siga o mesmo prazo é 180 dias é que durante esses primeiros 90 que vão de Abril a Junho é o período em que ocorrem as audiências públicas, o fim das audiências públicas consolida-se aí esses dois os documentos e o plano de ação das subprefeituras e o plano de ação da agenda Municipal 2030. Ah, precisa correr os 180 dias final, acho que dá para acabar antes, acabando essas audiências públicas em junho dá para ir em julho, agosto aí no máximo, é plenamente factível que a gente consiga concluir esse plano de ação. Bom de qualquer maneira é uma agenda proposta só tô corrigindo ali o aspecto normativo é que eu tinha me equivocado no começo da reunião, as reunião vc vê aqui da ação do plano que tá prevista aqui para Agosto e é uma previsão inicial se a gente vê que a gente tem condições de antecipar gente antecipa, agosto tem 180 dias que seria até o final de setembro da matéria já estaria antecipando um mês, estaremos fazendo em 150 dias nesse caso. Mas isso tudo depende da data que de fato o plano de metas fica pronto que as agências públicas ocorrerem. Então até aqui é uma agenda preliminar, a gente tem a intenção de encerrar o primeiro semestre tendo esse plano de ação aí já bem desenhados, se possível já aprovado no máximo em agosto. É a proposta que fica aqui, não sabemos quem vai cuidar dessa pauta aí a partir do ano que vem, então fica aqui como um título de sugestão a comissão continua, todos os membros eleitos da sociedade civil tem mandato aí continua, os membros do poder público pode ter uma rearranjo mas ai depende da composição das pessoas que elas representam secretarias né não podem haver alguma mudança aí. Então agora acho que podemos ir para o próximo slide.

Gabi - Eu só queria dizer que está previsto né no Regimento e tudo mais que a gente precisa aprovar esse calendário então só por uma questão é regimental a gente só precisa aprovar o calendário, é claro que ele está sujeito a alterações no futuro mas como a pela lei a gente precisa assim a cada 3 meses a gente fez uma proposta de reuniões Ordinárias que podem ser complementados depois para reuniões extraordinárias, mas isso significaria que a gente se veria pela primeira vez no ano de 2021 no dia 25 de Fevereiro é claro que as coisas podem mudar mas vocês serão informados casa qualquer uma dessas datas se altere, mas é só porque por uma questão de formalidade a gente pode dizer então que ninguém tiver nada em contrário está aprovada o calendário de reuniões originárias para comissão para 2021.

Alexis - Isso ai Gabi, exatamente, se for 25 de Fevereiro se dá após o carnaval até a Gabi falou nossa vai marcar após o Carnaval vai reforçar o negócio da prefeitura. Não é nada disso, é porque o programa de meta já vai sair uma fase mais avançada da sua elaboração e a previsão dele acabar final de Março então é para casar os processos de planejamento

aqui. A ideia deve chegar depois do Carnaval já com bastante trabalho feito, foi por isso que foi marcado pra essa data. Com isso, alguém quer fazer alguma manifestação a respeito desses pontos ou de mais algum?

Marina - Eu só queria que ficasse um pouco mais claro, aqui é Marina, eu só queria saber mais especificamente qual vai ser a data do lançamento da agenda. Se vai ter, como que vai acontecer assim vai ser o lançamento como vai ser não sei se eu perdi essa parte no começo.

Alexis - Vc não perdeu a gente não marcou isso mesmo a gente ainda não conseguiu organizar isso, é uma questão para gente fechar com agenda do prefeito agora que a gente aprovou ele tá acompanhando isso ele sabe que tá nesse período agora de aprovar a agenda 2030, então agora a gente leva ele para ele o documento pronto e aí precisa organizar ai um evento de lançamento disso, eu preciso, a gente para combinar isso com prefeito com pessoal que controla agenda do prefeito. Assim que tivermos uma posição disso comunicaremos a todos aqui da comissão para que todos possam se organizar com a devida antecedência. Mais alguém quer falar de algum ponto, não, então tá bom. Gente, cumprimos a nossa meta, genial chegamos ao final temos agenda Municipal 2030 aqui aprovada pela comissão. Quero agradecer imensamente o trabalho e esforço enorme de todos estão aqui, eu sei que foi, demandou bastante de todos que estão aqui o esforço tremendo aí de todo mundo da sociedade civil, do governo, várias outras pessoas que nem estão aqui também mas que participaram das câmaras temáticas. E com isso chegamos ao fim. Quero desejar um ótimo Natal a todos um feliz ano novo que tenham uma passagem ótima, cuidado com a pandemia, não acabou0 comemore o momento no convívio familiar do jeito que for possível com segurança para que a gente se veja na parente aqui em fevereiro e dê continuidade a esse trabalho maravilhoso aí que a gente tá conseguindo levar a diante, muito obrigado a todos, tchau gente.